



RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ



RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

Belém-PA
Março/2020



COMPOSIÇÃO DA CORTE DO TRE-PA



**Roberto
Gonçalves de
Moura**
Presidente



**Luzia Nadja
Guimarães
Nascimento**
Vice-presidente e
Corregedora



**Sérgio Wolney
de Oliveira
Batista Guedes**
Classe Juiz
Federal



**Amílcar Roberto
Bezerra
Guimarães**
Classe Juiz de
Direito



**Álvaro José
Norat de
Vasconcelos**
Classe Juiz de
Direito



**José Alexandre
Buchacra Araújo**
Classe Advogado



**Luzimara
Costa Moura**
Classe
Advogado

Apresentação

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2019 à auditoria interna, ao órgão de controle externo e à sociedade como prestação de contas anual a que este Regional, como unidade prestadora de contas, está obrigado constitucionalmente, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a DN-TCU nº 178/2019 e das orientações da unidade de auditoria interna contidas no processo SEI nº 0013692-65.2019.6.14.8000.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

5

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTE

7

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

16

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

28

4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

32

5. ÁREAS RELEVANTES DA GESTÃO

59

6. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

94

ANEXOS E APÊNDICES

122

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Com o intuito de demonstrar os resultados alcançados pelas organizações, a prestação de contas anual realizada pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal ao Tribunal de Contas da União (TCU), também cumpre importante papel de garantir à sociedade a devida transparência e publicidade dos atos de gestão. Em reconhecimento a esta responsabilidade apresento o Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) referente ao ano de 2019 em forma de Relato Integrado.

Muitos são os desafios que um Órgão enfrenta para alcançar suas metas e agregar valor para a sociedade diante de um cenário marcado por limitações orçamentárias e pela necessidade de rápida resposta aos anseios dos clientes externos, já acostumados com a facilidade e rapidez na obtenção das informações.

Sabedor deste contexto, o TRE-PA, no exercício de 2019, buscou modernizar a prestação de seus serviços, reorganizar sua estrutura orgânica, recompôr seu quadro de pessoal e primar pela eficiência e qualidade no gasto de seus recursos.

Dentro da perspectiva de modernização dos serviços, destaco os esforços empreendidos para a finalização do processo de cadastramento biométrico no estado do Pará, o que trará mais segurança à identificação do eleitor e fortalecerá a credibilidade do processo eleitoral, e para implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as 100 zonas eleitorais que integram o 1º grau de jurisdição deste Tribunal, levando maior agilidade e transparência à tramitação dos feitos judiciais nas regiões mais longínquas de nosso estado.

A reestruturação administrativa promovida pela Resolução TRE-PA nº 5.622, possibilitou adequar a estrutura orgânica às novas rotinas e métodos de trabalho e às exigências do CNJ, permitindo a criação do Núcleos do PJe, de Governança de TI e Gestor de Contratos, além do reforço na estrutura dos Gabinetes dos Juízes Membros, dos Núcleos Socioambiental e de Estatística e da Comunicação Institucional, essa última responsável pela maior aproximação e interação com o eleitor através da utilização de nossas redes sociais.



Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Presidente

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Apesar da revisão da estrutura, a impossibilidade de nomear novos servidores em razão das Portarias TSE nº 671/2017 e 574/2018 causou um inegável déficit em nosso quadro de pessoal.

Assim, uma vez revogadas em parte as normas citadas, este Regional reviu seus gastos e prioridades, reduzindo despesas para obter os recursos necessários à realização de concurso público.

O certame, cujo edital foi publicado em 14/11/2019, contou com mais de 31 mil inscritos e irá minimizar a carência de pessoal nos cartórios do interior do Estado, medida essencial para o sucesso das Eleições Municipais de 2020.

Todas as ações relatadas acima foram realizadas sem descuidar da celeridade na prestação jurisdicional e do atendimento aos demais requisitos de excelência estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que nos elevou à categoria Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade, o qual avalia os Tribunais brasileiros em três eixos temáticos: Governança, Produtividade e Transparência.

Vale destacar que os resultados exitosos deste Regional nos mais diversos campos de atuação foram provenientes de 135 iniciativas devidamente planejadas pelas macrounidades e consolidadas no Plano de Gestão 2019-2020, ferramenta de desdobramento da estratégia que apresentei à Corte logo nos primeiros dias de meu mandato.

Demonstrando o compromisso com as metas estratégicas, o PG 2019-2020, cuja execução é permanentemente monitorada e periodicamente reportada ao Conselho de Governança.

Com essas breves considerações, na certeza de que os resultados obtidos e que a contribuição dada para o alcance da missão institucional foram sempre norteados pela qualidade dos serviços e pela eficiência e conformidade dos atos praticados, apresento o relatório de minha gestão à frente deste Regional no ano de 2019.

ROBERTA MOURA
ROBERTO GONÇALVES DE MOURA
PRESIDENTE DO TRE-PA



1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Poder e Órgão de vinculação	
Poder:	• Judiciário
Órgão de Vinculação	• Tribunal Superior Eleitoral
Código SIORG:	• Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa:	• Tribunal Regional Eleitoral do Pará
Denominação abreviada:	• TRE-PA
Código SIORG:	• Não se aplica
Código LOA:	• 14.114
Código SIAFI:	• 070004
Situação:	• Ativa
Natureza Jurídica:	• Órgão Público
Principal Atividade:	• Justiça Eleitoral
Telefones/Fax de contato:	• (91) 3346-8000
Endereço eletrônico:	• gab-pre@tre-pa.jus.br / gab-dg@tre-pa.jus.br
Página da Internet:	• http://www.tre-pa.jus.br
Endereço Postal:	• Rua João Diogo, nº 288 - Belém/PA - CEP: 66.015-902

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
Constituição Federal e Decreto-Lei n.º 7.586, de 28/5/1945	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Manuais:	• Guia do Eleitor; • Manual de Procedimentos Cartorários; • Carta de Serviços.
Publicações:	• Diário da Justiça Eleitoral. Publicação diária; • Revista do TRE-PA. Publicação quadrimestral; • Informativo do TRE-PA. Publicação mensal.
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI:	• 070004
Nome:	• Tribunal Regional Eleitoral do Pará
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	• 00001
Nome	• Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestão	
Código SIAFI da Unidade Gestora:	• 070004
Código SIAFI da Gestão	• 00001

MISSÃO E VALORES

O **Tribunal Regional Eleitoral do Pará** (TRE-PA), como órgão do Poder Judiciário Federal, atua em cumprimento de suas competências, estabelecidas especialmente pela Constituição Federal e pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65), assegurando o respeito à soberania popular e aos demais direitos vinculados ao exercício da cidadania no estado do Pará.

Administrativamente este Regional organiza-se conforme regras descritas nos seguintes atos normativos: Regimento Interno (Resolução TRE-PA nº 2.909/2002), Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do estado do Pará (Resolução TRE-PA nº 5.399/2017), Regimento Interno das Zonas Eleitorais do estado do Pará (Resolução TRE-PA nº 3.771/2005) e Resolução TRE-PA nº 5.539/2019.

No desempenho de suas funções, direciona suas ações a um propósito essencial definido como sua missão, **“Garantir a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia”**

Nos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios paraenses, onde operam as 100 (cem) Zonas Eleitorais e 7 (sete) Postos de Atendimento, desconsiderando, para tanto, os desafios geográficos, logísticos e de infraestrutura, sempre no intuito de melhor atender a sociedade e, portanto, a sua atividade finalística.

Assim, orientado pelo comprometimento com a democracia brasileira e combatendo os desafios que a Justiça Eleitoral enfrenta constantemente na execução de suas atribuições, elegeu como sua visão **“Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança”**.

O TRE-PA pauta seu planejamento, suas ações e suas deliberações em princípios, como a ética, responsabilidade, transparência, segurança, celeridade e efetividade, buscando permanentemente a excelência dos serviços prestados aos cidadãos paraenses.

MISSÃO

“Garantir a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia”

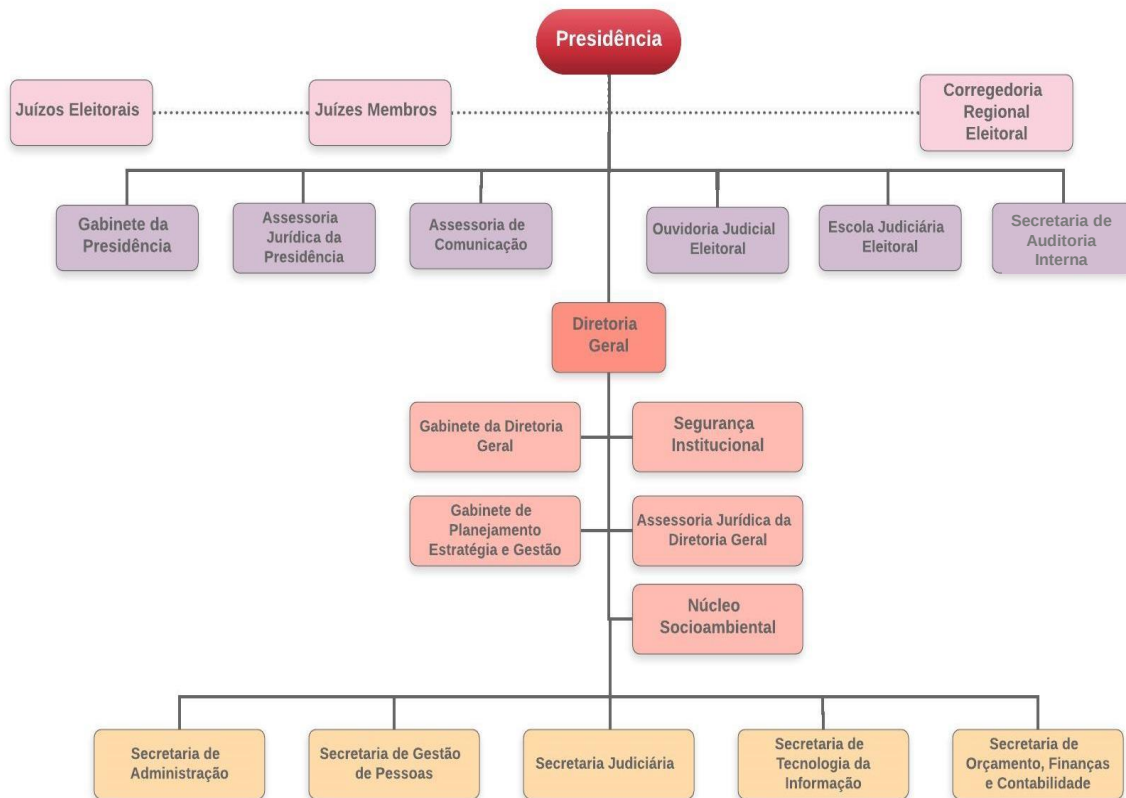
VISÃO

“Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança”

VALORES

Ética
Responsabilidade
Transparência
Segurança
Celeridade
Efetividade

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Titular: Des. Roberto Gonçalves Moura

Presidência

Unidade da alta administração e responsável pela definição das políticas e diretrizes a serem seguidas pelo órgão



Titular: Des. Luzia Nadja Guimarães Nascimento

Corregedoria Eleitoral do Pará

Responsável pela orientação, supervisão e fiscalização da atividade cartorária e jurisdicional da Justiça Eleitoral de 1º grau



Titular: Osmar Nelson Ellery Frota

Diretoria Geral

Unidade responsável por definir metas e dirigir todas as atividades da Secretaria deste Regional, bem como atender às deliberações da Presidência (art. 18 da Resolução TRE-PA nº 5.399/2017)

COMPETÊNCIA DAS SECRETARIAS



Secretaria de Administração

Planejar, organizar, coordenar, contratar, supervisionar e controlar as atividades de administração de recursos materiais e patrimoniais, de serviços gerais, de execução de obras e de serviços de engenharia, bem como a organização e gerenciamento de documentos, em tudo observando princípios da responsabilidade socioambiental (art. 37 da Res. TRE-PA nº 5.399/2017).

Titular: Walber Joaquim dos Remédios



Secretaria de Tecnologia da Informação

Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades técnicas relativas à realização das eleições, de manutenção do Cadastro de Eleitores, de desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados e da infraestrutura necessária para o bom funcionamento de todas as unidades (art. 78 da Resolução TRE-PA nº 5.399/2017).

Titular: Felipe Hoaut de Brito



Secretaria de Gestão de Pessoas

Planejar, organizar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à administração de pessoal, assistência ao servidor, desenvolvimento humano e organizacional e gestão do quadro de pessoal (art. 63 da Resolução TRE-PA nº 5.399/2017).

Titular: Rodrigo Augusto Nascimento Montero Valdez



Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Planejar, organizar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à administração orçamentária e financeira do Tribunal, assim como assinar, juntamente com o Ordenador de Despesas, os documentos de pagamento de despesas regularmente autorizadas (art. 55 da Resolução TRE-PA nº 5.399/2017).

Titular: Ricardo Serruya Medeiros



Secretaria Judiciária

Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e controlar o processamento de feitos de competência deste Tribunal, bem como as atividades pertinentes aos serviços de taquigrafia, controle e anotação dos órgãos diretivos regionais e municipais dos partidos políticos, registro de candidaturas em nível estadual, sistematização da legislação e da jurisprudência (art. 25 da Resolução TRE-PA nº 5.399/2017).

Titular: Renato Holanda Alves

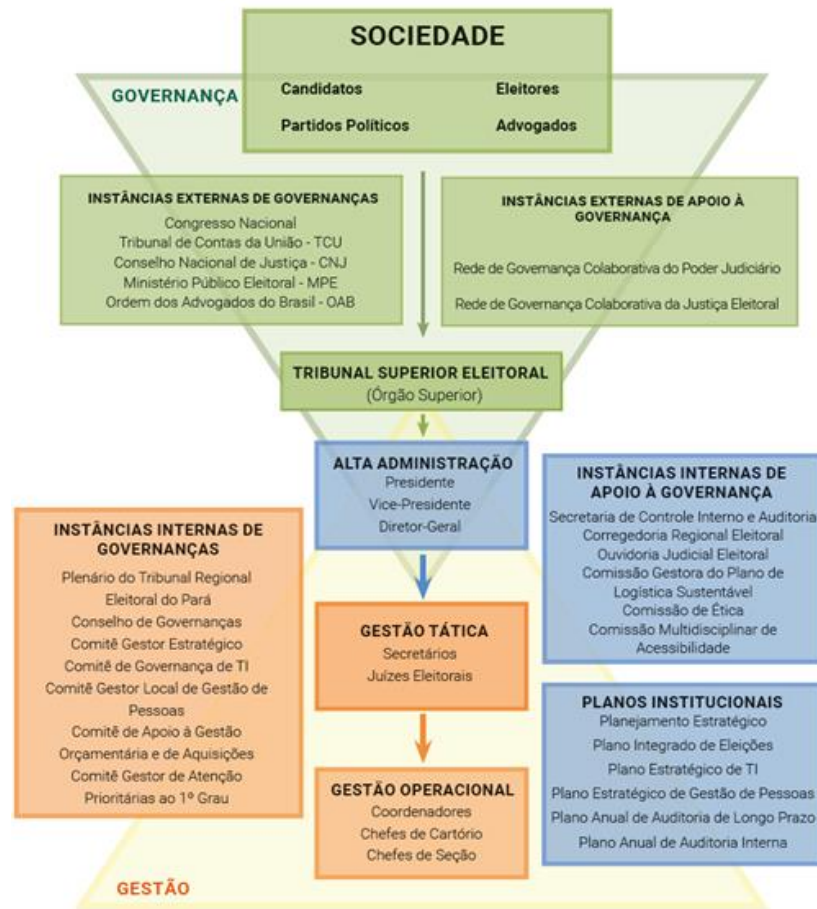


Secretaria de Auditoria Interna

Supervisionar e dirigir as atividades de auditoria e fiscalização no âmbito deste Tribunal, zelando pela legalidade, eficácia, eficiência e efetividade da gestão, apoiando o controle externo e propondo diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados por este TRE-PA (arts. 10 e 99 da Resolução TRE-PA nº 5.399/2017).

Titular: Rui Alberto Batista da Silva

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



Governança pode ser entendida como os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a fim de que sejam atendidas as necessidades e as expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas.

O sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral do Pará, instituído pela Resolução TRE-PA nº 5.415/2017, compreende o conjunto de práticas gerenciais, instâncias e planos institucionais, voltados para a obtenção de resultados e a gestão de riscos, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de objetivos, indicadores, metas e iniciativas que impulsionem o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da Justiça Eleitoral do Pará, de modo a viabilizar a melhoria contínua.

Nesse sentido, a governança interna está estruturada para cumprir a missão de manter o equilíbrio dos interesses em prol da Administração

Pública, definir o direcionamento estratégico, supervisionar a gestão, envolver as partes interessadas, gerenciar riscos estratégicos e conflitos internos, avaliar o sistema de gestão, promover a *accountability* (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência.

Destaques da atuação das instâncias internas no ano de 2019

Conselho de Governança

Durante o ano de 2019 foram realizadas quatro reuniões do Conselho de Governança nos meses de abril, julho, agosto e dezembro, as quais tiveram como pauta assuntos como as Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs); o acompanhamento das iniciativas estratégicas do Plano de Gestão do biênio 2019/2020, o desempenho das Metas do Poder Judiciário para 2019 e a cooperação na formulação das metas nacionais para 2020.

CONSELHO, COMITÊS E COMISSÕES DE GOVERNANÇA: ATUAÇÃO

Por ocasião das reuniões citadas, o Conselho de Governança deliberou sobre a Política de Gestão de Riscos; a Cadeia de Valor do Tribunal; a metodologia do Planejamento das Eleições 2020; o Ranking da Transparência; o Regulamento da Secretaria; o Programa de conscientização do consumo responsável de energia elétrica dentro do Plano de Comunicação.

Todos os encontros contaram com a presença do Presidente, Desembargador Roberto Moura, e da Vice-Presidente e Corregedora, Desembargadora Luzia Nadja, sendo aproveitada a oportunidade para que os gestores realizassem importantes informes sobre a atuação de suas unidades e sobre as demandas a serem vencidas.

Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições

O comitê reuniu-se regularmente durante o ano de 2019 para deliberações acerca da Proposta Orçamentária Anual e de Pleitos 2020; solicitação de créditos e alocação de recursos para a realização do Concurso Público e ajustes no Plano de Contratações, além do reporte periódico sobre a execução orçamentária no exercício.



Presidente iniciando a Reunião do Conselho de Governança



1ª reunião da nova composição do Comitê Gestor Regional e Orçamentário da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau

Comitê Gestor Regional e Orçamentário da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau

O Comitê passou por uma reformulação em 2019 promovida pela Portaria TRE-PA nº 18.872/2019, que alterou sua nomenclatura e instituiu seu novo Regimento, com vistas a instrumentalizar o cumprimento das atribuições definidas pelas Resoluções CNJ nº 194 e nº 195/2014.

Os ajustes previram, dentre outras modificações, reuniões trimestrais e sempre que possível por videoconferência, ressalvadas pelo menos duas reuniões presenciais ao ano, além da consulta prévia às zonas eleitorais sobre os temas de seu interesse.

Cumprindo o novo regimento, em 2019 foi realizada a primeira reunião por videoconferência, reduzindo custos para a Administração sem comprometer a participação dos servidores lotados em localidade diversa da sede deste Tribunal.

As atas das reuniões da Comissões e Comitês estão disponíveis no Portal do TRE-PA através do endereço eletrônico: <http://www.tre-pa.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-institucional>

A cadeia de valor do TRE-PA foi aprovada pelo Conselho de Governança em dezembro/2019. Até então, utilizava-se como balizador de seus processos de trabalho finalísticos uma minuta construída pela auditoria interna para subsidiar a seleção de temas para o seu Plano Anual.

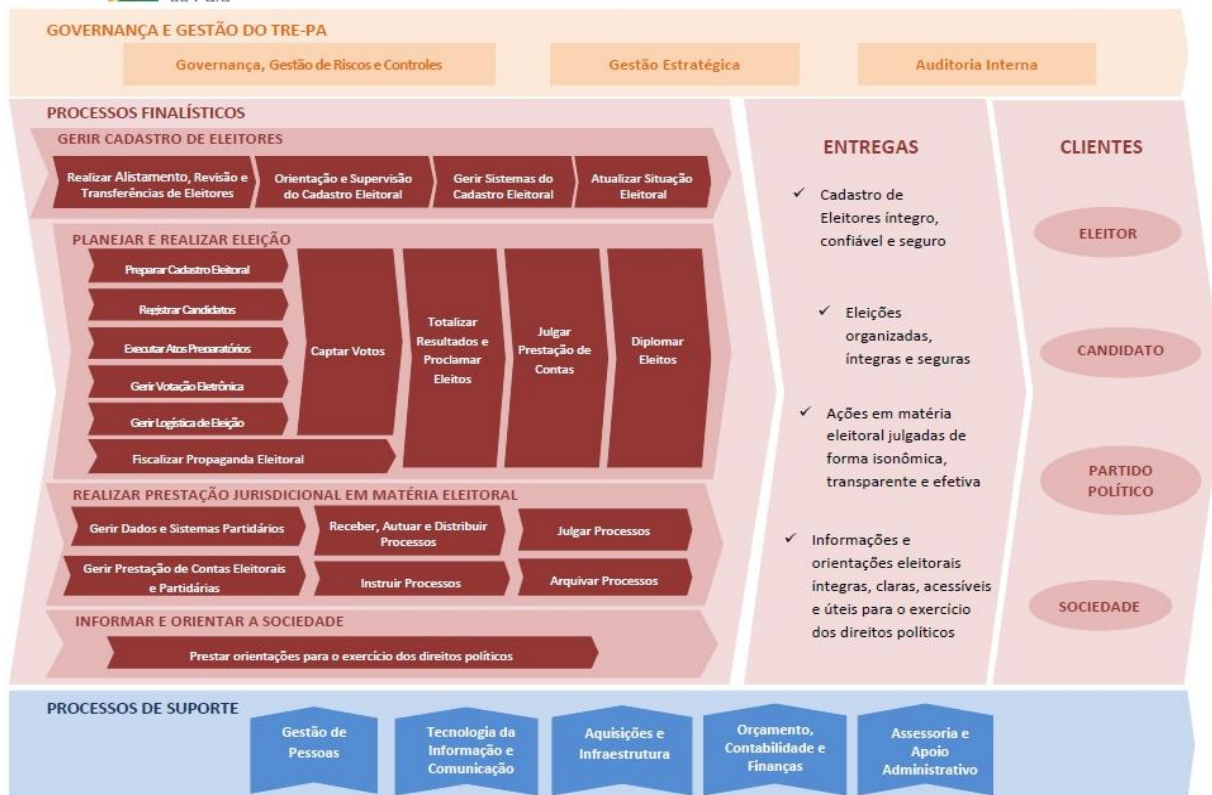
Assim, sua elaboração foi resultado de uma consultoria realizada pela unidade de auditoria interna no ano de 2019, com o objetivo de auxiliar a gestão a preencher lacunas de governança em nível de entidade.

A consultoria utilizou técnicas de gestão de processos para chegar a uma proposta de cadeia de valor com alinhamento à estratégia, focando no seu negócio precípuo: a realização de eleições e a prestação jurisdicional em matéria eleitoral.

Após a colaboração de todas as unidades, foi validada a arquitetura de processos até o 3º nível, classificados em três dimensões: Governança e Gestão, Processos Finalísticos e de Suporte, sendo ainda definidas as principais Entregas e Clientes da Instituição.



CADEIA DE VALOR DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ



AMBIENTE EXTERNO, MATERIALIDADE E RELEVÂNCIA

A análise do ambiente externo é essencial para que o órgão balize suas ações para atender às expectativas da sociedade e para que conheça as oportunidades e as ameaças que envolvem sua atuação.

No ano de 2019, entre os fatos externos que influenciaram na Justiça Eleitoral podemos destacar:

- a reafirmação pelo STF da competência da Justiça Eleitoral para julgar crimes comuns conexos a delitos eleitorais;
- as restrições em nomeações para cargos vagos impostas pela Portaria TSE nº 671/2017;
- as adequações necessárias no orçamento entre gastos com pessoal e custeio, para atender aos limites impostos pela Emenda Constitucional – EC nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal;
- A Meta Específica do CNJ relativa à implementação do sistema judicial eletrônico no 1º grau de jurisdição; e
- a necessidade constante de reafirmar a segurança das urnas eletrônicas e a lisura do processo eleitoral.

Matriz de materialidade

Considerando o ambiente externo descrito e as metas estratégicas traçadas para a Gestão, o TRE-PA priorizou os temas de maior impacto na sua atuação e de maior relevância para as partes interessadas.



2

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

DECLARAÇÃO DO DIRETOR-GERAL

Cumpre-se destacar as principais ações efetuadas de forma colaborativa com as diversas Secretarias e a Diretoria-Geral do órgão no ano de 2019, no intuito de evidenciar o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal, considerando a sua missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral e o fortalecimento da democracia.

Todos os esforços durante o ano voltaram-se para o cumprimento da estratégia definida com base nos objetivos institucionais, por meio dos planejamentos dos recursos humanos, materiais e orçamentários necessários ao alcance das metas; do alinhamento do orçamento aos objetivos; e do acompanhamento das iniciativas estratégicas.

Em 2019, destaca-se ainda de forma sucinta, dentre tantas e importantes ações realizadas por este Regional, a parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas sobre perícia técnica *versus* o impacto no orçamento, mormente no que tange aos adicionais de insalubridade e os ajustes decorrentes de tal avaliação especializada do então

Contexto observado, o que contribuiu para os ajustes de percentuais (de 20% para 10%); e a consequente economia de verbas. Outra importante iniciativa derivou da parceria com a Secretaria de Administração, o Núcleo Socioambiental e os Cartórios Eleitorais, afeto ao desfazimento de bens nas zonas eleitorais, o que resultou em doações de computadores, monitores e mobiliários para outros órgãos públicos e instituições carentes, revelando-se prática socioambiental proveitosa para todos os envolvidos. Já sobre uma ótica social, mostrou ser uma interessante iniciativa, pois, apesar de esses materiais não servirem para o Tribunal, para outras organizações são bens que podem fazer relevante diferença.

Ainda importa informar a reestruturação administrativa ocorrida neste Regional quanto à criação das unidades: Núcleo Socioambiental; Núcleo Gestor de Contratos, Núcleo Processo Judicial Eletrônico (PJe); Núcleo de Estatística, preenchimento de funções comissionadas nas unidades de Juízes Membros; composição da equipe

da Assessoria de Comunicação; união de algumas seções, a exemplo da SEGAP e SECCE, em SEAL (Seção de Almoxarifado); e adequação de funções das seções de SEARQ e SEPRO, ambas transformadas em SAGD (Seção de Arquivo e Gestão Documental) e SEPEX (Seção de Protocolo e Expedição), respectivamente; além da implementação do teletrabalho.



Osmar Nelson Ellery Frota
Diretor-Geral

Ademais, com vistas à melhoria do serviço prestado foi também efetuada a abertura do Concurso Público 2019; ações de melhoria das condições de trabalho através do suprimento de equipamentos de informática às zonas eleitorais do interior e recurso de comunicação de dados por antena via satélite (VSAT); e a conclusão da implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no 1º grau de jurisdição.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Pará (PEJEPa) para o ciclo 2016-2021 foi desenvolvido de forma colaborativa com as unidades dos níveis estratégico, tático e operacional do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Levou-se em consideração a definição dos rumos do TRE-PA, trabalho este que utilizou como base a metodologia *Balanced Scorecard* e teve seu resultado formalizado através da resolução TRE-PA nº 5.329/2016, alterada em reunião do Conselho de Governança de 31/01/2019.

O mapa estratégico possui três perspectivas: Sociedade; Processos Internos; e Recursos. Importante ressaltar que houve uma readequação do Mapa Estratégico em relação ao macrodesafio “Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa”, que pertencia à Perspectiva de “Processos Internos”, com inclusão do mesmo na perspectiva de “Sociedade”.

Cada Perspectiva contém um conjunto de Macrodesafios relacionados. Após análise dos fatores críticos de sucesso para a completude dos Macrodesafios houve definição de Indicadores e Metas estratégicas com o intento de aferir a prestação de serviço do Órgão com o cumprimento do Macrodesafio.

PERSPECTIVAS

SOCIEDADE

GARANTIA DOS
DIREITOS DE
CIDADANIA

COMBATE À
CORRUPÇÃO,
IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA E
ILÍCITOS ELEITORAIS

PROCESSOS INTERNS

FORTALECIMENTO
DA SEGURANÇA DO
PROCESSO
ELEITORAL

CELERIDADE E
PRODUTIVIDADE NA
PRESTAÇÃO
JURISDICCIONAL

RECURSOS

APERFEIÇOAMENTO
DA GESTÃO DE
PESSOAS

APERFEIÇOAMENT
O DA GESTÃO
ORÇAMENTÁRIA

INSTITUIÇÃO DA
GOVERNANÇA
JUDICIÁRIA

MELHORIA DA
INFRAESTRUTURA
E GOVERNANÇA
DE TI

MACRODESAFIOS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS POR MACRODESAFIO

O monitoramento da execução do Planejamento Estratégico é realizado pelo Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão - GPEG, o qual acompanha a evolução de 42 indicadores de desempenho estabelecidos, reportando os pontos críticos à Alta Administração ordinariamente por ocasião das Reuniões de Análise da Estratégia, realizadas quadrimestralmente com os membros que compõem o Conselho de Governança do Tribunal.

Para o alcance das metas definidas, foram estabelecidas Iniciativas Estratégicas para cada macrodesafio, consolidadas no Plano de Gestão 2019-2020, com indicação do prazo e responsável por sua realização.

A elaboração do Plano contou com planilha compartilhada no *Google Drive* preenchida simultaneamente por todas as macrounidades, orientações sobre o

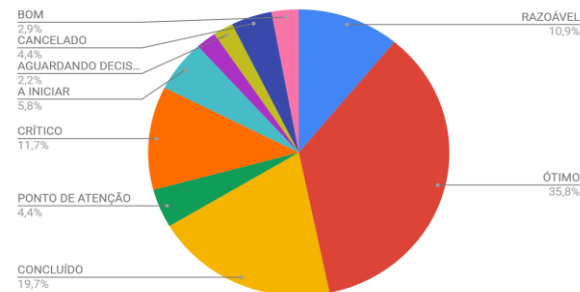
desdobramento da estratégia e a disponibilização de Catálogo De Iniciativas contendo exemplo de projetos desenvolvidos por outros regionais e as propostas registradas na consulta de Metas Nacionais e Específicas para 2019.

Para permitir o acompanhamento, todas as iniciativas tiveram seu planejamento descrito no respectivo PGP – Plano Geral do Projeto, que reuniu informações como gerente e equipe do projeto, objetivo, entregas e prazos e estimativa de gastos.

Tais informações foram cadastrados no sistema GPWEB, no qual os integrantes da equipe do projeto atualizam o progresso das entregas sob sua responsabilidade, permitindo que o Núcleo de Projetos e Governança Institucional monitore e o reporte à Diretoria Geral, mensalmente, e ao Conselho de Governança sobre o andamento da execução do Plano, trazendo efetividade a este importante instrumento de gestão.

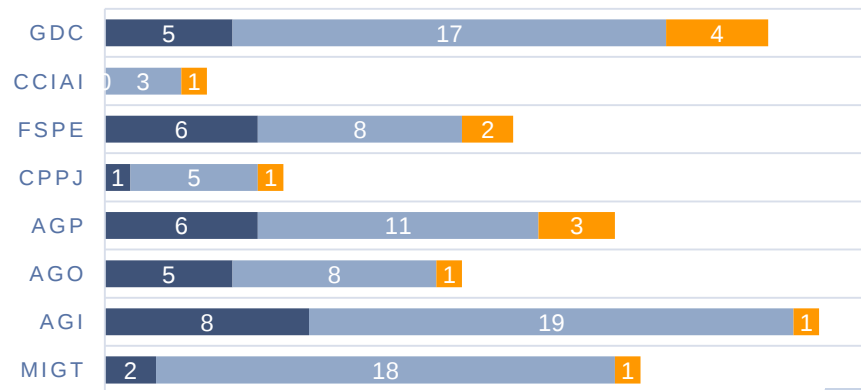


Grau de Cumprimento do Plano de Gestão



INICIATIVAS POR MACRODESAFIO

■ Iniciativas Concluídas ■ Iniciativas em Execução ■ A Iniciar



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS CONCLUÍDAS EM 2019 POR MACRODESAFIO

GDC – Garantia dos Direitos da Cidadania

- Implementação do plano de comunicação Institucional.
- Difusão dos conhecimentos sobre o funcionamento e segurança do processo eleitoral.
- Implementar plano de desfazimento de bens.
- Aperfeiçoar o processo de trabalho do Ranking da Transparência.
- Ampliar o Projeto “Começar de Novo” – egressos do sistema carcerário.

CCIAI – Combate à corrupção e à improbidade administrativa

- Aperfeiçoar a rotina de acompanhamento da tramitação processual no 1º e 2º graus.
- Adotar medidas para identificação e priorização do julgamento das ações que importem em perda de mandato eletivo (2º grau).

FSPE – Fortalecimento da segurança do processo eleitoral

- Aperfeiçoar a metodologia de Planejamento de Eleições.
- Gerenciar o FILIA a partir da integração com o SGIP.
- Planejar e executar o ciclo final da biometria no estado.

CPPJ – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

- Implementar do Sistema de Processo Judicial Eletrônico no 1º Grau.
- Promover a orientação e o monitoramento da gestão processual.

AGP – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

- Promover a reestruturação orgânica das unidades do TRE-PA.
- Desenvolver o Plano Anual de Capacitação 2019.
- Promoção da saúde integral do servidor.

AGO – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária

- Aprimorar os procedimentos de realização da programação financeira.
- Implantar projeto de racionalização do uso de materiais de consumo.
- Elaborar estudos de viabilidade: instalação de Usina Fotovoltaica na CAE.
- Mapear o processo de trabalho do Suprimento de Fundos.
- Aprimorar a comunicação interna dos controles orçamentários e financeiros.

AGI – Aperfeiçoamento da Governança Institucional

- Estabelecer metodologia de gestão de projetos.
- Aperfeiçoar a gestão dos contratos administrativos.
- Adotar Indicadores de Medição de Resultados (IMR) nos contratos.
- Monitoramento de indicadores referentes ao plano de contratação.

MIGT – Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

- Elaborar e executar o Plano Diretor de TI (PDTI) (2019).

No capítulo 4 – Resultados e Desempenho da Gestão estão detalhados os principais programas, projetos e iniciativas desenvolvidos por macrodesafio. Os recursos alocados para sua realização encontram-se descritos no Capítulo 5 – Áreas relevantes da Gestão.

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Em 2019, a Auditoria Interna realizou as seguintes avaliações, consultorias e monitoramentos previstos no Plano Anual de Auditoria – PAA de 2019, bem como atuou apoiando o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União.

AUDITORIAS

Auditorias Coordenadas pelo CNJ:

1 - Gestão Documental

Avaliação da gestão documental compreendendo os aspectos da criação, manutenção, utilização e prazos de conservação dos documentos gerados.

2 - Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial

Avaliação quanto à:

- a) adequação orçamentária e financeira;
- b) sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais;
- c) avaliação das metas do PPA;
- d) execução dos programas e do orçamento e dos resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Auditoria Integrada ao TSE:

3- Avaliação Indicadores Estratégicos

Avaliação da gestão dos indicadores estratégicos do órgão a partir do Planejamento Estratégico.

CONSULTORIAS

1. Gestão de riscos do Processo do Prêmio CNJ de Qualidade

Mapear os principais riscos relacionados a este processo, atuando, ainda, como facilitador na formulação de um plano de tratamento dos riscos identificados.

2. Política de Gestão de Riscos

Formalizar a Política de Gestão de Riscos do Tribunal, contendo diretrizes, intenções gerais e objetivos para o processo de gestão de riscos.

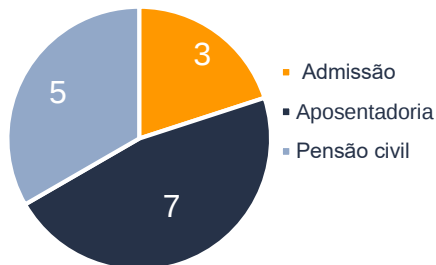
3. Cadeia de Valor

Formular uma proposta de Cadeia de Valor do tribunal, com a finalidade de contribuir para a maturação da gestão de processos.

APOIO AO CONTROLE EXTERNO

• ATOS DE PESSOAL

Pareceres encaminhados ao TCU



• INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE

Foram encaminhados ao TCU os esclarecimentos necessários sobre 5 (cinco) indícios de irregularidades, com o devido processamento das informações no sistema e-Pessoal e a instauração dos processos no SEI.

• ACOMPANHAMENTO TCE

A Tomada de Contas Especial instaurada em 2019 foi arquivada por decisão da Presidência amparada no art. 7º, III, da IN TCU nº 71/2012, haja vista o recolhimento de parte do débito antes de finalizar o prazo de encaminhamento ao TCU.



MONITORAMENTOS

De forma a acompanhar o indicador estratégico referente ao cumprimento de recomendações dos trabalhos de auditoria interna realizados, bem como permitir avaliação da efetividade dessas abordagens, a Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal - SAUDI - realizou os seguintes monitoramentos no ano de 2019.

OBJETO	OBJETIVO
Consultorias em Governança e Gestão de Riscos	Monitorar o cumprimento das recomendações expedidas em trabalhos dessa natureza realizados em 2017 e 2018, a saber: 1) Gestão de riscos do PROAS (1º Ciclo); 2) Governança - Definição estrutural do Sistema de Governança do TRE/PA (1º ciclo); 3) Riscos e controles da Gestão de Convênios (1º ciclo); 4) Gestão de riscos do Registro de candidaturas (1º ciclo); 5) Gestão de riscos do Suprimento de Fundos eleitorais (1º ciclo); 6) Gestão de riscos das Prestações de contas eleitorais (1º ciclo); 7) Riscos e controles dos processos de segurança do Depósito de Urnas do TRE/PA.
Fiscalização Acórdão TCU nº 2343/2016 - Plenário	2º ciclo de monitoramento da Auditoria de Gestão realizada em 2017
Fiscalização - Passagens Aéreas	2º ciclo de monitoramento da Auditoria de Gestão realizada em 2017
Auditorias Integradas - Gestão de Urnas Eletrônicas e Suprimento para Eleições	2º Ciclo de Monitoramento das recomendações da Auditoria Integrada realizada em 2017
Auditorias Integradas da Justiça Eleitoral - Tema "Servidores"	1º Ciclo de Monitoramento das recomendações da Auditoria Integrada realizada em 2018
Ações Coordenadas do CNJ	1º Ciclo de Monitoramento de Ação Coordenada executada em 2017
Auditoria de Gestão	2º Ciclo de Monitoramento da Auditoria de Gestão realizada em 2017

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA – AGI2

60,31%

Em 2019, o indicador de desempenho AGI2 - Índice de cumprimento de recomendações expedidas pela SAUDI - que integra o Planejamento Estratégico deste Tribunal, obteve o índice de 60,31 % (sessenta inteiros e trinta e um centésimos por cento).

Foram monitorados 131 (cento e trinta e uma) recomendações expedidas pela Auditoria Interna, sendo que 79 (setenta e nove) passaram ao status "Implementada", 21 (vinte e uma) encontram-se "Em implementação" e 31 (trinta e uma) foram consideradas "Não implementadas".

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

A CRE-Pará é responsável pela orientação, supervisão e fiscalização da atividade cartorária e jurisdicional de 1º grau. Sua jurisdição abrange todo o Estado do Pará, ficando sob sua supervisão todas as 100 zonas eleitorais e os serviços eleitorais prestados à sociedade.

Missão:

Velar pela plena regularidade dos serviços eleitorais, assegurando a correta aplicação de princípios e normas.

Visão de futuro:

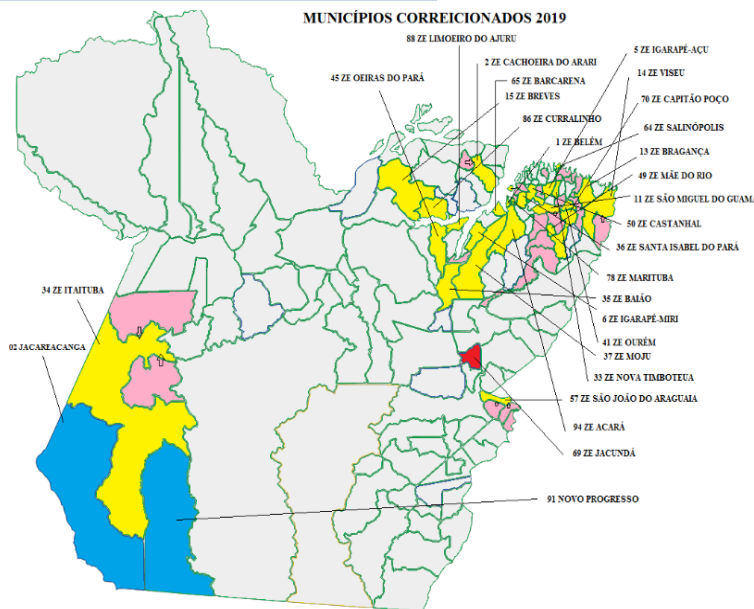
Ser reconhecida como órgão responsável pela promoção da excelência na prestação de serviços eleitorais.

Orientar, buscar melhoria na execução das atividades e fiscalizar os atos cartorários.

Realizar anualmente correções nos cartórios eleitorais.

Receber e processar reclamações e representações contra juízes eleitorais, chefes de cartório e demais servidores.

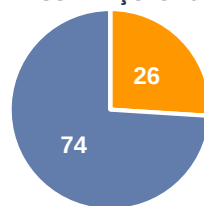
PRINCIPAIS ATIVIDADES



LEGENDA

- Correções presenciais ordinárias
- Correções presenciais
- Municípios de abrangência da sede da Zona
- Reuniões de trabalho

CORREIÇÕES 2019



■ Corregedoria ■ Juiz Eleitoral



Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Vice-Presidente e Corregedora

CORREIÇÕES ORDINÁRIAS

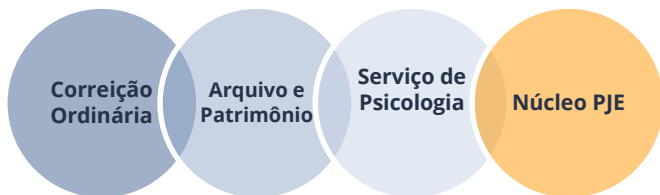
A correção ordinária consiste na fiscalização das atividades cartorárias de forma periódica e prevista, seguindo-se os critérios estabelecidos pela própria Corregedoria Regional.

No período de 14/02 a 14/12, Corregedoria Regional Eleitoral **realizou 26 correções presenciais**, sendo 1 na modalidade integrada (Zona 69ª - Jacundá).

Foram realizadas ainda 74 correções ordinárias presididas pelos juízes eleitorais, entre 1º/11 e 19/12/2019, que aferiram a regularidade do funcionamento do cartório eleitoral e de seus serviços, referentes aos doze meses anteriores à data do início do procedimento correccional

CORREIÇÃO ORDINÁRIA INTEGRADA

A Correção Integrada realizada em Jacundá (76ª ZE) contou com a participação da equipe técnica da unidade correcional e de servidores de outras unidades administrativas, prevista em projeto bianual, trata-se de uma nova forma de olhar a zona eleitoral que busca alinhar a atividade de supervisão dos serviços eleitorais desenvolvidos ao aspecto humano.



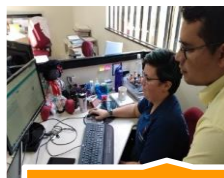
Correição



Gestão Documental



Saúde do Trabalhador



PJe

Organização documental e mobiliária dos cartórios eleitorais

- ✓ Adequar a infraestrutura mobiliária e documental;
- ✓ Organizar os arquivos;
- ✓ Orientar sobre instrumentos de gestão documental;
- ✓ Otimizar o espaço para guarda de documentos;
- ✓ Inventariar os bens permanentes de forma mais técnica;
- ✓ Conscientizar os responsáveis sobre normas e orientações da boa gestão do acervo patrimonial.

Saúde do Trabalhador

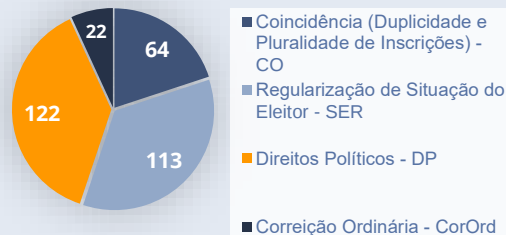
- ✓ Reunir informações sobre os principais fatores psicossociais de adoecimento mental;
- ✓ Criar ações de prevenção e/ou promoção da saúde voltadas para os servidores das zonas eleitorais do interior do estado;
- ✓ Fortalecer o canal de comunicação entre a SAMOS/Serviço de Psicologia e os servidores lotados nas unidades cartorárias do interior.

Treinamento do Sistema PJe Zona

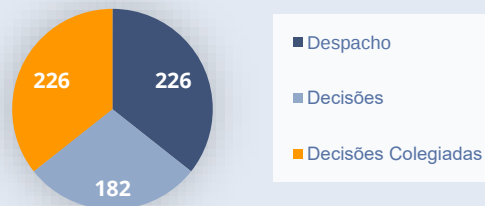
- ✓ Realizar entrevistas individualizadas com usuários sobre experiência da usabilidade do sistema;
- ✓ Alinhar e validar a pauta da reunião com os servidores da zona eleitoral;
- ✓ Realizar reunião de capacitação no sistema PJe com a Zona Eleitoral.

ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS, ADMINISTRATIVAS E DE NATUREZA CORREICIONAL

PROCESSOS DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA CORREGEDORIA - PJE



PROCESSOS JUDICIAIS (FÍSICOS E PJE 2019) - CORREGEDORIA



DESENVOLVIMENTO DA ATUAÇÃO DA CORREGEDORIA COM O USO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS

Para otimizar a utilização dos recursos públicos, aproximar-se dos cartórios eleitorais e conferir eficiência às atividades desempenhadas, a Corregedoria Regional Eleitoral do Pará, no ano de 2019, modernizou seus canais de comunicação e deu ênfase à utilização da tecnologia para alcançar todo o território paraense.

Videochamadas e reuniões por videoconferência

1

A plataforma *Hangouts Meet* passou a ser utilizada para comunicação com Juízes e servidores das zonas eleitorais durante as reuniões de trabalho, bem como para orientações e acompanhamento das metas do CNJ.

Uso do QR-Code

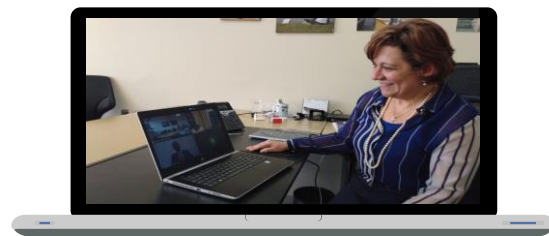
2

Uso da comunicação audiovisual nas rotinas de trabalho com o envio de ofícios circulares com vídeos disponibilizados via QR-Code e/ou link.

Agenda Virtual

3

A Corregedoria inaugurou a agenda virtual para usuários externos e internos, possibilitando que juízes eleitorais, promotores, defensores públicos, advogados, chefes de cartório e servidores agendem videochamadas com a Corregedoria ou servidores da CRE.



Videoconferências

4

Encerramento de Correição por videochamada

A Corregedoria do Pará encerrou correições ordinárias por videoconferência. Como exemplo, há situações em que, por necessidade de serviço, a Corregedoria Eleitoral encontrava-se na sede do Tribunal; a equipe técnica da unidade correicional e da zona, no município correicionado e o Juiz Eleitoral, na Escola da Magistratura, facilitando a comunicação dos envolvidos que encontravam-se em vários locais diversos.

5

Teletrabalho

A ferramenta do *Hangouts Meet* foi utilizada entre a assessoria jurídica da Corregedoria e os servidores que atuam em regime de teletrabalho para debater minutas de decisões, votos e pareceres e também para assuntos diversos, como a elaboração de notas técnicas para as zonas eleitorais, nos termos da Portaria TRE-PA nº 18.799/2019.

APURAÇÃO DE ILÍCITOS E CANAIS DE CONTATO

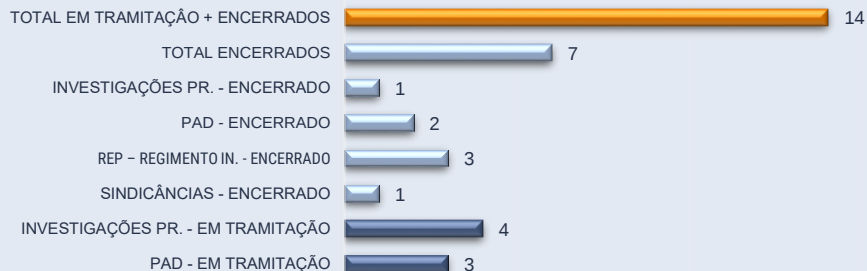
APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

As apurações de ilícitos administrativos deste Regional observam o disposto na Lei nº 8.112/90 e atualmente são conduzidas pela Comissão Permanente de Processo Disciplinar – CPPD, criada em 13.7.2019 pela Portaria TRE-PA nº 18.839, a qual recebeu 3 (três) processos administrativos disciplinares – PAD e 1 (uma) investigação preliminar em 2019. Contudo, os procedimentos instaurados antes de sua constituição permanecem atribuídos à Comissão Permanente de Sindicância – CPSIND, sendo esta, responsável por 15 (quinze) procedimentos, tendo no decorrer do ano relatoriados 8 (oito) processos.

A Presidência do TRE-PA julgou 3 (três) PAD, decidindo pelo arquivamento, advertência e suspensão.

No exercício de sua competência (art. 32, XI, da Res. TRE-PA nº 2.909/2002), a Corregedoria Regional Eleitoral – CRE, atuou em processos administrativos de cunho disciplinar conforme demonstrado no gráfico desta seção.

PROCESSOS DE CUNHOS DISCIPLINARES ENCERRADOS E TRAMITANDO - CRE/2019 (ATUALIZADO ATÉ 31/12/2019)



PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

A Ouvidoria Judicial Eleitoral – OJE tem a missão de servir de canal de comunicação para os cidadãos no alcance de informações, esclarecimentos, elogios, críticas e reclamações referentes aos serviços eleitorais, por isso, promoveu atualizações diversas em sua página, ajustando-a ao que preconiza a Lei de Acesso à Informação.

Em 2019, a OJE desenvolveu os seguintes projetos:

- a) Atualização da Carta de Serviços;
- b) Implementação de solução de *call center*;
- c) Informativos em braille e áudio livro;
- d) A expansão da Pesquisa de Satisfação (3ª etapa) destinada às Zonas Eleitorais de Bragança, Breves, Capanema, Itaituba, Paragominas e Marituba.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO



E-mail: ouvidoria@tre-pa.jus.br



Internet: Formulário eletrônico



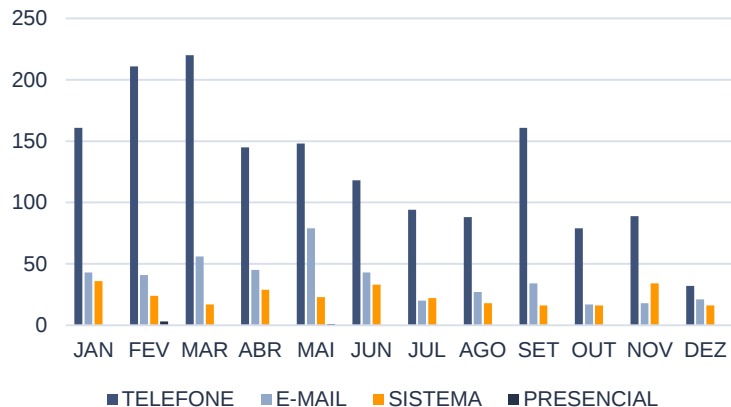
Telefone: 0800 096 0007 / 32223031/3346-8035, 8036 e 8037



Presencial: Rua João Diogo, 288, Anexo III, sala 210.

No período de janeiro a dezembro de 2019, a Ouvidoria prestou 2278 atendimentos, dos quais 1546 telefonemas, 444 e-mails, 284 formulários eletrônicos no sistema e 4 presenciais.

ATENDIMENTOS OUVIDORIA



Pesquisa de Satisfação

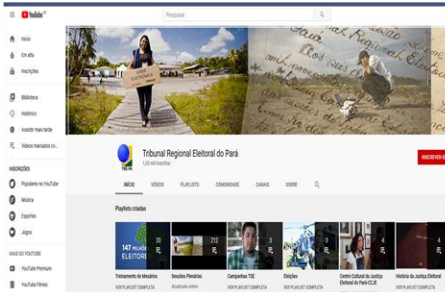


Portal da Internet



Um dos principais objetivos da comunicação institucional é o estabelecimento de relações confiáveis com seu público, tanto interno como externo. Na busca por esse objetivo, o TER-PA desenvolveu soluções para aprimorar a comunicação com a sociedade. Nesse esteio, inovações e informações foram introduzidas no *site* do Tribunal, deixando mais interativo e acessível às pessoas, trazendo mais transparência às atividades realizadas.

Perfis em mídias sociais



Alinhado com as novas plataformas de comunicação, o TRE-PA possui perfis nas principais redes sociais, tais como: *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *YouTube* e *Flickr*. O objetivo é buscar aproximação com o seu público, além de proporcionar a troca de informações sobre assuntos relacionados à Justiça Eleitoral.

3

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Gestão de Riscos é um processo contínuo, aplicado a toda a organização, que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas a identificar, analisar, avaliar, priorizar, tratar e monitorar eventos em potencial, capazes de afetar o cumprimento dos objetivos organizacionais.

O TRE-PA por meio da Resolução nº 5.604/2019, aprovou sua Política de Gestão de Riscos em dezembro/2019, como produto da consultoria em governança para a formalização da Política de Gestão de Riscos do Tribunal, realizada pela SAUDI, a qual está embasada:

- nas orientações constantes do Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU;
- na IN MP/CGU nº 1/2016 acerca dos controles internos, gestão de riscos e governança;
- na Declaração de Posicionamento do IIA *Global* e seu modelo das três linhas de defesa no gerenciamento eficaz dos riscos;
- na Norma ABNT NBR ISO 31000:2018, que estabelece princípios e diretrizes para a gestão de riscos;
- no objetivo estratégico para instituição da governança judiciária constante do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Pará de 2016-2021 (Resolução TRE-PA nº 5.329/2015);e
- no Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral (Resolução TRE-PA nº 5.415/2017).



Modelo das três linhas de defesa adaptado para a Gestão de Riscos do TRE-PA.

*GPEG/ NPGI: Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão/ Núcleo de Gestão de Projetos e Governança Institucional

As três linhas de defesa: modelo de gerenciamento eficaz de riscos e controles proposto pelo Instituto de Auditores Internos (IIA Global) consiste em: 1ª linha de defesa: funções que gerenciam e têm propriedade sobre o risco; 2ª linha de defesa: funções que supervisionam riscos; e a 3ª linha de defesa: funções que fornecem avaliação independente.

PRÓXIMO PASSO: IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO NOS PROCESSOS DE ELEIÇÃO

A Política aprovada será implementada em 2020 inicialmente para mapear os riscos nos processos de eleição. Para tanto, foi designado pela Portaria TRE-PA nº 18.694/2019 um Grupo de Trabalho (GT) responsável por realizar a elaboração dos estudos visando implementar a Política de Gestão de Riscos do TRE-PA. O cronograma do referido GT tem como marcos:

- Confecção de Manual de Gestão de Riscos;
- Palestra com especialista em riscos para os macrogestores do Tribunal;
- Workshop para identificação, avaliação dos riscos nos processos;
- Oficina com as unidades envolvidas.

GERENCIAMENTO DE RISCOS NAS AQUISIÇÕES

A Portaria TRE-PA nº 18261/2018 considera Gestão de Riscos das Aquisições como um conjunto de atividades de identificação e tratamento de eventos relacionados aos processos de aquisições que possam afetar o atingimento dos objetivos estratégicos.

A Política de Aquisições tem por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de governança e gestão das aquisições com as prioridades e estratégias institucionais.

PARÂMETRO

Política de Aquisições

Portaria nº 18261/2018

- ✓ Objetivos
- ✓ Princípios
- ✓ Diretrizes
- ✓ Política de Compras
- ✓ Política de Sustentabilidade
- ✓ Política de Gestão de Riscos

AÇÕES DE MELHORIA

- ✓ Workshop com servidores
- ✓ Orientações
- ✓ Modelos no Sistema SEI
- ✓ Blog da Secretaria de Administração
- ✓ Monitoramento

PROCESSO



1	INTRODUÇÃO
2	FUNDAMENTOS DA GESTÃO DE RISCOS
8	ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS
11	PLANO DE TRATAMENTO DE RISCOS
24	APÊNDICES

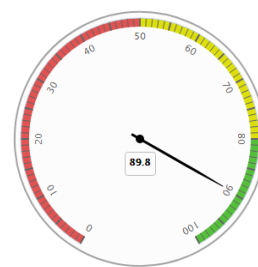
Plano de Tratamento de Riscos nas Aquisições TRE-PA

Como decorrência da Política de Aquisições, foi estabelecido o Plano de Tratamento de Riscos para o biênio 2019/2020, cujo monitoramento dos controles implementados ocorreu através de sistema próprio, tendo alcançado a meta de 90% de execução estabelecida para o exercício de 2019.

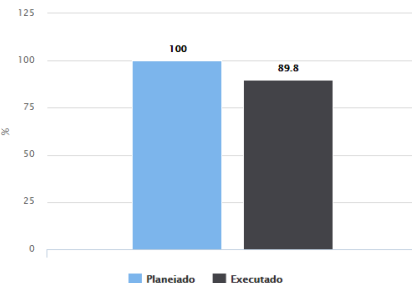
O documento apresenta os fundamentos, a estrutura e a metodologia utilizada na elaboração do Plano de Tratamento de Risco para as Aquisições do TRE-PA com o objetivo de orientar as unidades a implementá-la em conformidade com o Processo de Contratação de Bens e Serviços.

PLANO DE TRATAMENTO DE RISCOS NAS AQUISIÇÕES 2019

Velocidade do Físico



Cronograma Físico



*"Queríamos avançar de uma gestão de riscos **meramente documental** para uma gestão de riscos **efetiva**. Com a Política de Aquisições e as ações de melhoria no processo de contratação isso vem se tornando realidade"*

Walber Remédios, Secretário de Administração

GERENCIAMENTO DE RISCOS RELEVANTES

Além do estabelecimento da Política de Gestão de riscos nas aquisições e de seus plano de Tratamento, a área responsável pelas contratações adotou medidas efetivas para gerenciamento de riscos relevantes no âmbito das contratações:

- Criação do **Núcleo Gestor de Contratos**;
- decisão pela **adoção da conta depósito**;
- Aprovação do **Caderno de Processos de Contratação**;
- Implantação **do sistema de monitoramento do plano de contratações**.

VISÃO PARCIAL DO PLANO DE TRATAMENTO DE RISCOS - AQUISIÇÕES

Evento de Risco	Ação	Novo/Existente	Gestor (titular da Unidade)	Prazo (se novo)	Controle	Nível de Medida de Risco Inerente
Inclusão de referência de preço inadequada no TR/PB	Elaborar POP para refinamento da estimativa de preços	Novo	SECOM	30 dias	POP aprovado pela Secretaria de Administração	Médio
	Aprimorar a análise da Coleta de Preços por parte do Demandante	Novo	SECOM	30 dias	Checklist para análise da coleta de preços	
Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos	Alta administração estabelece que as contratações devam ser planejadas por uma equipe multidisciplinar, incluindo pelo menos os papéis de requisitante, técnico e administrativo.	Existente	Diretor Geral			Médio
	Atualizar modelo de estudos preliminares, incluindo necessidade da equipe de planejamento observar o guia de licitação sustentável da AGU	Novo	SA	30 dias	Modelo de estudos preliminares atualizado	
	Alta administração mantém quadro de servidores com capacitação adequada a exercer os vários papéis na gestão contratual.	Existente	Diretor Geral			
Fiscalização inadequada dos aspectos sobre os quais não detém competência	Realizar capacitação e formação continuada de servidores para as funções de gestor e fiscal de contratos	Novo	Coordenador de Educação e Desenvolvimento	60 dias	Plano de Capacitação a ser apresentado ao Comitê	Médio
	Propor a implantação da unidade de gestão de contratos	Novo	Diretor Geral	120 dias	Proposta encaminhada	
	Manter atualizado o Manual de Fiscalização de Contratos, contemplando serviços terceirizados, de tecnologia da informação, de obras e serviços de engenharia e de serviços comuns.	Existente	SA			

APÊNDICE II – PLANO DE TRATAMENTO DE RISCOS

V FÓRUM DE BOAS PRÁTICAS DE AUDITORIA - GESTÃO DE RISCOS DO REGISTRO DE CANDIDATURAS 2018.

Nas eleições de 2018 a Secretaria de Auditoria Interna (SAUDI) realizou consultoria junto à Secretaria Judiciária (SJ) para gerir os riscos no processo finalístico de Registro de Candidaturas 2018. Tal processo experimentou pela primeira vez a tramitação 100% eletrônica de procedimentos. Para tanto, foram mapeados 32 eventos de risco, causas e consequências, probabilidade, impacto e nível de respostas, além dos controles implementados.

Submetido pelo TRE-PA ao V Fórum de Boas Práticas de Auditoria, o trabalho foi acolhido pela organização para apresentação presencial, ocorrida em Belo Horizonte (MG) nos dias 22 a 24/05/2019.. Desta forma, SJ e SAUDI apresentaram no evento o case "Consultoria em Gestão de Riscos no Registro de Candidaturas", trazendo, no final da exposição, a visão do gestor quanto ao projeto.



4

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

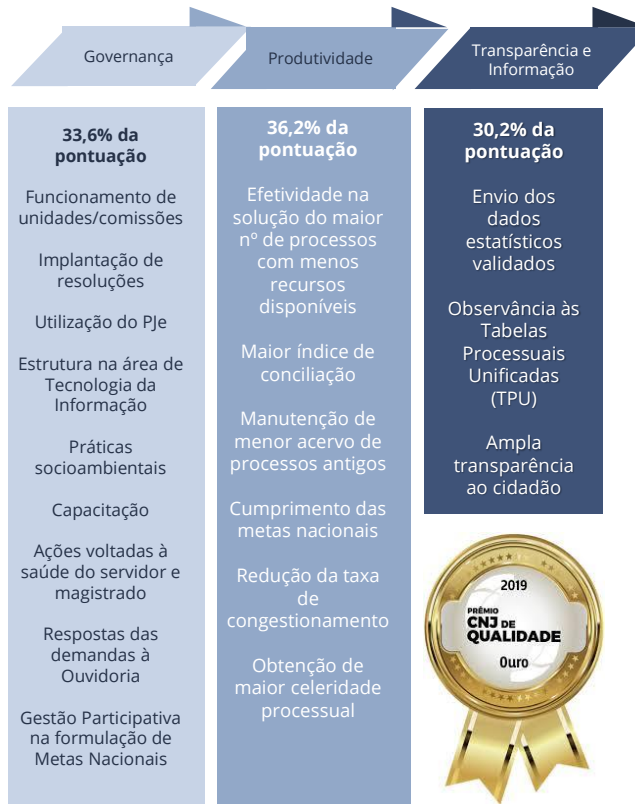
PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE



Durante o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em 25 de novembro de 2019, o TRE-PA foi agraciado com o troféu da categoria do Prêmio Ouro CNJ de Qualidade.

O prêmio CNJ de Qualidade concedido anualmente aos Tribunais que se destacaram no segmento de Justiça é um estímulo para a busca da excelência no planejamento e na gestão de suas atividades, na organização administrativa e judiciária e, ainda, na sistematização e disseminação das informações e da produtividade.

O ano de 2019 contemplou uma série de mudanças na premiação que passou a levar em consideração três eixos temáticos: Governança; Produtividade; Transparência e Informação.



Para superar os novos desafios propostos pelo CNJ, o TRE-PA contou com o envolvimento de todos os seus setores, os quais, através da: disponibilização e adequação da solução tecnológica para extração de dados; agilidade na prestação jurisdicional e redução da taxa de congestionamento; gestão estratégica dos resultados; promoção da transparência no Portal da Internet, fomento da gestão participativa e melhoria dos índices de governança, contribuíram para alcançar a premiação recebida. Valendo também destacar a colaboração da Secretaria de Auditoria Interna através da consultoria **“Gestão de riscos do Processo do Prêmio CNJ de Qualidade”**, do constante monitoramento do plano de ação e da avaliação da suficiência das evidências a serem encaminhadas ao CNJ para demonstrar a excelência requerida.

<https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/premio-cnj-de-qualidade/resultados-premiocnj/>

PRINCIPAIS RESULTADOS POR MACRODESAFIOS

No ano de 2019 importantes resultados foram obtidos com a execução de iniciativas estratégicas definidas para o biênio 2019-2020, dentre as quais, destacam-se a conclusão do cadastramento biométrico no estado, implementação do Processo Judicial Eletrônico-PJE nas Zonas Eleitorais, a maior aproximação e interação com o eleitorado através das mídias sociais, as ações de cidadania desenvolvidas, os seminários e palestras voltados ao público interno e externo (estudantes, advogados, partidos políticos e sociedade em geral), a formalização da metodologia para elaboração do Plano Integrado de Eleição e a construção participativa deste, e a adoção do teletrabalho.

Nas páginas seguintes, destacaremos estes e outros resultados da gestão, numa abordagem que passará por cada macrodesafio insculpido no Planejamento Estratégico 2016-2021.

SOCIEDADE

1. Garantia dos Direitos de Cidadania
2. Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa

PROCESSOS INTERNOS

3. Fortalecimento da segurança do processo eleitoral
4. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

RECURSOS

5. Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
6. Aperfeiçoamento da Governança Institucional
7. Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária
8. Melhoria da infraestrutura e governança de TIC



No ano de 2019, o TRE-PA elegeu as seguintes iniciativas para viabilizar o fortalecimento da democracia por meio de práticas sustentáveis, da promoção da acessibilidade e da garantia do exercício do voto a todo cidadão, de forma segura e transparente:

Difusão dos conhecimentos sobre o funcionamento e segurança do processo eleitoral (PNEF)

Implementação do plano de comunicação Institucional

Implementar plano de desfazimento de bens

Aperfeiçoar o processo de trabalho do *Ranking* da Transparência

Ações de Acessibilidade

Ampliar o Projeto “Começar de Novo”

Sustentabilidade Ambiental



PROGRAMA NACIONAL ELEITOR DO FUTURO

O Programa Nacional Eleitor do Futuro - PNEF tem como objetivo oportunizar informações às crianças, adolescentes e jovens, estimulando o exercício da cidadania de forma ética e a conscientização político-eleitoral.

As ações são realizadas em escolas e centros comunitários com atividades previamente elaboradas e direcionadas a cada faixa etária, entre elas a apresentação didática da urna eletrônica e a realização de eleição simulada com candidatos fictícios. Ainda, na linha lúdica, são distribuídos cartilhas e gibis cujas Atividades proporcionam reflexão por meio da diversão.

Em 2019, a Escola Judiciária Eleitoral - EJE-PA, em parceria com

instituições públicas e privadas de ensino, cartórios eleitorais e outras entidades, deu continuidade às ações do PNEF, as quais, além de seu caráter informativo, fomentam a discussão política, retirando dúvidas sobre o processo eleitoral e sobre a segurança da urna eletrônica, por meio de atividades educativas que visam resgatar e acentuar a importância de valores como: cidadania, responsabilidade, importância do voto, ética, participação social e política.



No ano de 2019, o Programa Nacional Eleitor do Futuro visitou 23 instituições de ensino e alcançou um público de 7.192 pessoas.

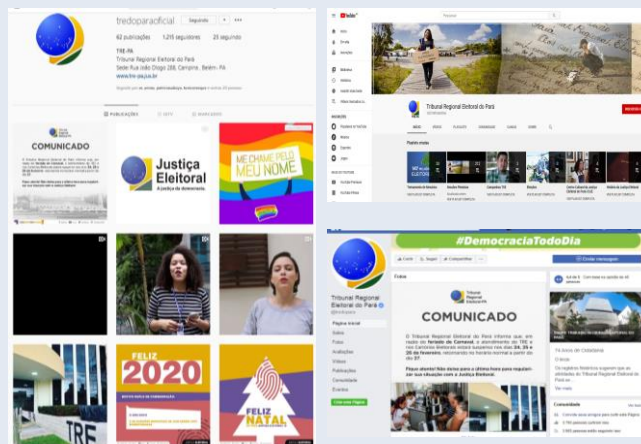
APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Assessoria de Comunicação Institucional – ASCOM, reestruturada em 2019, foi responsável pela ampliação e fortalecimento do relacionamento com a sociedade, produzindo e publicando conteúdo focado na divulgação dos serviços e ações, e no combate à desinformação, demonstrando a credibilidade das urnas e do processo eleitoral.



PORTAL DA INTERNET

O site do Tribunal (www.tre-pa.jus.br) foi reformulado e tornou-se mais interativo, facilitando o acesso a serviços e informações de interesse de eleitores, candidatos e partidos.



PERFIS EM MÍDIAS SOCIAIS

Alinhado com as novas plataformas de comunicação, o TRE-PA possui perfis nas principais redes sociais, tais como: Facebook, Twitter, YouTube, Flickr e Instagram, este último, que teve sua primeira postagem em setembro/2019, juntamente com as demais mídias tem permitido levar informação e interagir com o eleitor e demais clientes externos.

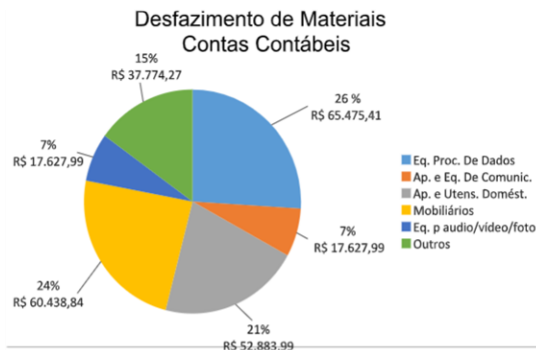
PODCAST

Pioneiro no uso dessa forma de comunicação na Justiça Eleitoral, o TRE do Pará lançou em setembro de 2019 o



“Pode Crer!”, Podcast que fornece informações sobre a atuação do órgão. O programa gerido pela ASCOM conta com a contribuição de servidores que emprestam suas vozes para quadros como o “Eu, a urna!”, os quais podem ser acessados pelos ouvintes em seus celulares ou no link disponibilizado pelo TRE.

IMPLEMENTAR O PLANO DE DESFAZIMENTO DE BENS



Em 2019, o TRE-PA realizou o desfazimento de bens permanentes e de consumo, resultando na doação a instituições sem fins lucrativos e a órgãos públicos de bens inservíveis a este Regional, mas úteis aos donatários.

A prática evidencia o comprometimento socioambiental deste Tribunal e proporciona a adequada destinação de bens ainda passíveis de uso, mas que tiveram sua permanência na instituição desaconselhada por comissão específica, observando o Decreto nº 9.373/2018 e IN TRE-PA nº 2/2019.

Foram selecionados 2174 bens, que representam o montante de R\$ 251.828,60.

APERFEIÇOAR O PROCESSO DE TRABALHO DO RANKING DA TRANSPARÊNCIA

Propondo-se aprimorar o acesso à informação e a melhoria da comunicação com a sociedade de modo a permitir a antecipação de demandas, o aumento da credibilidade do órgão e o controle social.

Para tanto, aprovou-se a Portaria TRE-PA nº 19.160/2019, a qual estabelece as unidades responsáveis, bem como a periodicidade de publicação e atualização de informações institucionais no portal na internet deste Regional.

Também, realizou-se verificação no referido portal a fim de identificar dados omissos ou desatualizados, possibilitando com isso a prestação de informação mais completas e precisas a sociedade.

PROJETOS E AÇÕES DE ACESSIBILIDADE

A Ouvidoria da Justiça Eleitoral - OJE em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral - EJE, realizou a oficina de inicialização à Língua Brasileira de Sinais, esta especialmente desenvolvida para atender as necessidades dos eleitores, contando, inclusive, com os diálogos mais comuns nas operações referentes ao cadastro eleitoral. Participaram da oficina 26 (vinte e seis) servidores que atuam diretamente no atendimento ao público.

Em preparação para as Eleições 2020, este Tribunal elaborou estudos voltados ao diagnóstico da acessibilidade de seus imóveis, bem como traçou estratégias visando a melhoria de acesso aos locais de votação de diversos municípios paraenses.



AMPLIAÇÃO DO PROJETO COMEÇAR DE NOVO

O Programa Começar de Novo, regulamentado pela Resolução TRE-PA nº 5.434/2018, tem o objetivo de facilitar a reinserção de egressos do sistema carcerário no mercado de trabalho e atua em três frentes:

- postos de trabalho no Tribunal, remunerados por meio de bolsa específica;
- percentual mínimo de contratação de trabalhadores em processo de cumprimento de pena criminal pelas empresas às quais o TRE-PA terceiriza parte de sua atividade-meio; e
- investimentos na capacitação profissional de presos e egressos do sistema penitenciário.

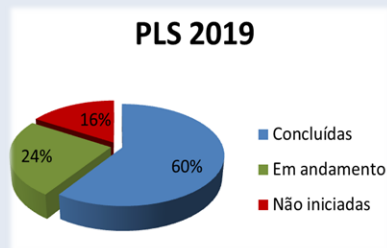
No ano de 2019, o Tribunal ampliou o número de bolsistas, passando de 2 (dois) para 4 (quatro) beneficiários do Programa, que desenvolvem suas atividades na Seção de Gestão da Documentação - SAGD, ligada à Secretaria de Administração.

O trabalho na SAGD vem auxiliando os bolsistas na aquisição de novos conhecimentos e experiências para seus currículos, incentivando-os a procurar novas oportunidades de emprego.

Houve também o investimento de R\$12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) com a contratação de cursos de Informática Básica e de Manutenção de Microcomputadores para os inscritos no Programa pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com quem este Tribunal mantém acordo de cooperação. Ao todo, foram capacitados 32 beneficiários.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Plano de Logística Sustentável – PLS constituiu a principal ferramenta norteadora das práticas de sustentabilidade no exercício de 2019.



O PLS, em consonância com o estabelecido pela Resolução CNJ nº 201/2015 é composto por 37 (trinta e sete) ações, organizadas em oito eixos temáticos (uso eficiente de insumos e materiais; energia elétrica; água e esgoto; gestão de resíduos; qualidade de

vida no ambiente de trabalho; construções sustentáveis; deslocamento de pessoal, bens e materiais; e sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional), promoveu o envolvimento de diversos setores do Tribunal, estimulando a construção integrada de processos de trabalhos alinhados aos critérios de sustentabilidade.



Realização de Feira mensal de Agricultura Familiar, estimulando a prática de alimentação saudável e a economia local. (Nov/2019)



Reunião com os colaboradores para melhoria da coleta seletiva. (Dez/2019)

Para cumprimento deste desafio o TRE-PA atuou na priorização do julgamento de ações que importem, sobretudo, desvio de recursos públicos e na perda ou cassação de mandatos, promovendo o monitoramento, através de relatórios analíticos, e, ainda, disponibilizando informações acerca da correta movimentação processual.

Para tanto iniciou os projetos abaixo, os quais encerrarão em dezembro de 2020, com escopos voltados à célere prestação jurisdicional nas ações prioritárias:

Priorizar julgamento das ações que importem em perda de mandato eletivo

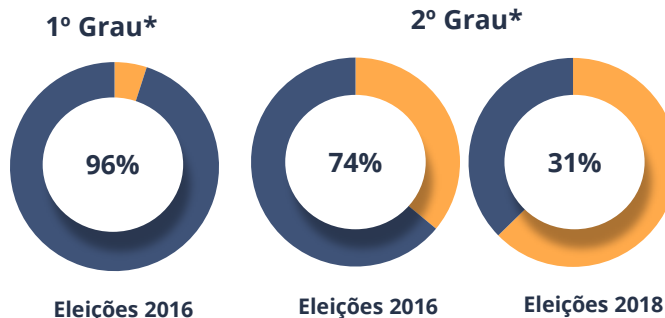
Esclarecer sobre Ilícitos Eleitorais

PRIORIZAR JULGAMENTO DE AÇÕES QUE IMPORTEM EM PERDA DE MANDATO ELETIVO

Os resultados relativos a este macrodesafio também são decorrentes das ações realizadas no campo da “Celeridade e Produtividade da Prestação Jurisdicional.”, haja vista que envolve o julgamento de processos que se enquadram no texto da Meta Nacional 4 do Conselho nacional de Justiça, cujos resultados no ano de 2019 constam abaixo:

META 4: Processos prioritários (perda de mandato).

Identificar e julgar, até 31/12/2019, 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas Eleições 2018, distribuídas até 31/12/2018, que possam importar na perda de mandato eletivo.



*Dados extraídos do Portal BR em 04/3/2020

ESCLARECER SOBRE ILÍCITOS ELEITORAIS



Para disseminar informações e promover a discussão de temas relevantes ao combate de ilícitos eleitorais, o TRE-PA recebeu o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Tarcísio Vieira Carvalho, para proferir a palestra “Aspectos Práticos dos Crimes Eleitorais e Conexos na Justiça Eleitoral”.

O evento foi aberto ao público e oportunizou o esclarecimento de dúvidas quanto à decisão do STF (Inquérito 4.435) que assentou a competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar crimes comuns que tenham conexão com delitos eleitorais.

Visando a avaliação de impactos e a implementação da decisão do STF, este Tribunal participou de Grupo de Trabalho Nacional instituído pelo TSE.

PROCESSOS INTERNOS

FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

Visando assegurar a transparência, segurança e probidade no processo eleitoral, foram concluídas, em 2019, as seguintes iniciativas estratégicas:

Planejar o ciclo final da biometria no estado

Gerenciar o FILIA a partir da integração com o SGIP

Aperfeiçoar a metodologia elaborar o Plano Integrado de Eleições

CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO

Logo após a Eleição 2018 iniciou-se a execução das últimas etapas do programa de cadastramento biométrico 2019-2020 na modalidade de Revisão do Eleitorado, nos termos das Resoluções TRE-PA nº 5.504/2018 e nº 5.545/2019. A primeira etapa, iniciada ainda em novembro de 2018, foi concluída no início de 2019 e abrangeu 20 (vinte) municípios.

A etapa 2, executada de 20/02 a 05/06/2019, abrangeu 25 municípios cobertos pelo programa, a qual foi viabilizada por inúmeras parcerias firmadas com entes públicos locais para obtenção de recursos humanos e de infraestrutura física.

Em sequência, a terceira e última etapa do projeto iniciou em 27/06/2019, abrangendo os 29 municípios remanescentes.

O Programa de Identificação Biométrica foi concluído no estado do Pará em 22/11/2019. Com isso, o eleitorado se tornou 100% biométrico, o que possibilitará a realização das próximas eleições totalmente pela modalidade biométrica.



RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO EM NÚMEROS

10 ANOS DE TRABALHO

CERCA DE 5,8 MILHÕES DE ELEITORES

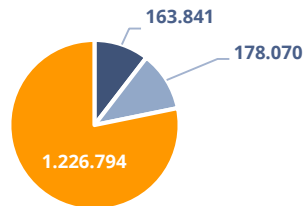
META CUMPRIDA COM 2 ANOS DE ANTECEDÊNCIA

2020 1ª ELEIÇÃO 100% BIOMETRIZADA NO ESTADO

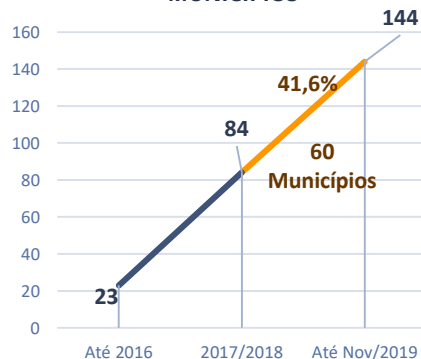
NOVO ELEITORADO PARÁ

5.362.954

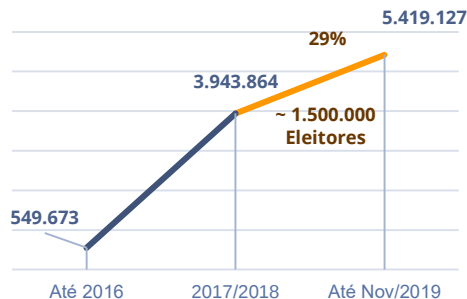
ATENDIMENTOS EM 2019



MUNICÍPIOS



ELEITORADO



GERENCIAR O FILIA A PARTIR DA INTEGRAÇÃO COM O SGIP

A Resolução TSE nº 23.596/2019 desativou a plataforma FILIAWEB, devendo as informações referentes a filiações passarem a ser registradas no Sistema de Filiação Partidária - FILIA, o qual foi integrado ao Sistema de



Reunião com Partidos Políticos - FILIA

Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP, priorizando, assim, a autonomia partidária.

A Secretaria Judiciária participou do processo de implementação do FILIA, integrando o Grupo Nacional de Sistemas Partidários, contribuindo com a elaboração da minuta da citada resolução e com a realização de testes a fim de detectar e relatar inconsistências no novo sistema. Em setembro de 2019 a Seção de Gerenciamento de Dados Partidários realizou reunião com representantes de partidos políticos para apresentação do FILIA, demonstrando seu uso e prestando esclarecimentos diários ao público interno e externo acerca dos sistemas partidários vigentes (FILIA, SGIP e Sistema de Acompanhamento de Partidos em Formação - SAPF).

Aperfeiçoar metodologia e elaborar o Plano Integrado de Eleições



PLANO
INTEGRADO
ELEIÇÕES 2020



O Plano Integrado das Eleições - PIE é o ponto de partida para que o TRE-PA realize as Eleições de forma célere, transparente, segura e com eficiência na utilização dos recursos públicos.

A elaboração do PIE 2020 iniciou com a revisão da metodologia de elaboração por meio do projeto “Aperfeiçoar a Metodologia das Eleições”, o qual teve como sua principal entrega a Resolução TRE-PA nº 5.573/2019, que instituiu diretrizes para elaboração e definiu de temas e processos de eleição, conferindo mais governança à etapa de planejamento do pleito.



DEFINIÇÃO
PROCESSOS E ESCOPO



REGRAS DE NEGÓCIO
SISTEMA INFORMATIZADO
(NOVO AELIS)



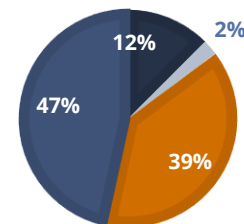
MINUTA DE RESOLUÇÃO
FORMA, PRAZO E REQUISITOS
ELABORAÇÃO/ MONITORAMENTO

Já sob a disciplina da norma citada, o NPGE – Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica dirigiu as seguintes etapas para a construção colaborativa do PIE 2020:

- Elaboração de planilha preliminar de atividades;
- Análise e revisão das atividades da planilha pelas unidades;
- Reunião de abertura do Planejamento de Eleições; e
- 13 Reuniões de Alinhamento e escolha do gerente de cada processo.

Durante as reuniões de alinhamento, os gestores, tomaram ciência das atividades indicadas para o processo e reviram o responsável e o prazo de execução, bem como analisaram as 87 sugestões de melhoria advindas do processo de Avaliação das Eleições 2018, realizado em janeiro de 2019. Após tal análise, apenas 2% das sugestões não foram atendidas:

SITUAÇÃO DAS SUGESTÕES DE MELHORIA



- Implementado pelo Gestor
- Não Atendida
- Encaminhar ao Gerente do Processo
- Atendida no PIE

O **PIE 2020**, produto final desse trabalho, contempla 347 atividades mapeadas. O Plano foi apresentado pelo Presidente à Corte em 28/11/2019, que o aprovou na forma da Resolução TRE-PA nº 5.601/2019.



O TRE-PA para garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, bem como elevar a produtividade de magistrados e servidores, realizou ações conduzidas pelo princípio da celeridade processual.

Implementação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico no 1º Grau

Promover a orientação e o monitoramento da gestão processual

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO 1º GRAU

A partir de 17 de dezembro de 2019, as 100 zonas eleitorais do Pará passaram a realizar toda a tramitação de processos novos utilizando o sistema de processo judicial eletrônico - PJE, concluindo o ciclo de implantação do sistema, em cumprimento à Meta Específica nº 2/2019 do CNJ.

Com isso, as próximas Eleições municipais terão a tramitação processual integralmente eletrônica, proporcionando consistentes ganhos de produtividade, eficiência e segurança.

Para que isso fosse possível, foi constituído Grupo de Trabalho específico que realizou diversos encontros para definir as diretrizes, discutir soluções e esclarecer dúvidas. Assim foram superadas questões relativas à infraestrutura de rede e qualidade de conexão, quantitativo de pessoal, treinamento e capacitação, configurações do sistema e suporte aos usuários interno e externos.

As seguintes ações foram adotadas para viabilizar a implementação do sistema em todos os municípios do estado:

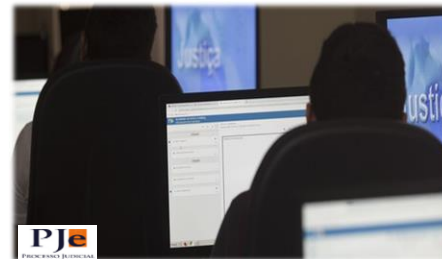
1. Criação de Núcleo do PJe para configuração, orientação, auxílio e suporte a usuários internos e externos;

2. Treinamentos presenciais divididos em 14 turmas, totalizando **216 servidores capacitados**;

3. Realização de evento no dia 13 de agosto de 2019 para a apresentação do Sistema aos membros da OAB/PA;

4. Comunicação à Advocacia-Pública, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Federal, dentre outros atores, dando ciência do cronograma e fases de implementação do sistema

Até 18/12/2019, 638 (seiscentos e trinta e oito) processos de 1º grau já estavam autuados e em tramitação através do novo sistema. Para o processo eleitoral de 2020, estima-se receber mais de 20 mil feitos apenas perante os juízos de primeira instância, cujos autos digitais poderão ser acessados pelas partes, seus advogados, juízes, membros do ministério público e servidores simultaneamente e de qualquer lugar.



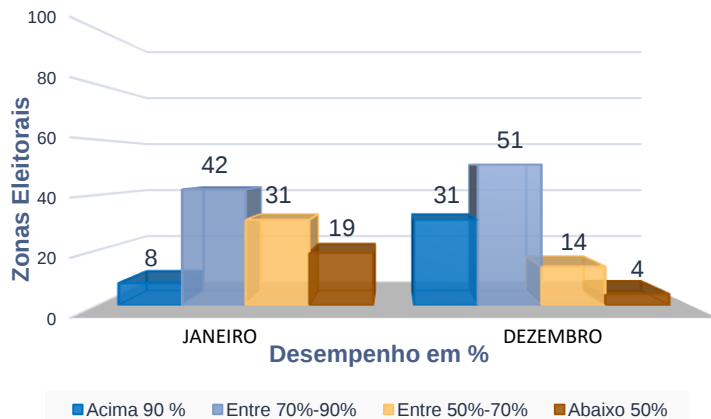
PROMOVER POLÍTICA (OU ROTINA) DE ORIENTAÇÃO E MONITORAMENTO REFERENTE À GESTÃO PROCESSUAL NO ÂMBITO DO 1º GRAU

O sistema PortalBr permite à Corregedoria acompanhar a gestão de processos no âmbito do 1º Grau, verificando irregularidades na tramitação processual, orientando e indicando as soluções cabíveis para cada caso.

O PortalBr também consolida informações sobre Metas, Indicadores do Planejamento Estratégico e do CNJ, dados de Produtividade Mensal de Serventia e de Magistrados, bem como da Justiça em Números, estatísticas estas que refletem na pontuação para o Prêmio CNJ de Qualidade.

Durante o ano de 2019 as zonas foram acompanhadas continuamente ara melhorar indicadores de desempenho e cumprir as Metas Nacionais do CNJ, com a presença atuante da Corregedora Eleitoral e servidores da CRE. O resultado foi uma melhora considerável dos índices de eficiência das zonas eleitorais.

Comparativo do Desempenho das Zonas no Mês JAN e DEZ
(FONTE:PORTALBR 09/01/2020)



MANTER MEIOS ESPECÍFICOS DE MONITORAMENTO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL NO 2º GRAU

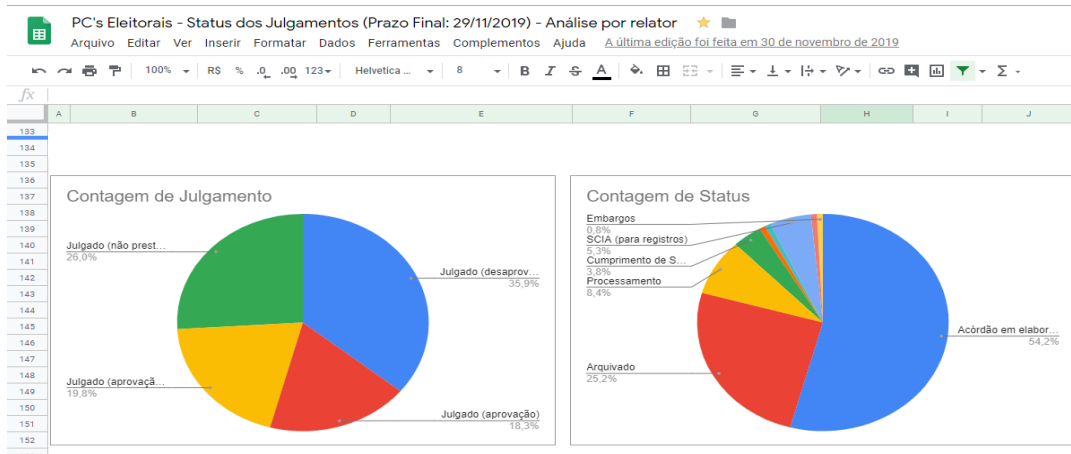
Para monitorar a tramitação processual no 2º grau são consolidados periodicamente dados em relatórios analíticos, os quais auxiliam a condução de reuniões com gestores a fim de definir metas de duração de tramitação processual.

Também são identificados os processos que influenciam diretamente no cumprimento das Metas Nacionais estabelecidas pelo CNJ ou instituídas especificamente à Justiça Eleitoral, visando o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional ao proporcionar serviços mais céleres e eficientes.

Dentre os meios de monitoramento utilizados em 2019, cumpre destacar o levantamento do estoque processual afeto às prestações de contas para acompanhamento e tramitação prioritários.

O levantamento, consolidado por relator em planilha do Google Drive, foi compartilhado com todos os gabinetes dos juízes membros do Tribunal e Secretaria de Auditoria Interna para conferir amplo conhecimento da fase e estado do andamento das prestações de contas julgadas e pendentes de julgamento.

A medida permitiu, por exemplo, identificar gargalos, definir prioridades, agilizar diligências e uniformizar o tratamento para casos semelhantes em tramitação na Corte.



QUANTITATIVO JULGAMENTOS COLEGIADO POR CLASSE	
CLASSE	QUANTIDADE
Agravo Regimental	15
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	6
Ação Penal	7
Conflito de Competência	1
Consulta	1
Embargos de Declaração	56
Instrução	6
Habeas Corpus	3
Mandado de Segurança	4
Petição	14
Prestação de Contas	823
Processo Administrativo	21
Recurso Contra Expedição de Diploma	3
Recurso Criminal	4
Recurso Eleitoral	141
Registro de Órgão de Partido Político em Formação	1
Representação	9
Revisão de Eleitorado	82
TOTAL	1.197

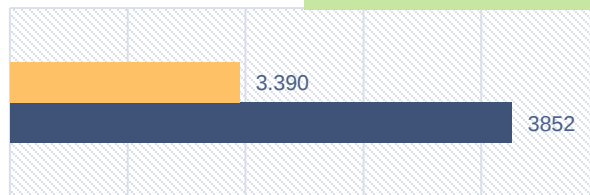
METAS NACIONAIS DO CNJ

DESEMPENHO GERAL DO ÓRGÃO

META 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

META 1

Grau de Cumprimento:
113,59%

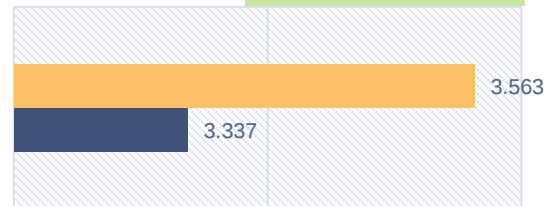


■ Distribuídos ■ Julgados

META 2: Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017.

META 2

Grau de Cumprimento:
105,91%



■ Distribuídos ■ Julgados

O Desempenho do TRE-PA nas Metas nacionais do CNJ pode ser acompanhado no Portal do CNJ, a partir de informações encaminhadas por este Regional para o Sistema de Metas.

CNJ:
https://painéis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_l%2FPAInelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shMNRespostas



O aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas requer a adoção de políticas, métodos e práticas relacionadas à adequada distribuição da força de trabalho, à avaliação e ao desenvolvimento de competências, à valorização dos servidores e colaboradores e à humanização nas relações de trabalho, objetivando gerenciar e potencializar o capital humano disponível, além de buscar elementos que favoreçam o clima organizacional.

Portanto, em 2019, visando concretizar este macrodesafio, foram executadas as seguintes ações:

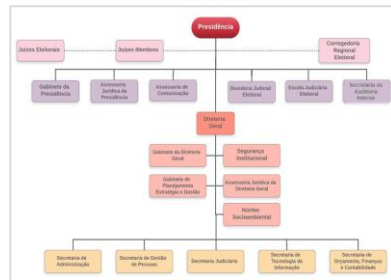
Promover a reestruturação orgânica das unidades do TRE-PA

Desenvolver o Plano Anual de Capacitação

Promoção da saúde integral do servidor

REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA

A reestruturação orgânica das unidades do Tribunal, realizada pela Resolução TRE-PA nº 5.5398, de 9 de abril de 2019, ocorreu em consequência da proposição realizada pela Comissão de Transição de Gestão e levou em consideração as proposições das unidades administrativas para:



- ❑ melhorar a estrutura dos Gabinetes dos Juizes Membros;
- ❑ permitir alocação de recursos humanos compatíveis com a missão de conferir celeridade à prestação jurisdicional;
- ❑ atender as demandas do CNJ para a devida estruturação dos Núcleos socioambiental e de estatística;
- ❑ suprir as novas demandas advindas da implantação do Pje no 1º grau (Zonas eleitorais);
- ❑ proporcionar às demais unidades estrutura compatível ao regular desempenho de suas atribuições.

Assim, resultante dessa iniciativa, foram criados núcleos: de Estatística; Gestor de Contratos; Socioambiental; do Pje e de Governança de TI; Além disso, foi destinada uma assistência, nível FC-1, para cada Gabinete de Juiz Membro, viabilizada pela união e transformações de seções: SEGAP e SECCE, em SEAL (Seção de Almoarifado); SEARQ e SEPRO, ambas transformadas/fundidas em SAGD (Seção de Arquivo e Gestão Documental) e SEPEX (Seção de Protocolo e Expedição), respectivamente.

DESENVOLVER O PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

A política de capacitação e treinamento da instituição é conduzida por meio de ações que visam promover o desenvolvimento do servidor de forma ampla e abrangente. São usadas basicamente duas ferramentas para execução da política de capacitação: o Plano Anual de Capacitação e o Programa Bolsa de Estudos.

O Plano de Capacitação está pautado na Gestão por Competências e vem sendo conduzido nessa metodologia desde o ano de 2012. O levantamento das necessidades de treinamento tem como insumo as competências mapeadas para o Tribunal nas dimensões Genéricas, Específicas e Gerenciais, observadas as lacunas de competências evidenciadas no resultado do último ciclo de avaliação, realizado no ano de 2018.

No ano de 2019 foram realizadas, ao todo, 104 ações de treinamento, em diversas áreas do conhecimento, a maioria na área de Administração e Gestão, seguido da área Judiciária.

ÁREA	SERVIDORES CAPACITADOS
Judiciária	310
Tecnologia da Informação	52
Administração e Gestão	936
Responsabilidade Social	81
Saúde e Qualidade de Vida	56

Os eventos *in company* e aqueles realizados através de instrutores internos capacitaram maior quantidade de servidores. Na planilha a seguir constam os dados resumidos da execução do Plano de Capacitação, por modalidade:

Modalidades	2019	
	Quantidade de Treinamentos	Quantidade de Servidores Capacitados
Treinamentos <i>in company</i> , repasses internos e parcerias	49	1.102
Treinamentos externos, e participações em Congressos, Seminários e afins	59	135
Treinamentos a distância	7	198
Total	113	1.435

Nota-se, inclusive, por meio da tabela abaixo, um incremento das despesas empregadas com a contratação de instrutores internos, na ordem de 84%, enquanto a contratação de instrutores externos registrou aumento de 67%.

ITEM	2018 VALOR (R\$)	2019 VALOR (R\$)
Instrutoria Interna	44.267,00	81.834,34
Instrutoria Externa	247.950,00	414.471,31

Também foi utilizada a modalidade de instrutoria interna para construção do conteúdo da Trilha de Pregoeiros, em formato de Ensino à Distância (EaD), que será adotada como treinamento de formação inicial dos pregoeiros, em fase de *design* instrucional para inserção no ambiente de aprendizagem do Tribunal.

As competências genéricas foram contempladas no projeto de desenvolvimento de trilhas de aprendizagem, em parceria com o Laboratório de Gestão do Comportamento Organizacional (GESTCOM) da Universidade Federal do Pará.

Os investimentos do TRE/PA em treinamento gerencial, atendendo ao que dispõe o art. 6º, III, da Resolução TSE nº 22.572/2007, também sofreram acréscimo, alcançando a cifra de **R\$107.880,00** (cento e sete mil, oitocentos e oitenta reais), 23,5% superiores ao total de gastos efetuados no ano anterior.

A capacitação dos gestores do Tribunal foi conduzida com a realização de 4 treinamentos:

- ❑ “Pró-Gestor em Saúde” que teve como público alvo 15 gestores da Secretaria da Tecnologia da Informação e carga horária de 62 horas;
- ❑ “Compliance e Governança Corporativa” realizado para 20 gestores entre Secretários e Coordenadores, com carga horária de 24 horas;

- ❑ “Desenvolvimento Gerencial para Gestores Públicos” que contou com a participação de 78 gestores, entre Secretários, Coordenadores e Chefes de Seção, com carga horária de 24 horas;

- ❑ “Desenvolvimento de Competências Gerenciais” realizado na modalidade a distância para os Chefes de Cartório, com carga horária de 30 h.



PROGRAMA BOLSA DE ESTUDOS

O Programa Bolsa de Estudos estimula o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do órgão a médio e longo prazo, nas áreas de interesse da Justiça Eleitoral. São custeados parcialmente cursos de graduação, sequenciais de formação específica e de pós-graduação, e o reembolso varia entre 50% a 75% das mensalidades.

Para ser beneficiário do programa o servidor precisa participar do processo seletivo, realizado anualmente, após a apuração do saldo de vagas a ofertar no exercício, de acordo com a disponibilidade orçamentária e limite de vagas previsto em regulamento. Abaixo constam as despesas no ano de 2019:

ITEM	VALOR (R\$)	SERVIDORES BENEFICIADOS
Cursos de Graduação	63.440,48	10
Cursos de Pós-graduação	3.998,27	2

PROMOÇÃO DA SAÚDE INTEGRAL DO SERVIDOR

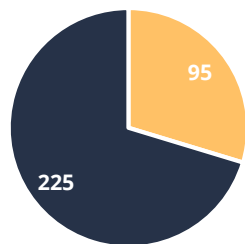
A assistência à saúde dos servidores e seus dependentes legais é gerenciada pelo Programa de Assistência à Saúde (PROAS), ao qual são credenciados médicos, odontólogos, clínicas e hospitais do estado do Pará, além de operadores de saúde em território nacional, contemplando o reembolso de serviços médicos e odontológicos, entre outros benefícios.

Dentre os programas, projetos e ações realizados com foco na promoção da saúde física e mental dos servidores e demais colaboradores do Tribunal, o Programa de Exames Periódicos em Saúde do Servidor (PEPSS) é elemento central na atenção à saúde do servidor e, juntamente com dados de absenteísmo, permite traçar o perfil epidemiológico e direcionar ações de promoção da saúde no ambiente de trabalho.

Em 2019, foram convocados para o PEPSS 320 servidores com idade superior a 46 anos, dos quais 95 concluíram os exames periódicos (30%), superando a meta de 20% estipulada para o ano. Do total de concluintes, 25% estão alocados em pelo menos um dos seguintes grupos de risco: dislipidemia, hipertensão arterial, diabetes, tabagismo, elitismo e obesidade.

PEPSS

IDADE ACIMA DE 46 ANOS



■ concluíram exames
■ não concluíram exames



PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

■ **Campanha Projeto Ergonomia:** despertar para a necessidade de adequar estações de trabalho, após diagnóstico de postos de trabalho do Tribunal.

■ **Oficina Automassagem:** Educação e experimentação para prevenção das lesões musculares.

■ **Oficina Alimentação Saudável:** Educar e motivar para escolhas alimentares saudáveis.

■ **Palestra sobre Comunicação Não-Violenta** proferida pelo Professor Doutor Marcelo Pelizzoli (UFPE).

■ **Projeto Psicoeducação:** Promoção de rodas de conversa com especialistas na área de saúde mental.

■ **Projeto Mente e Corpo em Equilíbrio** – Meditação e Reiki

■ **Imunização para Influenza:** Realizadas anualmente, através de parcerias com os órgãos de saúde municipal e estadual, a campanha em 2019 contabilizou 270 doses aplicadas.

■ **Curso Pró-Gestor em Saúde:** O Papel do Líder na Humanização das Relações de Trabalho – O treinamento, que visa fomentar a humanização das relações de trabalho, foi desenvolvido em 2019 na SOFC e STI



Oficina Alimentação Saudável



Curso Pró-Gestor em Saúde

Corresponde à formulação, implementação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRE-PA, produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projetos.

Estabelecer metodologia de gestão de projetos

Aperfeiçoar a gestão de contratos administrativos

Adotar Indicadores de Medição de Resultados (IMR) nos contratos

Monitoramento de indicadores referentes ao plano de contratação

METODOLOGIA DE GESTÃO DE PROJETOS

A metodologia de gestão de projetos no TRE-PA foi institucionalizada em 2019 e culminou na elaboração de Manual para orientar e auxiliar a condução das iniciativas estratégicas, com elaboração de fluxogramas e padronização de documentos como Plano Geral do Projeto (PGP), Solicitação de Mudança (SM) e Termo de Encerramento dos Projetos (TEP).



O foco na gestão de projetos decorreu da necessidade de sistematizar procedimentos para monitorar o Plano de Gestão 2019-2020. Nesse sentido, foi realizada reunião com os gestores para apresentar a metodologia e posteriormente reuniões presenciais para auxiliá-los na construção do Plano Geral do Projeto, que reúne informações como gerente e equipe do projeto, objetivo, entregas e prazos e estimativa de gastos.

Todos os projetos do Plano de Gestão foram cadastrados no sistema GPWEB, no qual seus integrantes atualizam o progresso das entregas sob sua responsabilidade, permitindo que o Núcleo de Projetos e Governança Institucional-NPGI monitore e o reporte à Diretoria Geral, mensalmente, e ao Conselho de Governança sobre o andamento dos projetos.

Este gerenciamento tem favorecido a efetiva execução das atividades previstas e permitido a avaliação de resultados e identificação tempestiva de deficiências a serem tratadas para o êxito do projeto.

APERFEIÇOAR A GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVO

O aperfeiçoamento da gestão dos contratos administrativos através da criação do Núcleo Gestor de Contratos - NGC decorreu da necessidade de conferir ao fiscal a disponibilidade de tempo necessária para que este possa efetivamente executar o acompanhamento dos contratos sob sua responsabilidade, principalmente quanto aos aspectos técnicos do contrato ou incorreção nos procedimentos de recebimento.

Nesse sentido, a criação do Núcleo levada a efeito pela Resolução TRE-PA nº 5.5398, de 09 de abril de 2019, atendeu à uma resposta a risco mapeada pelo Plano de Tratamento de Riscos nas Aquisições, aprovado pelo Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições.



Além da criação do NGC, o aperfeiçoamento da Gestão de contratos administrativos também foi promovido pelas seguintes iniciativas:

- **Adoção da Conta depósito**
- **Caderno de Processos de Contratação;**
- **Sistema de monitoramento**

ADOÇÃO DA CONTA DEPÓSITO

O Tribunal decidiu pela adoção da conta depósito vinculada, como instrumento de controle, conforme previsto na IN 05/2018-Ministério do Planejamento, com vistas a garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e, por conseguinte, afastar eventual responsabilidade subsidiária.

CADERNO DE PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO

A Presidência do TRE-PA, através da Portaria nº 19.129, de 30/10/2019, aprovou o novo **Caderno de Processos de Contratação**, elaborado pela Secretaria de Administração e aprovado previamente pelo Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições. A operacionalização

das orientações do processo de contratação, inclusive com acesso aos modelos de referência para as equipes de planejamento é feita diretamente através da Intranet do



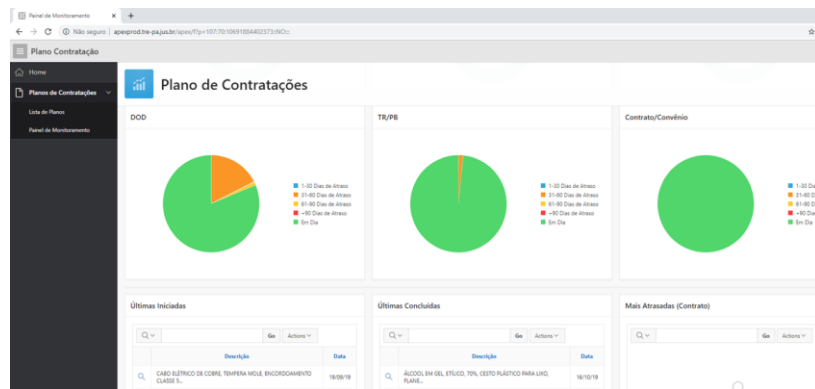
TRE-PA Clicando em cada artefato do processo o usuário terá acesso à descrição da atividade e orientações pertinentes; poderá também ter acesso aos modelos de documentos a serem adotados, conforme indicado em cada processo.

A atualização do processo de contratação decorreu da necessidade de implementar controles para mitigar riscos contemplados no atual Plano de Tratamento de Riscos nas aquisições. Além disso, com a melhoria do processo busca-se alcançar o objetivo organizacional de "Garantir a Conformidade dos Processos de Contratação", previsto na portaria nº 18.304/2018.

SISTEMA DE MONITORAMENTO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES

A Portaria n.º 18.678, de 20 de maio de 2019, dispõe sobre o planejamento de contratações para o exercício 2020. Para fins de monitoramento do Plano, dando cumprimento a uma das ações de controle prevista no plano de tratamento de riscos, foi desenvolvido e implantado o **sistema de monitoramento do plano de contratações**.

O sistema de monitoramento do plano de contratações permite acompanhar as contratações de serviços, bens e prorrogações, facilitando o acompanhamento das principais etapas envolvidas como a criação do DOD, TR/PB e CONTRATO, dando à Secretaria de Administração a visão macro da execução do plano e permitindo realizar intervenções nas contratações que apresentam alguma dificuldade no seu andamento.



MELHORAR O ÍNDICE DE GOVERNANÇA DO TRE-PA

O Projeto, iniciado em 2019, objetiva estimular o desenvolvimento de ações para aprimoramento dos mecanismos e componentes da governança institucional (liderança, estratégia e controles) para a melhoria do índice de governança do Tribunal, com base do Levantamento de Governança e Gestão Públicas, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para tanto, inicialmente foi realizado workshops para difusão do conhecimento sobre os temas de governança e seus processos entre as áreas de gestão estratégia e auditoria interna. Após, tomando por base questionário ainda em fase de validação referente ao ciclo 2020 do levantamento do IGG, foi elaborada planilha direcionada para os novos requisitos criados pelo TCU, bem como para aqueles que em 2018 foram respondidos como: "não adota", "há decisão formal ou plano aprovado para adotá-lo", "adota em menor parte" e "adota parcialmente", com vistas a priorizar as ações necessárias a equiparar a maturidade da governança institucional nos vários itens em que esta é analisada.

No final do mês de novembro, a planilha foi encaminhada pela Diretoria-Geral às macrounidades para que essas indicassem as ações a serem realizadas para cumprimento dos requisitos e os respectivos prazos necessários.

Em 2020, o NPGI acompanhará a execução das atividades indicadas e coordenará o envio de respostas ao questionário referente ao Levantamento Integrado de Governança 2020, previsto para ser realizado pelo TCU no mês de maio.

Compreende a melhoria contínua dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de racionalização e eficiência na gestão dos recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

Para seu alcance, no ano de 2019 foram enfatizadas as seguintes iniciativas estratégicas:

Adotar mecanismos de controle gerencial da execução orçamentária

Aprimorar os procedimentos de realização da programação financeira

Mapear o processo de trabalho de suprimento de fundos

Elaborar estudos de viabilidade de instalação de usina fotovoltaica na CAE

ADOTAR MECANISMOS DE CONTROLE GERENCIAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Uma vez aprovado o orçamento da União, e disponibilizados os recursos que possibilitarão realizar as atividades do órgão em um determinado exercício, faz-se necessário o acompanhamento da sua execução.

Tal acompanhamento e sua incorporação ao processo decisório dentro do TRE-PA é de suma importância, pois auxilia a alta administração para a tomada de decisões estratégicas e gerenciais. Atento a esta necessidade o projeto contemplou as seguintes fases:

1. Consulta às unidades gestoras dos orçamentos sobre os relatórios necessários à condução das suas atividades;
2. Definição dos relatórios padronizados a todas as unidades, bem como a sua periodicidade de atualização;
3. Geração, meio do Tesouro Gerencial e outras ferramentas disponíveis, dos relatórios estabelecidos, e disponibilização destes às unidades, sendo fomentado o seu uso.

APRIMORAR OS PROCEDIMENTOS DE REALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

A Programação Financeira consiste no procedimento mensal de solicitação dos recursos financeiros que a Unidade Gestora (TRE) necessita para atender seus gastos.

Conforme estabelece a Instrução Normativa TRE/PA nº 01/2014, as Unidades Administrativas devem informar o montante previsto para a realização de pagamentos, relativamente às contratações que fiscaliza.

O procedimento anteriormente aplicado permitia que nem todas as informações fossem prestadas de forma adequada, o que comprometia a suficiência de disponibilidade de caixa e inviabilizava o pagamento das despesas.

Todavia, estes transtornos foram minimizados com a adoção de novo formato, o qual padronizou ferramentas e facilitou a consolidação de dados.

MAPEAR O PROCESSO DE TRABALHO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

O mapeamento do processo de trabalho de suprimento de fundos permitiu a padronização dos procedimentos de concessão, aplicação e prestação de contas, garantindo mais efetividade ao processo e contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão orçamentária, bem como a criação de indicador que mensurará anualmente o total de valores de suprimento de fundos baixados da conta de responsabilidade dentro do mesmo exercício em que foram concedidos.

ELABORAR ESTUDOS DE VIABILIDADE DE INSTALAÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA NA CAE

Em 2019, foi elaborado estudo para instalação no ano de 2020 de usina fotovoltaica na Central de Atendimento ao Eleitor – CAE, localizada na capital do estado, a análise incluiu estudo de proteção e seletividade considerando a subestação existente e a entrada da Usina Minigeradora Fotovoltaica.

A instalação da Usina Fotovoltaica prevista para o Fórum Eleitoral da Capital (CAE) teve como início o mês dezembro/2019 e tem como previsão de término o mês de fevereiro/2020. Esta usina terá potência de geração de 78 Kw, com custo de R\$ 327.210,00.

O investimento em uma fonte de energia sustentável está em sintonia com as políticas governamentais e com as orientações do CNJ, bem como, com as próprias políticas socioambientais do TRE-PA

A implementação acarretará na redução de emissões de gases de efeito estufa; utilização de energia limpa, renovável e sustentável; baixo impacto ambiental; não produção de ruídos; e diminuição nos custos com pagamento de energia elétrica.

Este macrodesafio visa orientar a utilização dos instrumentos de Tecnologia da Informação para suprir as demandas estratégicas. Busca-se ainda garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral no Pará, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.

Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Expansão da telefonia VOIP nos cartórios eleitorais

Melhoria na implantação e disponibilidade de sistemas e serviços

Videoconferência com as Zonas Eleitorais

Modernização do parque computacional do TRE-PA

ELABORAR O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão de pessoas, de processos e de Tecnologia da Informação e Comunicação, que visa a atender as necessidades de tecnologia de informação e de comunicação do TRE-PA.

Este documento trouxe os principais projetos e metas da área de TI para o período 2019-2020, como, a execução do PROAGILIS, desenvolvimento do Portal de Sistemas e Aplicativos do TRE-PA, oficinas

de treinamento do GSuite (serviço de colaboração/comunicação corporativa), expansão da telefonia VOIP, implementação de nova plataforma de acesso ao sistema ELO e manutenção preventiva do parque de urnas eletrônicas.

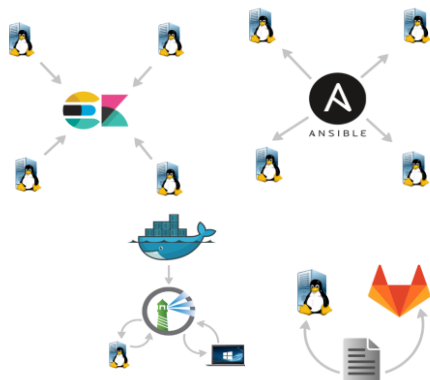
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE COMPUTACIONAL DO TRE-PA

Renovação de 77,5% dos computadores do Tribunal, proporcionando a modernização do parque computacional e a redução dos custos de manutenção de bens de TI oriundos das zonas eleitorais.

Para atender a esta meta, em conformidade com a disponibilidade orçamentária, foi realizada a **aquisição de 528 mini desktops** que, somados aos equipamentos que retornaram para a reserva técnica após a conclusão do projeto de Revisão Biométrica do Estado, permitiram o pleno alcance do objetivo estabelecido.



MELHORIA NA IMPLANTAÇÃO E DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS E SERVIÇOS



A partir dos treinamentos e estudos realizados em 2019, fora implementado no pipeline de produção e homologação, diversas ferramentas de apoio e controle, as quais trouxeram maior aperfeiçoamento nos procedimentos de disponibilização e provisionamento de serviços e sistemas. Com isso melhoramos a

segurança e consequente proteção dos ativos computacionais do nosso Data Center, além de automatizar diversas tarefas operacionais, impactando diretamente na produtividade das equipes envolvidas nessas atividades.

Vale destacar o início da migração para um ambiente de micro serviços, por meio da containerização de diversas aplicações e sistemas corporativos. Essa atividade será concluída até o final do exercício em 2020, trazendo impactos positivos na forma de disponibilizar serviços de TI, provendo-os de maior resiliência em frente a demanda cada vez maior por parte dos usuários do tribunal

VIDEOCONFERÊNCIA COM AS ZONAS ELEITORAIS

O Provimento n.º 75/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, determinou que as diversas unidades jurisdicionais fossem equipadas para utilizar o Sistema Nacional de Videoconferência, nos



termos do Processo SEI n.º 001686-22.2018; para tanto, considerando a utilização das ferramentas do sistema GSuite, optou-se por adquirir apenas as câmeras de vídeo e as caixas de som, o que foi feito através do Processo SEI n.º 0001850-88.2019. Os equipamentos adquiridos já estão sendo remetidos aos Cartórios Eleitorais da Capital e do interior do Estado.

EXPANSÃO DA TELEFONIA VOIP NOS CARTÓRIOS ELEITORAIS

Os telefones VoIP utilizam a mesma infraestrutura de rede de dados dos links de comunicação dos cartórios eleitorais para realizar ligações telefônicas. Deste modo, é possível reduzir significativamente os custos de comunicação entre as unidades do TRE em comparação à telefonia convencional de Discagem Direta à Distância (DDD). O TRE-PA iniciou a utilização no ano de 2016 e, desde então, tem investido na expansão do uso da tecnologia.

Em 2019, foi realizada a aquisição de 180 novos telefones VoIP, com investimentos no valor de R\$124.168,50, levando a tecnologia a 100% das Zonas do interior do Estado.

RESULTADO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

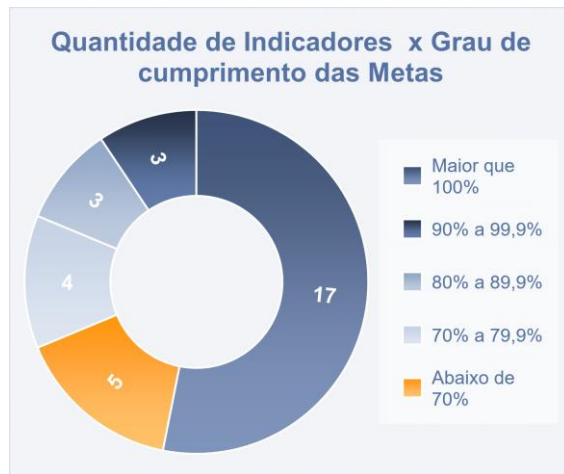
A Diretoria Geral, através de seu Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão realiza o acompanhamento dos indicadores de desempenho do Plano Estratégico 2016-2021, que possui 43 indicadores distribuídos nos 8 macrodesafios.

Em 2019, foram realizadas quatro Reuniões de Análise da Estratégia – RAE (abril, junho, agosto e dezembro), nas quais foram repassados ao Conselho de Governança o resultados de 32 indicadores; dos 11 não integrantes deste universo, 04 são bianuais, 06 não tiveram medição e 01 não possui meta definida sendo acompanhado apenas para registro.

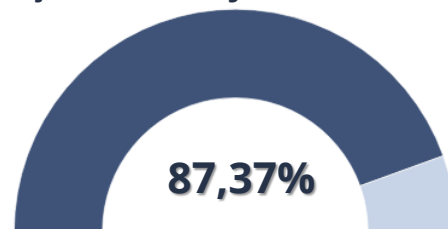
Com a estruturação do Núcleo de Estatística realizada em abril/2019, as reuniões passaram a ser subsidiadas com a análise da evolução dos indicadores estratégicos e com proposta de definição de metas parciais para seu acompanhamento mensal.

As análises efetuadas e os encaminhamentos decorrentes das RAE's podem ser acessados no portal deste Tribunal na internet através do link: <http://www.tre-pa.jus.br/o-tre/governanca-institucional/gestao-da-estrategia>.

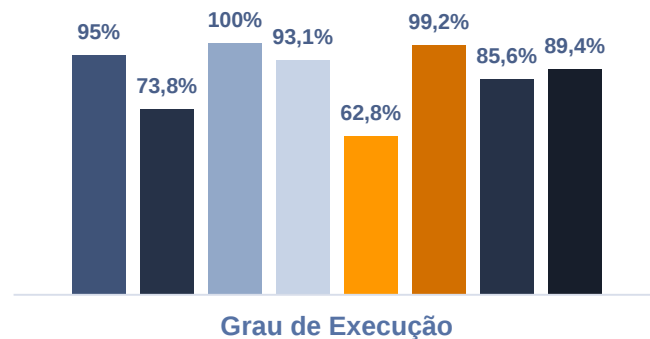
Em 2020, o Planejamento estratégico e os indicadores passarão por revisão em cumprimento a projeto específico do Plano de Gestão 19-20, momento em que serão implementadas as recomendações efetuadas na Auditoria integrada ao TSE que avaliou a gestão dos indicadores estratégicos, conduzida pela Secretaria de Auditoria Interna – SAUDI.



Execução do Planejamento Estratégico



Alcance das Metas por Macrodesafio



- Garantia dos Direitos de Cidadania
- Combate à corrupção, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais
- Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral
- Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
- Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária
- Aperfeiçoamento da Governança Institucional
- Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC

5

ÁREAS RELEVANTES DA GESTÃO



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

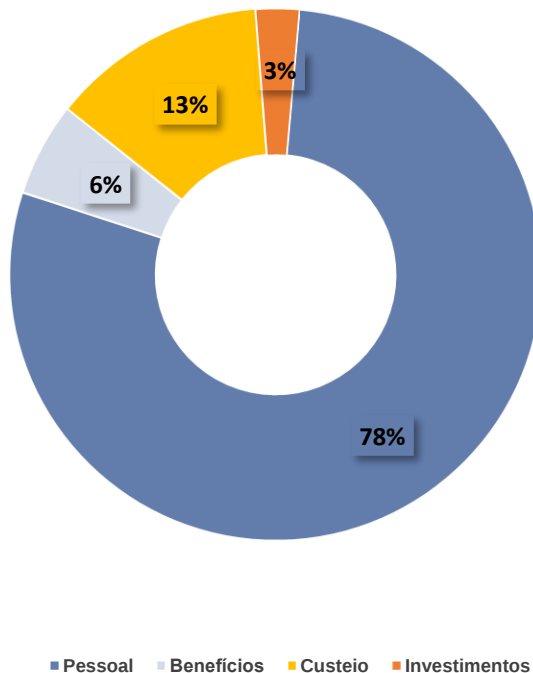
A Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como “PEC do Teto dos Gastos”, visando equilibrar as contas públicas, determinou que as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Como impacto, verifica-se a tendência de estagnação ou de diminuição gradativa do orçamento do TRE-PA, cujos montantes de 2019 constam no quadro abaixo.

ORÇAMENTO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
Pessoal	168.171.455,11	167.846.070,67
Benefícios	12.123.990,97	11.918.372,65
Custeio	28.056.990,06	25.442.713,08
Investimentos	5.587.263,18	4.655.209,10
Total	213.939.699,32	209.862.365,50

A execução dos valores encontra-se detalhada por grupo e elemento de despesa nos anexos: I – Pessoal e Benefícios; II – Custeio e III – Investimentos e Obras.

ORÇAMENTO 2019



□ **Pessoal e Benefícios:**

Despesas com quaisquer espécies remuneratórias, vencimentos e vantagens, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, entre outros.

□ **Custeio:** Despesas gerais visando a manutenção das atividades do órgão, tais como limpeza, segurança, energia elétrica, material de consumo, etc.

□ **Investimentos e Obras:** Despesas com a melhoria da estrutura mobiliária e imobiliária, como a realização obras, reformas, aquisições de veículos, imóveis ou materiais de caráter permanente, como computadores, impressoras, móveis, etc.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS – 2017 A 2019



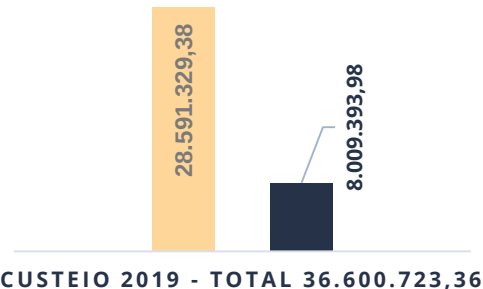
REVISÃO BIOMÉTRICA

No gráfico ao lado, verifica-se que em 2019 houve um aumento significativo da despesa de custeio do Órgão.

Isto se deve à conclusão da Revisão Biométrica do Estado do Pará, que em 2019 atingiu 100% do eleitorado.

As despesas com a Revisão Biométrica 2019 estão detalhadas ao lado.

■ MANUTENÇÃO GERAL ■ REVISÃO BIOMÉTRICA



ORÇAMENTO	ELEMENTO DE DESPESA	EMPENHADO / DESCENTRALIZADO	PAGO
REVISÃO BIOMÉTRICA	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	4.754.097,81	4.754.097,81
	MATERIAL DE CONSUMO	182.927,29	182.927,29
	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	234.041,96	228.306,62
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	212.445,53	212.445,53
	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.589.550,89	1.488.027,43
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	272.096,57	244.952,68
	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	668.594,95	668.594,95
	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	20.177,99	20.177,99
	AUXILIO-TRANSPORTE	2.612,70	2.511,90
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	14.843,12	14.843,12
	INDENIZACOES E RESTITUICOES	58.005,17	57.188,13
TOTAL		8.009.393,98	7.874.073,45

PERFIL DO GASTO DA UPC

DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

PESSOAL E BENEFÍCIOS

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	EMPENHADO	PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	23.169.290,18	23.169.290,18
	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	4.509.717,14	4.509.717,14
	OUTROS BENEF.PREV. DO SERVIDOR OU DO MILITAR	23,84	23,84
	OBRIGACOES PATRONAIS	17.191.775,95	17.191.775,95
	OUTROS BENEF.PREV. DO SERVIDOR OU DO MILITAR	76,80	76,80
	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	745.653,57	745.653,57
	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	117.392.621,14	117.389.746,34
	OBRIGACOES PATRONAIS	110.016,20	110.016,20
	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	4.954.272,17	4.634.032,98
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	87.572,70	87.572,70
	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	10.435,42	8.164,97
		168.171.455,11	167.846.070,67
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - BENEFÍCIOS	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	96.905,00	93.967,00
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	4.525.149,49	4.520.934,73
	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	19.381,00	18.793,40
	INDENIZACOES E RESTITUICOES	450.183,51	450.183,51
	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.182.151,00	1.100.823,80
	AUXILIO-ALIMENTACAO	5.797.822,00	5.696.997,10
	AUXILIO-TRANSPORTE	48.711,00	34.230,78
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.687,97	2.442,33
		12.123.990,97	11.918.372,65
TOTAL		180.295.446,08	179.764.443,32

CUSTEIO

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - MANUTENÇÃO DO ÓRGÃO	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.280.765,38	1.280.765,38
	MATERIAL DE CONSUMO	987.257,86	730.191,85
	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.555.829,11	1.465.006,05
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.327.809,08	2.187.837,03
	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	9.960.268,10	9.426.801,43
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	7.099.969,92	5.739.633,73
	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	4.551.027,07	4.335.996,97
	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	75.955,78	73.177,56
	AUXILIO-TRANSPORTE	72.037,50	71.337,50
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	23.885,18	17.878,71
	INDENIZACOES E RESTITUICOES	122.185,08	114.086,87
	TOTAL	28.056.990,06	25.442.713,08

INVESTIMENTOS

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
INVESTIMENTOS	OBRA E INSTALACOES	327.210,00	16.360,50
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.260.053,18	4.638.848,60
	Total	5.587.263,18	4.655.209,10

GESTÃO DE PESSOAS





A Gestão de Pessoas compreende os registros funcionais de servidores, magistrados e promotores eleitorais, análise de processos que envolvem direitos e deveres dos servidores e concessão de aposentadorias e pensões, confecção de folhas de pagamento de pessoal, gestão da lotação, do desempenho, da formação e aperfeiçoamento dos servidores, além da gestão da saúde e qualidade de vida dos colaboradores.

Além da Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, o TRE-PA observa normativos internos que versam, p. ex., acerca de cumprimento da jornada de trabalho, licenças, diárias e remoção de servidores.

A seguir apresentaremos as informações quantitativas do quadro de pessoal permanente do TRE-PA, além da força de trabalho alocadas nos 1º e 2º graus de jurisdição, as despesas com a manutenção da referida força de trabalho.

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

A Política de Gestão de Pessoas por Competências do TRE-PA, instituída pela Portaria nº 13.602/2013 e alterada pela Portaria nº 17.328/2017, abrange o treinamento, o desenvolvimento, a seleção e a lotação através dos resultados da avaliação dos servidores em seus conhecimentos, habilidades e atitudes.

O último ciclo de avaliações, no ano de 2018, contemplou os servidores da Secretaria do Tribunal, além de efetuar a medição das competências técnicas mapeadas pelas unidades, abordou também as competências genéricas e gerenciais, gerando insumos para a confecção do Plano Anual de Capacitação de 2019 e para as ações de seleção e lotação por competências.

Este Regional prepara-se para, em 2020, realizar o 3º ciclo de avaliações, que pretende abranger os servidores das zonas eleitorais.

Competências Gerenciais

Orientação Estratégica
Gestão de Processos
Liderança e Desenvolvimento de Equipes
Negociação
Tomada de decisão
Domínio Técnico

Competências Genéricas

Comunicação
Trabalho em equipe
Comprometimento
Foco no cliente
Visão sistêmica

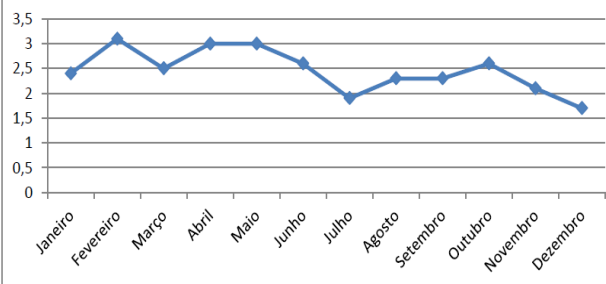
ABSENTEÍSMO

O índice anual de absenteísmo por motivo de saúde foi superior à meta estipulada de 2%, totalizando em 2019 a média de 2,53%, a maior nos últimos 5 (cinco) anos.

Observou-se que os meses de fevereiro, abril e maio registraram o maior número de afastamentos. Ademais, verificou-se que o CID do grupo Z (fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde) constituiu o agrupamento com maior registro de ocorrências.

A análise desses dados servirá de base para o desenvolvimento de ações multidisciplinares voltadas à prevenção e à promoção da saúde.

Índice de Absenteísmo por Mês em 2019



DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

O objetivo estratégico “Adequar o Quadro Funcional às Necessidades Institucionais”, definido no Plano de Gestão 2019-2020, direcionou o início dos estudos para a atualização da Política de Gestão por Competências e a elaboração da tabela de lotação por unidade com base no mapeamento da força de trabalho.

Em 2019, o Laboratório de Gestão do Comportamento Organizacional (GESTCOM) da Universidade Federal do Pará finalizou o relatório com as análises e o cálculo da força de trabalho para as unidades do Tribunal, conforme cronograma de Termo de Execução Descentralizada. O resultado está sendo avaliado pela Administração.

Paralelamente, o Tribunal Superior Eleitoral definiu o modelo para a gestão de Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) nos Tribunais e Zonas Eleitorais em âmbito nacional, pela aplicação da metodologia desenvolvida pela Universidade de Brasília, cabendo ao TRE-PA realizar a adequação do trabalho já finalizado com o GESTCOM/UFPA para o modelo adotado em toda a Justiça Eleitoral.

O trabalho iniciou pela Seção de Auditoria das Contas Eleitorais e Partidárias, pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Corregedoria Regional Eleitoral com o ajuste dos processos de trabalho dessas unidades, e segue o cronograma estabelecido pelo TSE.

CONCURSO PÚBLICO

Após detalhada exposição de motivos, e oferta de fonte orçamentária, o Tribunal Superior Eleitoral autorizou a abertura de concurso público de provas objetivando a seleção de candidatos para o provimento dos cargos efetivos de Técnico e Analista Judiciário.

O edital foi publicado no mês de novembro e as inscrições encerraram-se no mês de dezembro de 2019, com provas previstas para o mês de fevereiro/2020. Realizado pelo IBFC – Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação, o concurso do TRE contou com mais de 31.000 candidatos,

As vagas disponibilizadas inicialmente foram: uma (1) para Analista Judiciário da Área Judiciária (privativa de pessoas com formação em Direito), e duas (2) Técnico Judiciário da Área Administrativa, ambas com lotação inicial em zonas eleitorais do interior do estado. Além dessas, foram ofertadas vagas de cadastro reserva para Analista Judiciário para Medicina, com especialidade em Psiquiatria; Técnico Judiciário para Operação de computadores; Analista Judiciário sem especialidade e; Analista Judiciário em Análise de Sistemas.

Com a publicação no Diário Oficial da União de 21.1.2020, da Portaria n.º 33/2020, da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, que reviu algumas regras de restrição de provimento, o número de vagas para os cargos de Analista passa a ser de cinco. Para técnico, que antes contava com apenas 2 vagas ofertadas, o número de vagas também aumentou para 5 vagas, que poderão ser providas de imediato.

TELETRABALHO

Por meio da Portaria nº 18.779/2019, a Presidência do TRE/PA regulamentou o trabalho remoto no âmbito do Tribunal.

Previamente às primeiras autorizações para a realização do teletrabalho, a Secretaria de Gestão de Pessoas treinou os envolvidos nas unidades onde o projeto-piloto foi autorizado.

Para tanto, o tribunal realizou uma oficina de boas práticas, voltada para gestores, e palestra aberta a todos os servidores, objetivando esclarecer sobre os desafios e mitos que envolvem o assunto.

Na primeira etapa, em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e sua Escola Judicial, o TRE promoveu na workshop em que foram apresentados e discutidos situações tidas como boas práticas do teletrabalho, ministrado pela Coordenadora de Educação e Desenvolvimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ana Claudia Mendonça, e pelo Assessor de Planejamento e Gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Rodopiano Neto, voltada especificamente para os gestores das unidades-piloto.

A servidora Ana Claudia Mendonça também ministrou a palestra “Desvendando os Mitos sobre o Teletrabalho”, aberta a todos os servidores interessados no tema.

ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

Força de Trabalho

Tipologias dos cargos		Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
		Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos		1.195	794	32	70
1.1	Membros de Poder e agentes políticos	--	--	--	--
1.2	Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	1195	794	31	70
1.2.1.	Servidores de carreira vinculada ao órgão	493	477	4	11
1.2.2.	Servidores de carreira em exercício descentralizado	--	--	--	--
1.2.3.	Servidores de carreira em exercício provisório	--	3	--	--
1.2.4.	Servidores requisitados de outros órgãos e esferas*	702	314	28	59
2. Servidores com contratos temporários		--	--	--	--
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública		17	3	1	--
4. Total de Servidores (1 + 2 + 3)		1.212	797	33	70

*Foram considerados no item os servidores requisitados para o serviço eleitoral, nos termos das Lei 6.999/82 e 9.504/97.

DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos		Lotação Efetiva	
		Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		228	530
1.1	Membros de Poder e agentes políticos	--	--
1.2	Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	228	530
1.2.1	Servidores de carreira vinculada ao órgão	217	224
1.2.2	Servidores de carreira em exercício descentralizado	--	--
1.2.3	Servidores de carreira em exercício provisório	1	2
1.2.4	Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	10	304
2. Servidores com contratos temporários		--	--
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública		3	--
4. Total de Servidores (1+2+3)		231	530

OBS.: Foram consideradas como unidades da Área Fim: Secretaria Judiciária, Cartórios Eleitorais, Postos e Centrais de Atendimento ao Eleitor, Gabinete dos Juizes, Assessorias Jurídicas da Presidência e da Corregedoria, Coordenadoria de Orientação, Supervisão do Cadastro e de Procedimentos Judiciários e Correicionais.

QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS

ANALISTA JUDICIÁRIO	ESPECIALIDADE	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
	Administrativa (*)	19	1	20
	Administrativa - Contabilidade	5	0	5
	Administrativa – Análise de Sistemas	11	0	11
	Administrativa – Assistência Social	1	0	1
	Administrativa – Engenharia	2	0	2
	Administrativa – Engenharia Elétrica	1	0	1
	Administrativa – Medicina	3	0	3
	Administrativa – Odontologia	2	0	2
	Administrativa – Psicologia	1	0	1
	Administrativa – Taquigrafia	4	0	4
	Judiciária	143	6	149
TOTAL		192	7	199

APOSENTADOS	
Cargo	Quantidade
Analista Judiciário	40
Técnico Judiciário	43
TOTAL	83

TÉCNICO JUDICIÁRIO	ESPECIALIDADE	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
	Administrativa	242	9	251
	Administrativa – Segurança	9	0	9
	Apoio Especializado – Digitação	7	0	7
	Apoio Especializado – Enfermagem	1	0	1
	Apoio Especializado – Operação de Computadores	11	0	11
	Apoio Especializado – Programação de Sistemas	15	0	15
TOTAL		285	9	294

INSTITUIDORES DE PENSÃO E PENSIONISTAS		
Cargo	Instituidores de Pensão	Pensionistas
Analista Judiciário	8	11
Técnico Judiciário	16	23
PJ	1	2
TOTAL	25	36

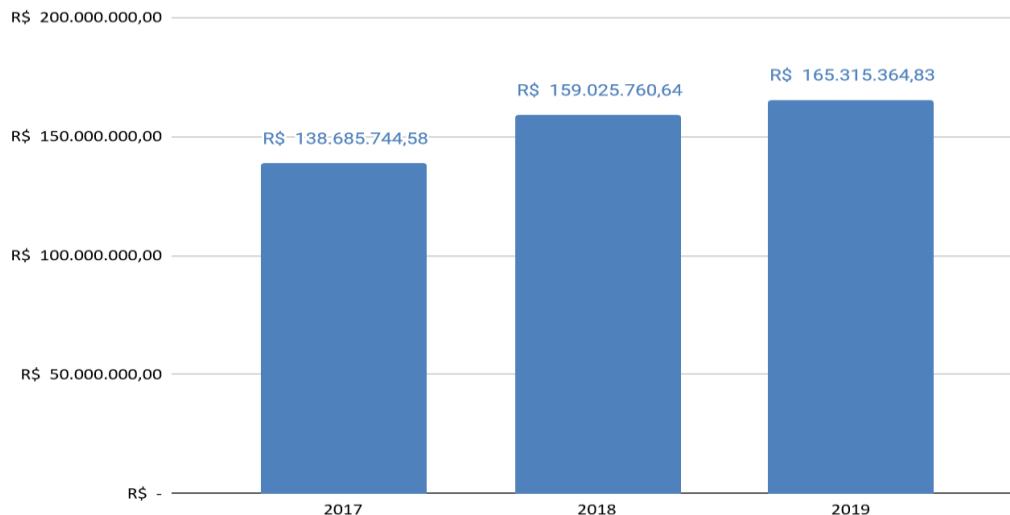
DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Situação Funcional	Ano	Vencimentos e Vantagens fixas	Retribuições - Cargos e Comissão e Funções Comissionadas	Gratificações (Natalina e Encargo de Curso ou Concurso)	Adicionais	Indenizações e Auxílios	Benefícios Assistenciais e Abono de Permanência	Outras Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Total
Membros de Poder e Agentes Políticos	2016	R\$ -	R\$ -	R\$ 13.290.946,94	R\$ -	R\$ 214.861,22	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 13.505.808,16
	2017	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.448.635,23	R\$ -	R\$ 157.521,70	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.606.156,93
	2018	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.634.183,16	R\$ -	R\$ 362.895,56	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 11.997.078,72
	2019	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.892.613,74	R\$ -	R\$ 138.541,20	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 13.031.154,94
Servidores de carreira do órgão em exercício no TRE/PA	2016	R\$ 52.432.305,79	R\$ 9.114.683,67	R\$ 5.715.011,87	R\$ 11.739.335,84	R\$ 7.916.254,51	R\$ 619.792,97	R\$ 192.805,84	R\$ 135.637,00	R\$ 87.865.827,49
	2017	R\$ 58.565.460,00	R\$ 9.955.719,42	R\$ 6.161.875,33	R\$ 9.520.805,53	R\$ 6.646.732,17	R\$ 615.608,79	R\$ 437.461,36	R\$ 220.900,11	R\$ 92.124.562,71
	2018	R\$ 66.202.015,15	R\$ 10.434.254,39	R\$ 6.815.696,05	R\$ 12.121.046,26	R\$ 8.490.573,31	R\$ 706.071,40	R\$ 3.539.078,18	R\$ 44.707,34	R\$ 108.353.442,08
	2019	R\$ 73.095.647,94	R\$ 10.563.830,00	R\$ 7.222.500,17	R\$ 4.769.764,07	R\$ 8.799.261,39	R\$ 854.225,11	R\$ 4.132.187,20	R\$ 21.610,76	R\$ 109.459.026,64
Servidores de carreira de outros órgãos em exercício no TRE/PA	2016	R\$ -	R\$ 1.843.048,20	R\$ 217.410,74	R\$ 1.782.851,81	R\$ 1.900.651,77	R\$ 35.457,00	R\$ 3.196,89	R\$ 140.933,13	R\$ 5.923.549,54
	2017	R\$ -	R\$ 2.072.216,20	R\$ 169.642,56	R\$ 1.148.415,10	R\$ 1.246.031,89	R\$ 45.056,00	R\$ -	R\$ 64.004,04	R\$ 4.745.365,79
	2018	R\$ -	R\$ 1.497.435,62	R\$ 140.378,25	R\$ 1.424.059,22	R\$ 2.722.872,32	R\$ 42.722,87	R\$ 532.965,05	R\$ 4.844,90	R\$ 6.365.278,23
	2019	R\$ -	R\$ 1.785.013,93	R\$ 122.459,65	R\$ 90.815,70	R\$ 3.856.424,93	R\$ 31.034,40	R\$ 976.570,68	R\$ 4.564,43	R\$ 6.866.883,72
Servidores sem vínculo com a administração pública	2016	R\$ -	R\$ 223.548,64	R\$ 20.599,62	R\$ 12.860,31	R\$ 27.657,83	R\$ 1.720,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 286.386,40
	2017	R\$ -	R\$ 247.195,44	R\$ 20.599,62	R\$ 15.730,62	R\$ 26.692,38	R\$ 430,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 310.648,06
	2018	R\$ -	R\$ 247.195,44	R\$ 20.599,62	R\$ 8.980,10	R\$ 23.273,81	R\$ 147,20	R\$ 1.663,26	R\$ -	R\$ 301.859,43
	2019	R\$ -	R\$ 316.628,21	R\$ 27.386,44	R\$ 13.733,08	R\$ 41.196,22	R\$ -	R\$ 2.189,68	R\$ -	R\$ 401.133,63
Servidores de carreira do TRE/PA em exercício em outro órgão	2016	R\$ 4.643.893,72	R\$ -	R\$ 434.690,93	R\$ 306.227,15	R\$ 502.581,66	R\$ 14.384,00	R\$ 355,15	R\$ 591,32	R\$ 5.902.723,93
	2017	R\$ 5.364.496,89	R\$ -	R\$ 480.578,80	R\$ 391.845,24	R\$ 477.510,51	R\$ 34.680,97	R\$ 1.000,73	R\$ 136,75	R\$ 6.750.249,89
	2018	R\$ 5.890.854,54	R\$ -	R\$ 528.669,43	R\$ 339.296,07	R\$ 482.312,57	R\$ 63.662,20	R\$ 1.739,48	R\$ -	R\$ 7.306.534,29
	2019	R\$ 6.309.025,19	R\$ -	R\$ 535.751,59	R\$ 393.020,88	R\$ 463.042,53	R\$ 86.204,36	R\$ 6.424,91	R\$ -	R\$ 7.793.469,46
Aposentados e Pensionistas	2016	R\$ 16.361.759,70	R\$ 2.398.419,98	R\$ 1.657.791,95	R\$ 45.099,63	R\$ 247,27	R\$ 35.497,15	R\$ 50.957,04	R\$ 26.570,62	R\$ 20.576.343,34
	2017	R\$ 18.559.966,14	R\$ 2.679.554,04	R\$ 1.809.390,14	R\$ 76.605,99	R\$ -	R\$ 23.244,89	R\$ -	R\$ -	R\$ 23.148.761,20
	2018	R\$ 19.899.902,53	R\$ 2.671.352,59	R\$ 1.914.742,79	R\$ 94.656,18	-R\$ 1.921,00	R\$ 13.568,07	R\$ 46.752,65	R\$ 62.514,08	R\$ 24.701.567,89
	2019	R\$ 22.839.306,87	R\$ 2.629.826,08	R\$ 2.125.488,73	R\$ 115.252,82	R\$ 28.091,87	R\$ 25.727,59	R\$ 2,48	R\$ -	R\$ 27.763.696,44

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

O aumento das despesas com pessoal em 2019 se justificam pelos seguintes fatores:

- Implementação da última parcela do PCS dos servidores - Lei 13.317/2016;
- Progressões na carreira;
- Aposentadorias e nomeações de novos servidores;
- Aumento do valor dos jetons de Membros do Tribunal e das gratificações eleitorais de Juízes e Promotores Eleitorais, decorrente de reajuste dos subsídios dos magistrados federais.



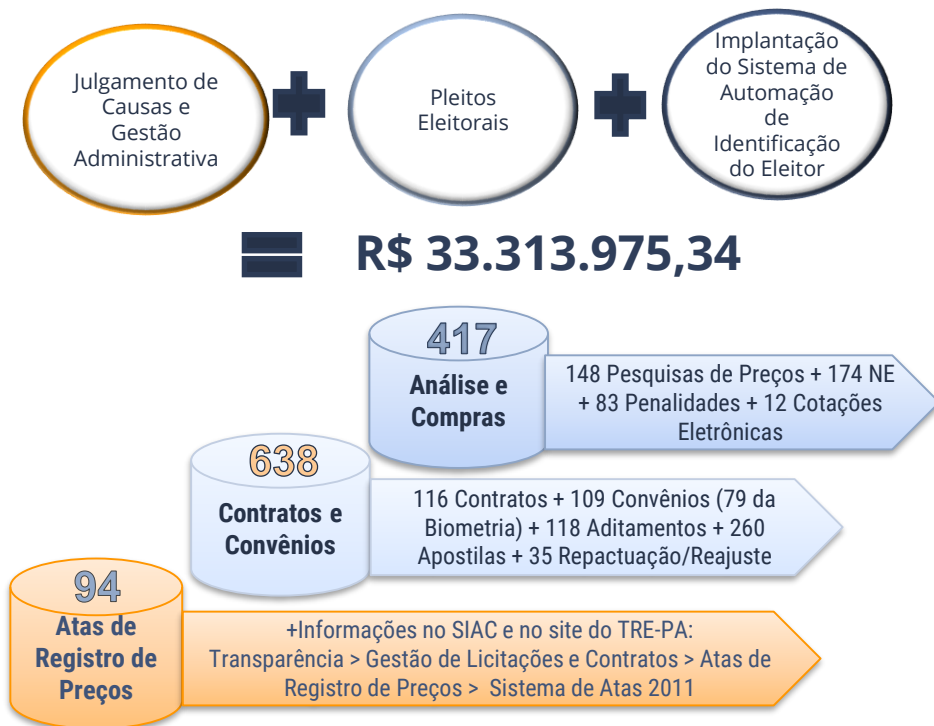
Ano	Total
2016	R\$ 134.060.638,86
2017	R\$ 138.685.744,58
2018	R\$ 159.025.760,64
2019	R\$ 165.315.364,83



GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

No ano de 2019, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará executou o montante de R\$ 33.313.975,34 de orçamento destinado à licitações e contratos, distribuídos em três ações orçamentárias.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Grupo Despesa		Ação Governo	PTRES	Modalidad e Licitação	Saldo	
3	Outras Despesas Correntes	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	084536	Dispensa	5.338.211,07	
				Inexigibilidad e	1.062.434,17	
				Pregão	18.305.823,75	
			084539	Inexigibilidad e	295.217,41	
				Pregão	44.458,67	
		TOTAL			25.046.145,07	
		Pleitos Eleitorais	084799	Pregão	534.339,32	
			TOTAL			534.339,32
		Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor	084796	Dispensa	16.340,84	
				Pregão	2.129.886,93	
			TOTAL			2.146.227,77
		Total				27.146.227,77
4	Investimentos	Julgamento de causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	084538	Dispensa	5.413,59	
				Pregão	5.581.849,59	
		Total				5.587.263,18
TOTAL GERAL					33.313.975,34	

LICITAÇÕES

100% Pregão Eletrônico

STATUS	QUANTIDADE
FINALIZADA	48
AGENDADA	5
EM ANDAMENTO	6
REVOGADA/DESERTA OU FRACASSADA	7
TOTAL	66

Informações detalhadas sobre os certames licitatórios realizados por nosso Tribunal estão disponíveis ao público em geral, na internet, em:

http://www.tre-pa.jus.br/transparencia/gestao-de-contratacoes/copy_of_licitacoes/sistema-de-editais-de-licitacoes.

Internamente, os dados podem ser consultados por meio dos controles internos da unidade gestora e da intranet.

PREGOEIROS

Distribuição de Licitações

Pregoeiros	Quantidade
Adriana Nascimento Valente	1
Alessandro dos Santos Cruz	1
Dilson Athias Mesquita	10
José Flávio Lima da Rocha	13
Luciana Maria Alves de Souza	14
Rafael Oliveira Reis	14
Renato Barroso Guimarães	1
Robezan Fernando Santos dos Reis	8
Robson de Freitas Costa	1
Sandro Gonçalves Borges	3
TOTAL	66

CONTRATAÇÕES DIRETAS

Inexigibilidade ou Dispensa de Licitação

MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR
DISPENSA DE LICITAÇÃO	48	R\$ 185.712,47
INEXIGIBILIDADE	5	R\$ 568.759,22
COTAÇÃO ELETRÔNICA	6	R\$ 14.880,89
CURSOS E TREINAMENTOS	7	R\$ 413.649,22

As contratações diretas, decorrentes de inexigibilidade ou dispensa de licitação, correspondem a parcela excepcional e minoritária, mas, de qualquer forma, significativa da execução orçamentária do Tribunal, concentrando-se, principalmente, nas ações de capacitação dos servidores e na contratação de serviços prestados por concessionárias de serviço público (fornecimento de água e energia elétrica)

PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES

Nº	OBJETO	CONTRATADA	VALOR GLOBAL
7	PRESTAÇÃO, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, PARA ATENDER A SECRETARIA DO TRIBUNAL, AS ZONAS ELEITORAIS SEDIADAS NO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ E, EVENTUALMENTE, AS ZONAS ELEITORAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, de acordo com as especificações, condições, quantidades e prazos constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 101/2018 e seus anexos.	PROJEBEL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	R\$ 406.851,50
11	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, INCLUSO SISTEMA E SERVIÇO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VIA SATÉLITE (GPS), NA MODALIDADE LOCAÇÃO MENSAL, conforme disposto no Termo de Referência do Pregão n.º 93/2018.	VERDE SERVICE LTDA	R\$ 106.800,00
12	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE GRANDE PORTE (PICK-UP), INCLUSO SISTEMA E SERVIÇO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VIA SATÉLITE (GPS), NA MODALIDADE LOCAÇÃO MENSAL, conforme disposto no Termo de Referência do Pregão n.º 93/2018	IGOR RUSEF ROSA & CIA LTDA EPP	R\$ 101.518,56
13	Prestação, pelos CORREIOS, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da contratante, mediante adesão aos anexos do instrumento contratual que, individualmente, caracterizam cada modalidade envolvida.	CORREIOS (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT)	R\$ 403.381,69
14	PRESTAÇÃO, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, PARA ATENDER A SECRETARIA DO TRIBUNAL, A REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, INCLUINDO AS ZONAS ELEITORAIS DA CAPITAL, E, EVENTUALMENTE, AS DEMAIS ZONAS ELEITORAIS SEDIADAS NO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ, de acordo com as especificações, condições, quantidades e prazos constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 99/2018 e seus anexos.	PROJEBEL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA	R\$ 1.805.414,31
16	PRESTAÇÃO de serviços especializados de recepcionistas - 14 (quatorze) postos de trabalho - no Projeto de Cadastramento Biométrico no Estado do Pará, por meio de utilização da Ata de Registro de Preços nº 3/2019 - TRE-PA	STAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÃO-DE-OBRA EIRELI	R\$ 959.841,49
19	Prestação dos serviços de transporte de materiais e equipamentos, em regime de empreitada por preço unitário do valor do metro cúbico, entre municípios alvo do cadastramento biométrico 2019-2020, que irá alcançar 90 (noventa) municípios do Estado do Pará, de acordo com as especificações, condições, quantidades e prazos constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2019 e seus anexos.	RODOCYMAR TRANSPORTES LTDA - EPP	R\$ 180.963,96

PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES

Nº	OBJETO	CONTRATADA	VALOR GLOBAL
23	contratação de SISTEMAS DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA ON-GRID, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO, A APROVAÇÃO DESTE JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, A INSTALAÇÃO, A EFETIVAÇÃO DO ACESSO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO	ISO FEN ENERGY ENGENHARIA DE SUSTENTABILIDADE LTDA - EPP	R\$ 327.210,00
34	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS E DE EMISSÃO DE SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL, BEM COMO INTERMEDIÇÃO DE FRETE DE AERONAVE PARA TRANSPORTE, ENTRE PONTOS DO TERRITÓRIO NACIONAL, NECESSÁRIOS AOS DESLOCAMENTOS DE SERVIDORES, JUÍZES ELEITORAIS, MEMBROS E DEMAIS COLABORADORES DA JUSTIÇA ELEITORAL DO PARÁ, conforme disposto no Termo de Referência do Pregão n.º 18/2019	MERU VIAGENS EIRELI	R\$ 1.199.760,00
35	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS especializados de recepcionistas para 33 (trinta e três) postos de trabalhos destinados à atuação no Projeto de Cadastramento Biométrico no Estado do Pará, sendo 20 postos de trabalho, vinculados ao município de Santa Izabel do Pará, no período de 20 de junho a 14 de setembro de 2019 (3 meses - Lote 01 da Ata) e 13 (treze) postos de trabalho, para o município de Mãe do Rio, no período de 21 de junho de 2019 a 14 de setembro de 2019 (3 meses - Lote 01 da Ata), de acordo com as especificações, condições, quantidades e prazos constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 95/2018 e seus anexos.	SERVICELINE COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	R\$ 305.894,16
46	Aquisição de 423 unidades de Mini Desktop com monitor (Lenovo, ThinkCentre M920q/ ThinkVision T22i 21,5")	LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUIÇÃO LIMITADA	1.689.573,60
55	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PRESTADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA (SOB O REGIME DE EXECUÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO), DE RECEPÇÃO PARA O EDIFÍCIO SEDE, ANEXO IV E CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DO TRE-PA de acordo com as especificações, condições, quantidades e prazos constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2019 e seus anexos.	NORTE SERVICE EIRELI	R\$287.245,98.
57	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DAS TELHAS DO FÓRUM ELEITORAL ROSSI NAZARENO - CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR DE BELÉM (CAE), sob o regime de empreitada por preço global, conforme disposto no Termo de Referência do Pregão n.º 27/2019.	ANGULLAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	R\$ 183.900,00

PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES

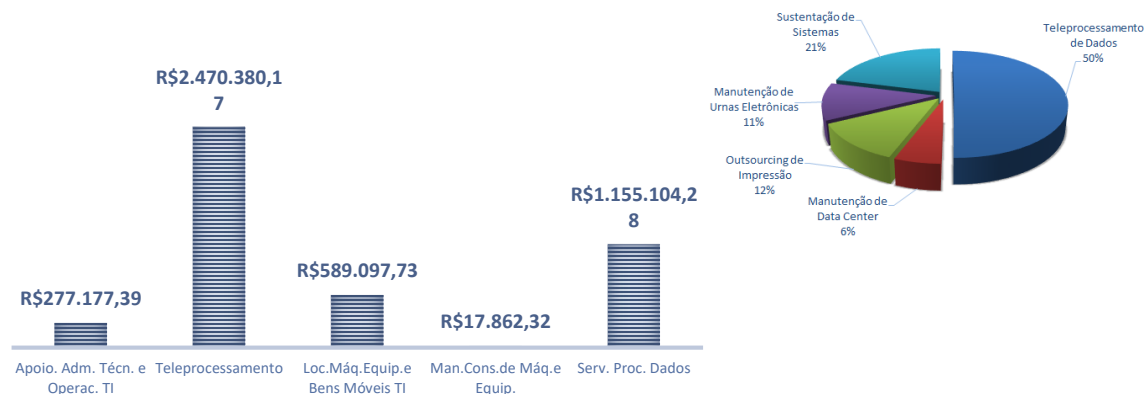
Nº	OBJETO	CONTRATADA	VALOR GLOBAL
63	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA TELEFONIA VOIP (Telefone IP tipo 1 e Telefone IP tipo 2)	TELETIX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA	R\$ 124.168,50
81	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, COM O OBJETIVO DE EXPANDIR A SOLUÇÃO APPLIANCE DE BACKUP EM DISCO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE PROTEÇÃO DE DADOS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO (HANDS-ON) E GARANTIA	PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	R\$ 662.600,00
89	<u>AQUISIÇÃO DE MONITOR, MARCA/MODELO: POSITIVO 22MP55PJ, CONFORME DISPOSTO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO N.º 30/2019, CUJO EDITAL CONSTA DO EVENTO 0820757 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N.º 0001850-88.2019.6.14.8000.</u>	POSITIVO TECNOLOGIA S.A	R\$ 433.024,00
102	a prestação de SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS PARA A ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE VAGAS E À FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS EFETIVOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO DO QUADRO DE PESSOAL DO TRE/PA, nos termos do Projeto Básico (evento 0871473), e da Proposta Técnica e Comercial da CONTRATADA (evento 0882094) do Processo Administrativo nº 0010753-15.2019.6.14.8000	IBFC - INSTITUTO BRASILEIRO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	R\$ 1.200.000,00
116	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PRESTADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREDITIVA PREVENTIVA E CORRETIVA NAS INSTALAÇÕES E EDIFÍCIOS DE USO DO TRE-PA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS, sob o regime de empreitada por preço unitário, de acordo com as especificações, condições, quantidades e prazos constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 46/2019 e seus anexos.	ARAUJO ABREU ENGENHARIA NORTE LTDA	R\$ 1.699.876,96
117	CONTRATAÇÃO de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância eletrônica (alarme sensoriado), com fornecimento de equipamentos, acessórios, materiais, instalação, manutenção e operação/monitoramento remoto do sistema 24 hs, sob o regime de empreitada por preço global, conforme disposto no Termo de Referência do Pregão nº 50/2019.	PREMIER SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA	R\$ 206.406,60
120	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC, NA MODALIDADE DDG (DISCAGEM DIRETA GRATUITA), NO SISTEMA DE TARIFAÇÃO REVERSA, COM TRANSMISSÃO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA NO ÂMBITO NACIONAL, ORIGINADAS DE TERMINAIS TELEFÔNICOS FIXOS E MÓVEIS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DISQUE ELEITOR, em regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto no Termo de Referência do Pregão n.º 51/2019.	TELEMAR NORTE LESTE S/A.	R\$ 112.025,85
121	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PEQUENO PORTE, INCLUSO SISTEMA E SERVIÇO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VIA SATÉLITE (GPS), NA MODALIDADE LOCAÇÃO MENSAL, conforme disposto no Termo de Referência do Pregão n.º 93/2018.	IGOR RUSEF ROSA EIRELI	R\$ 130.319,04

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM TI

- **Contrato TRE-PA n° 99/2016:** Contratação de serviços de comunicação de dados através Links de Rádio Digital e Fibra Óptica para Cartórios Eleitorais. Execução Orçamentária R\$ 869.117,83;
- **Contrato TRE-PA n° 34/2016:** Contratação de serviços de comunicação VSAT (antenas satelitais) para Cartórios Eleitorais. Execução Orçamentária R\$ 883.558,74;
- **Contrato TRE-PA n° 74/2015:** Contrato de Sustentação de Sistemas (Desenvolvimento de Sistemas para o ano de 2018. Execução Orçamentária R\$1.021.522,41;
- **Contrato TRE-PA n° 39/2018:** Contratação do Serviço de Armazenamento e E-mail em Nuvem (GSuite). Execução Orçamentária R\$ 129.694,14;
- **Contrato TRE-PA n° 53/2015:** Contratação de Serviços de Impressão Departamentalizada e Centralizada (Sistema Outsourcing). Execução Orçamentária R\$ 530.943,39;
- **Renovação do Parque Tecnológico de Atendimento e dos Usuários do TRE-PA** (VOIP, Computadores, Monitores Ergonômicos, Tablets, Nobreaks, Caixas de Som, e etc.), Appliance de Backup em Disco, Otimizador Riverbed para Links WAN e Racks Seguros para Datacenter: Total de investimentos R\$ 4.183.200,00;

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

CUSTEIO – R\$ 4.509.624,89



INVESTIMENTO – R\$ 4.543.227,88

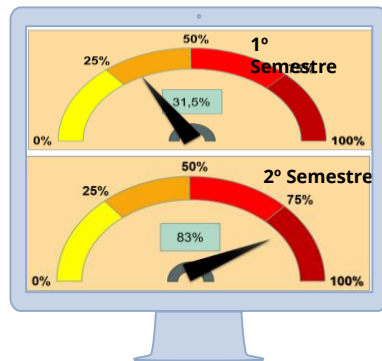
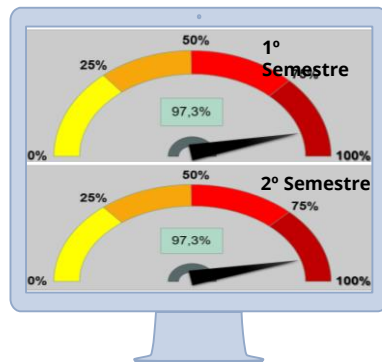


MONITORAMENTO DE INDICADORES REFERENTES AO PLANO DE CONTRATAÇÕES

Trata-se de indicadores elaborados considerando política aprovada por este Tribunal, objetivando mensurar semestralmente a eficiência e aderência dos contratos ao plano de contratações.

São importantes aliados na verificação da efetividade do plano, bem como no cumprimento das orientações e etapas do processo de contratação.

Estes auxiliam a organização alcançar seus objetivos, uma vez que contribuem para o controle e as revisões de estratégias.



Objetivo 1 – Garantir a conformidade dos processos de contratação

Indicador 1: índice de processos que obedecem ao disposto no Processo de Contratação instituído pela Portaria TRE-PA nº 17.586/2018

Para que medir: Verificar a aplicação adequada das orientações, atividades e etapas do processo de contratação

Como medir: $\text{nº de contratações autorizadas e previstas no PC} / \text{total de contratações planejadas} \times 100$

Quando medir: semestralmente

Meta 1º Semestre: 95%

Meta 2º Semestre: 100%

Acumulado Anual 1º Semestre: 97,3%

Acumulado Anual 2º Semestre: 97,3%

Objetivo 2 – Garantir efetividade ao Plano de Contratações

Indicador 2.1: Índice de execução do planejamento da contratação.

Para que medir: Verificar a execução do plano de contratações

Como medir: $(\text{nº de contratações previstas no plano} / \text{total de contratações}) \times 100$

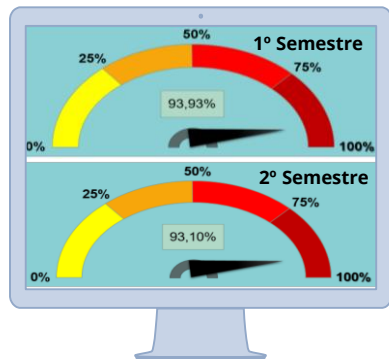
Quando medir: Semestralmente (última medição em janeiro, referente ao exercício anterior)

Meta 1º Semestre: 95%

Meta 2º Semestre: 100%

Acumulado Anual 1º Semestre: 31,5%

Acumulado Anual 2º Semestre: 83%



Objetivo 2 – Garantir efetividade ao Plano de Contratações

Indicador 2.2: Índice de aderência ao plano de contratações

Para que medir: Verificar se as contratações autorizadas obedecem ao plano de contratações

Como medir: $\frac{\text{nº total de contratações planejadas}}{\text{total de contratações autorizadas}} \times 100$

Quando medir: Semestralmente (última medição em janeiro, referente ao exercício anterior)

Meta 1º Semestre: 90%

Meta 2º Semestre: 95%

Acumulado Anual 1º Semestre: 93,10%

Acumulado Anual 2º Semestre: 93,93%

Objetivo 2 – Garantir efetividade ao Plano de Contratações

Indicador 2.3: Índice de comprometimento do orçamento, decorrente de contratações não planejadas

Para que medir: Verificar o impacto no orçamento, de contratações autorizadas e não previstas no plano de contratações, além do impacto às contratações que, por consequência, deixarem de ser realizadas

Como medir: $\frac{\text{Valor total das contratações autorizadas e não planejadas}}{\text{valor do orçamento}} \times 100$

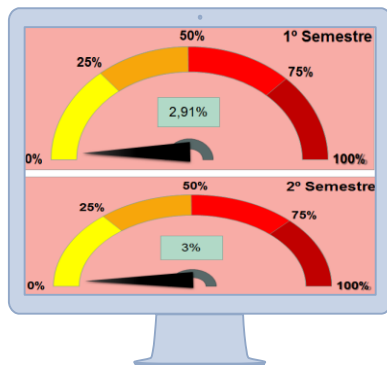
Quando medir: Anualmente

Meta 2019: 10%

Meta 2020: 5%

Acumul. 1º Sem/19: 2,91%

Acumul. 2º Sem/19: 3%



Objetivo 3 – Gerir riscos nas contratações

Indicador 3: Índice de execução do plano de tratamento de riscos nas aquisições (PTRA)

Para que medir: Verificar a efetividade do plano de tratamento de riscos nas aquisições

Como medir: $\frac{\text{nº de ações previstas no PTRA executadas}}{\text{total de ações previstas no PTRA}} \times 100$

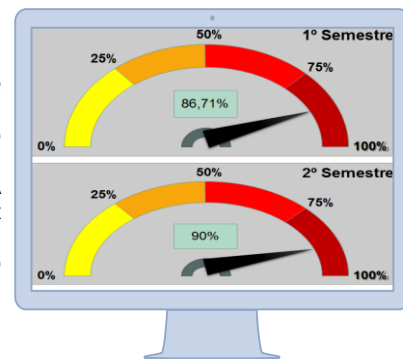
Quando medir: 01/07/2019 (para o plano aprovado em dezembro de 2018)

Meta 1º Semestre: 90%

Meta 2º Semestre: 100%

Acumulado Anual 1º Sem.: 86,71%

Acumulado Anual 2º Sem.: 90%



Objetivo 4 – Implementar fatores de sustentabilidade social nas contratações

Indicador 1: Índice de aplicação de cotas sociais nas contratações

Para que medir: Verificar a implementação do disposto art. 2º da Res. TRE-PA nº 5.434/2018 (Projeto Começar de Novo)

Como medir: $\frac{\text{Quantidade de contratações com atendimento ao previsto no art. 2º da Res. TRE-PA nº 5.434/2018}}{\text{total de contratações vinculadas à norma}} \times 100$

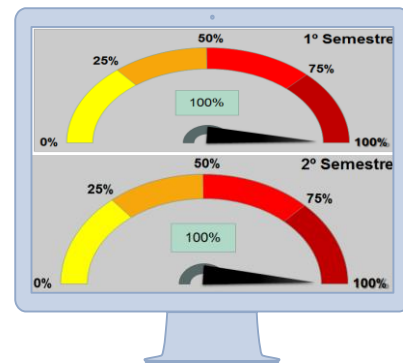
Quando medir: semestralmente

Meta 1º Semestre: 90%

Meta 2º Semestre: 100%

Acumulado Anual 1º Sem.: 100%

Acumulado Anual 2º Sem.: 100%





GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

As aquisições de materiais são pautadas pelas disposições contidas nas seguintes normas:

- Lei n.º 8.666/2013 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Decreto n.º 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia.
- Lei Complementar n.º 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Lei n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos
- Decreto n.º 3.722/2001 - Regulamenta o art. 34 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- Decreto n.º 3.555/2000 - Regulamento do pregão;
- Decreto n.º 5.450/2005 - Regulamenta o pregão na forma eletrônica;
- Decreto n.º 7.892/2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços;
- Decreto n.º 8.538/2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte;
- Decreto n.º 7.746/2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP
- Resolução TSE n.º 23.474/2016 - Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (PLS-JE);
- Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02/2010 - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

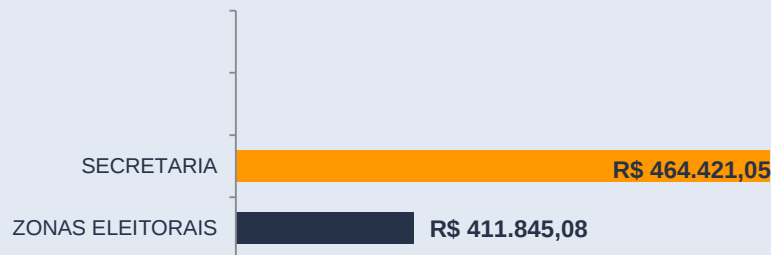
Em 2019, foram direcionados **R\$ 876.266,13** (oitocentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e seis reais e treze centavos) para aquisição de materiais permanentes, objetivando a melhoria da infraestrutura interna deste Tribunal e sobretudo a otimização do serviço prestado aos cidadãos.

Tais investimentos deram o suporte necessário ao desenvolvimento de ações que reforçaram a transparência, segurança e eficiência do processo democrático, como a biometria, bem como garantiram a adequada estrutura para o cumprimento dos objetivos estratégicos traçados por este Regional.

INVESTIMENTOS



DIRECIONAMENTO DOS INVESTIMENTOS



DESFAZIMENTOS DE ATIVOS

No ano de 2019 foram iniciados **54** processos de desfazimento de material permanente, que observaram o disposto no Decreto nº 9.373/2018 e na Instrução Normativa TRE-PA nº 02/2019, bem como os demais atos normativos acerca do tema.

Como resultado verificou-se o total de **2.174** itens baixados, o que representa o valor líquido depreciado de **R\$ 251.828,60**.

PARQUE IMOBILIÁRIO

O Parque imobiliário do TRE-PA consiste em 108 imóveis, dos quais:

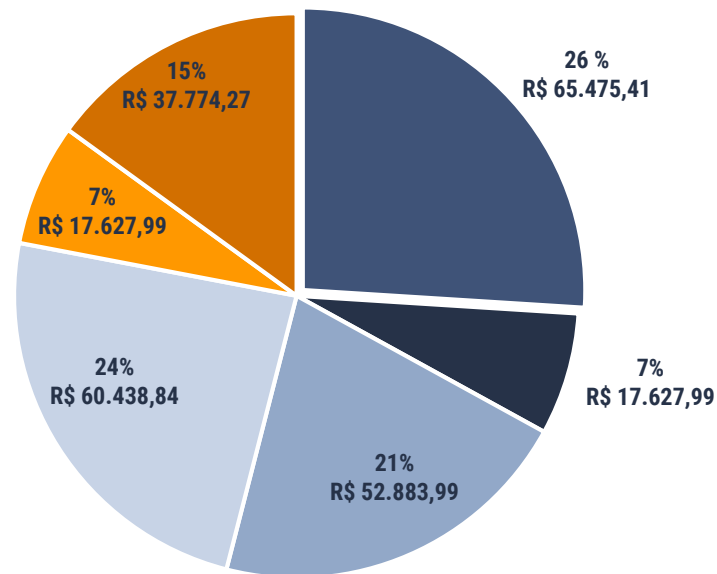


- **72 imóveis próprios;**
- **1 cedido por convênio com município; e**
- **35 decorrentes de contratos de locações.**

Durante o exercício de 2019, este Regional realizou 4(quatro) novas locações para proporcionar melhoria de estrutura física para as zonas eleitorais de Pacajá, São Sebastião da Boa Vista, Senador José Porfírio e Santana do Araguaia.

Não houve mudanças/desmobilizações em 2019.

DESFAZIMENTO DE MATERIAIS



■ Equipamento proc. de dados

■ Aparelhos e utensílios domésticos

■ Equipamento para áudio/vídeo/foto

■ Aparelhos e equipamentos de comunicação

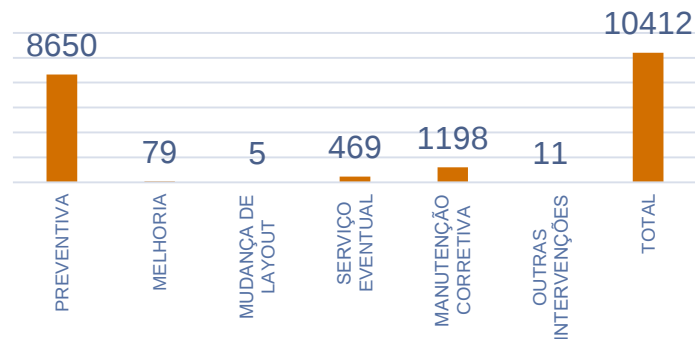
■ Mobiliários

■ Outros

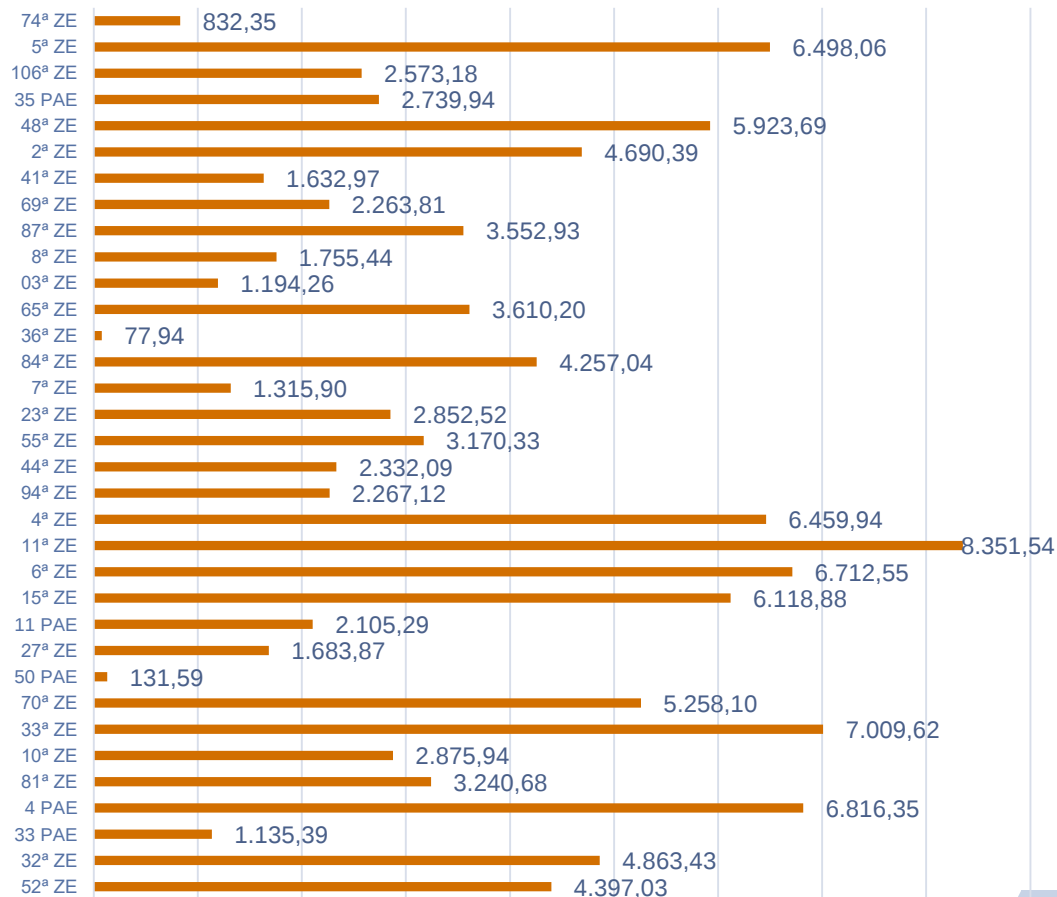
MANUTENÇÃO PREDIAL

O TRE-PA possui em sua estrutura organizacional uma unidade administrativa especialmente voltada para a manutenção de suas instalações, a Seção de Manutenção de Sistemas Prediais – SEMAP, esta realizou no ano de 2019 diversos serviços com o intuito de conservar os imóveis, conforme os dados constantes nos gráficos seguintes:

QUANTIDADE DE ORDENS DE SERVIÇO POR TIPO DE MANUTENÇÃO



CUSTO DE MANUTENÇÃO POR ZONA ELEITORAL



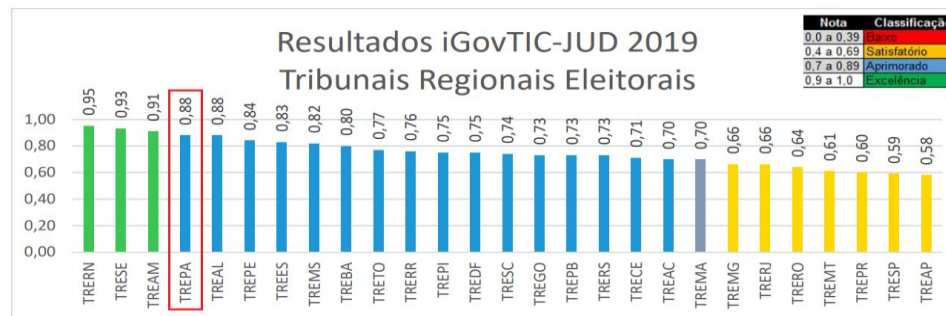
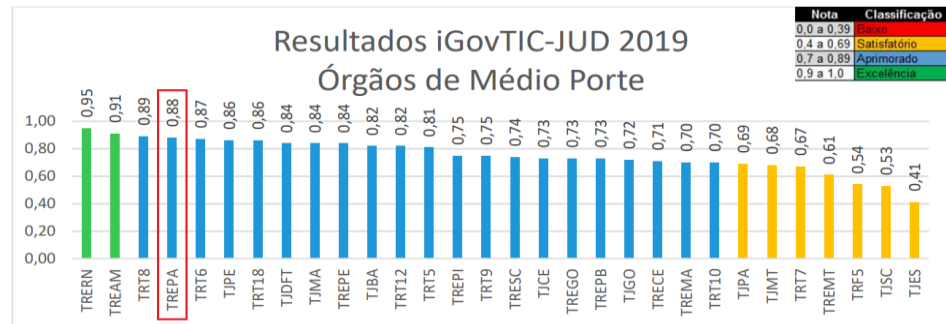
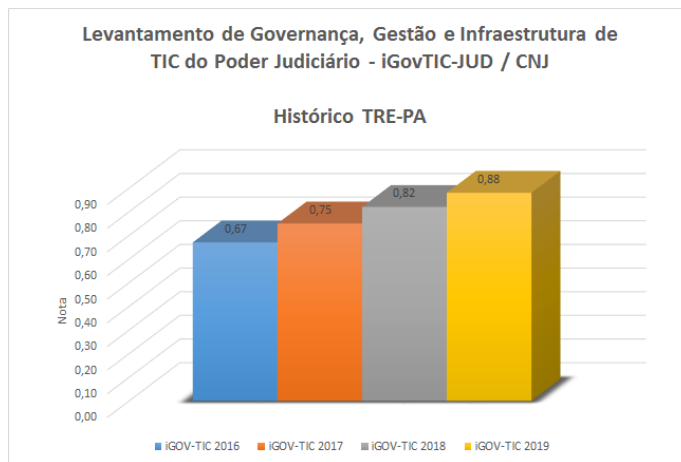


GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

GOVERNANÇA DE TI

Atendendo determinações da Resolução CNJ nº 211/2015, a qual instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para o período de 2015/2020, o TRE-PA avançou na adoção das melhores práticas de Governança de TI, bem como na gestão de seus serviços, evidenciado pelo histórico comparativo fornecido pelo CNJ, onde se verifica o aumento gradual da pontuação concedida a este Regional.

Como resultado dos esforços empreendidos o TRE-PA alcançou no levantamento de Governança e Gestão de TIC em 2019 (iGovTIC-JUD 2019) a 4ª colocação entre os órgãos de médio porte do Judiciário e, ainda, figurou na 4ª posição entre os Tribunais Regionais Eleitorais.



AELIS 2020 (Módulo Rotas) - Sistema de Acompanhamento das Eleições, Logística e Infraestrutura Sistematizados

GEL - Sistema de Georreferenciamento de Locais de Votação (Desenvolvimento Colaborativo - Grupo Nacional): coleta coordenadas geográficas dos locais de votação, apoiando planejamentos futuros de logísticas de pontos de transmissão e de rotas de recolhimento/distribuição de materiais durante as eleições

Novo SGRH Web: gerenciamento dos dados pessoais e funcionais dos servidores

GERSOL: gerenciamento da pauta de sistemas, engloba as seguintes funcionalidades: cadastro de solicitações; análise e pontuação das solicitações de acordo com os critérios técnicos e estratégicos; acompanhamento da pauta de sistemas; e geração e acompanhamento do plano de projeto de cada item da pauta

PublicDocs 2 - novo publicador de documentos

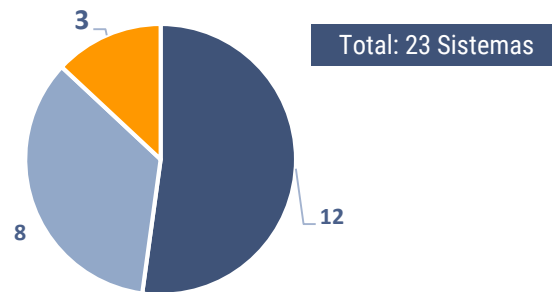
PortalBR: Controle mais efetivo sobre o grau de eficiência dos cartórios e do 2º Grau, através de estatísticas (Pje e SADP), ranking e alertas. O sistema também é utilizado para consolidar e garantir maior confiabilidade e precisão às informações solicitadas pelo CNJ sobre o grau de cumprimentos das metas nacionais do Poder Judiciário e para o Prêmio CNJ de Qualidade;

SAEP - Sistema de Avaliação de Estágio Probatório dos servidores do Tribunal;

Novo Portal de Sistemas e Aplicativos do TRE-PA

PAUTA DE SISTEMAS 2019

■ Concluído ■ Em Andamento ■ Não Iniciado



DEMAIS SISTEMAS

Aplicativo de Produtividade dos Magistrados de 1º e 2º Grau	Sistema de Gestão de Contratos
Aplicativo de Consulta de Telefones e Abrangência das ZEs	Votação Online
DocView - Visualizador de Documentos	JEConnect
Corvo - Sistema de Controle, Organização e Velocidade de Ativos de TI	GSE
Soluções APEX	DESLOCA
PJE Zona – Processo Judicial Eletrônico (1º Grau)	BioPonto2
Wiki SBD	Patrimônio

CONFORMIDADE LEGAL

- **Instrução Normativa nº 6/2018** - Dispõe sobre a Definição de Prioridades de Desenvolvimento de Sistemas;
- **Instrução Normativa nº 4/2018** - Institui o Processo Padrão de Software da Coordenadoria de Sistemas (COSIS/STI);
- **Portaria nº 18.084/2018** - Institui o grupo de Trabalho para Gestão do Processo de Software no Tribunal Regional Eleitoral do Pará;
- **Portaria nº 18.325/2018** - Dispõe sobre a instituição do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI);
- **Portaria nº 17.802/2018** - Institui o processo de Gerenciamento de Serviços de TI no âmbito do TRE-PA;
- **Portaria nº 17.803/2018** - Institui a Central de Serviços de TI no âmbito do TRE-PA;
- **Resolução nº 5.430/2018** - Institui a Política de Segurança da Informação (PSI);
- **Instrução Normativa nº 3/2018** - Institui a Política de uso do Correio Eletrônico;
- **Portaria TRE-PA nº 18.558/2019** - Institui a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR);
- **Portaria nº 18.456/2019** - Estabelece as diretrizes para a Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicações e institui o processo de gestão de configuração e ativos de TIC no âmbito do TRE-PA;
- **Portaria nº 18.141/2018** - Estabelece diretrizes para distribuição, movimentação, guarda e responsabilidade das urnas eletrônicas (UEs), materiais agregados e equipamentos de TI; e
- **Resolução nº 5.484/2018** - Dispõe sobre o acondicionamento, recolhimento da mídia de resultado e documentos da votação, do funcionamento das juntas eleitorais e pontos de transmissão nas eleições 2018.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- **Portaria nº 17.770/2018** - Instituição do grupo de trabalho para compor a Comissão de Segurança da Informação – CSI;
- **Res. TRE-PA nº 5.430/2018** - Instituição da PSI -Política de Segurança da Informação;
- **IN 3/2018** - Instituição da Política de uso do Correio Eletrônico;
- **Portaria TRE-PA nº 18.558/2019** - Institui a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR);
- **Portaria TRE-PA nº 18.680/2019** - Designa servidores para compor a Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Fechamento do Cadastro de Eleitores 2020;
- Eleições 2020;
- Continuidade de Participação em Projetos de Desenvolvimento Colaborativo da JE; e
- Georreferenciar pelo menos 60% dos Locais de Votação do estado.



GESTÃO DE CUSTOS*

** As informações desta seção foram repassadas pelo TSE através do Ofício-Circular GAB-DG nº 59/2020, de 05/03/2020.*

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2019, Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15, e §2º do mesmo art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até o exercício financeiro de 2017, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de

apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir de exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir mais de 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

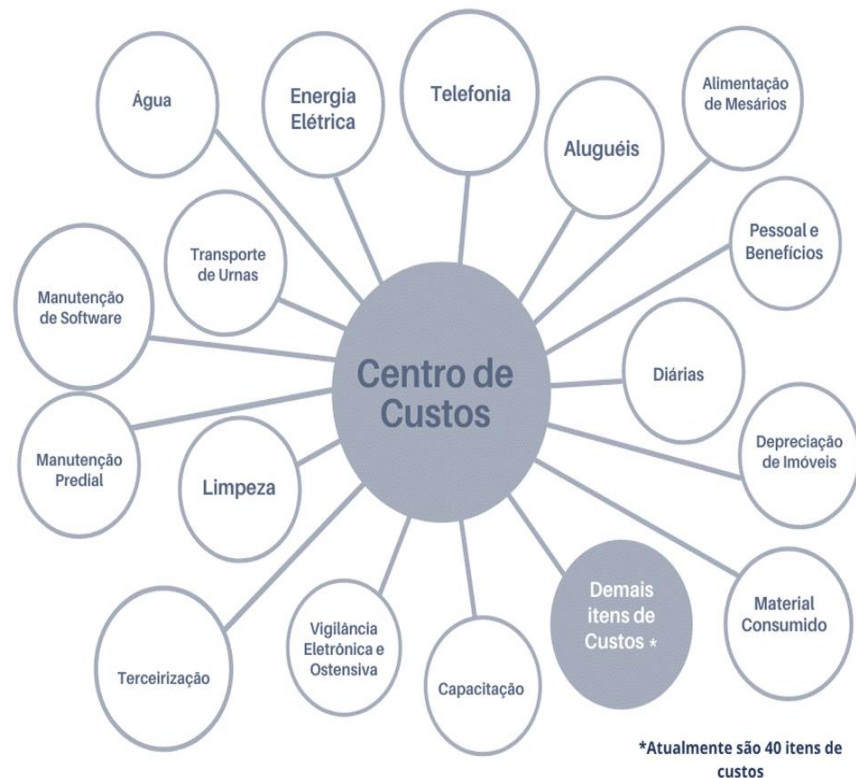
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”. No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão **“Com o quê?”**, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

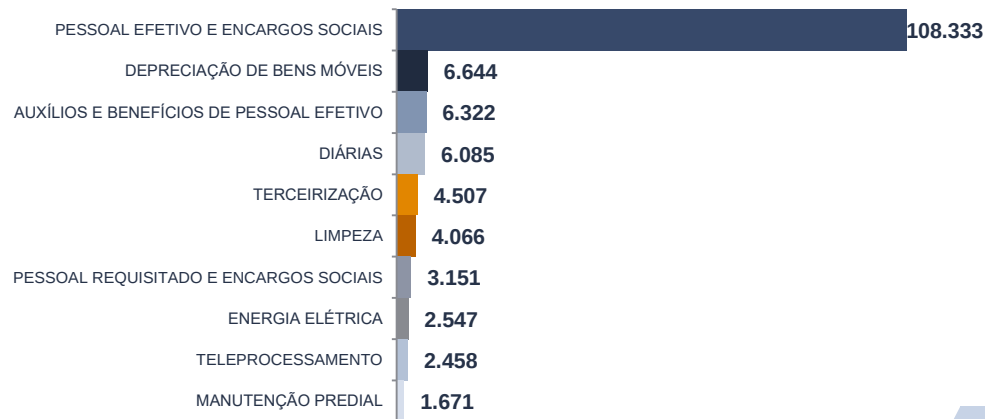


Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2019, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração.

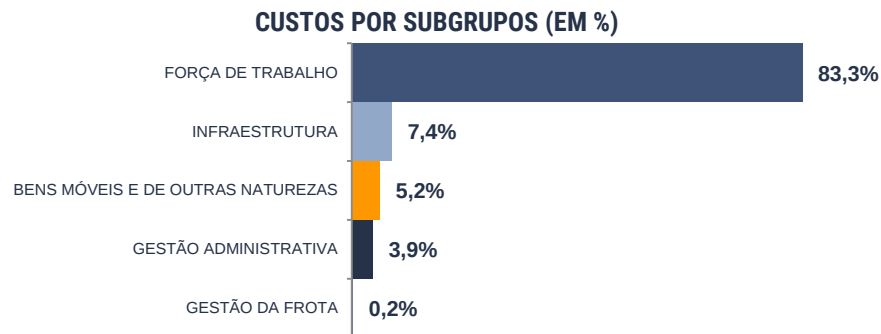
Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, a distribuição dos custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

Relativamente aos custos apurados **do Tribunal Regional Eleitoral do Pará no exercício de 2019**, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



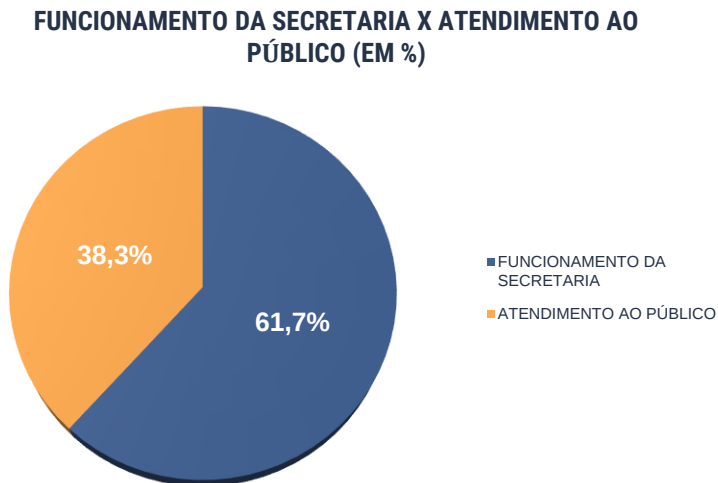
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, onde a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

6

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Declaração do Contador

Denominação completa (UPC)		Código da UG	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ		070004	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI, tais como o Balanço Financeiro (BF), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), regidos pela Lei nº 4.320/1964 bem como pelas Normas Brasileiras de Contabilidade em vigor, relativos ao exercício de 2019, refletem adequada e integralmente a situação financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta este Relatório de Gestão. Adicionalmente, esclareço que as Conformidades Contábeis mensais foram registradas dentro do prazo, de acordo com o Calendário de Fechamento Contábil do exercício de 2019, certificando os referidos demonstrativos contábeis. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Belém-PA	Data	10/02/2019
Contador Responsável	JOELMA OLIVEIRA SOUZA	CRC nº	MA-009711/O-4 T PA



Joelma Oliveira Souza
Contadora Responsável

Servidores da Seção de Contabilidade - SCONT:

Joelma Oliveira Souza

Chefe de Seção / Analista Judiciário

Marcelo José Pereira Carvalho

Analista Judiciário

Miguel Alves de Melo Júnior

Analista Judiciário

Atribuições da SCONT

Art. 74. À Seção de Contabilidade – SCONT compete:

I – executar os planos de trabalho e cronogramas de realização de atividades da Seção, de forma a zelar pelo cumprimento dos prazos estipulados;

II – praticar atos perante o Sistema Integrado de Administração Financeira;

III – **atuar como Setorial Contábil**;

IV – examinar os processos de despesas quanto aos seus aspectos contábeis e orientar acerca da correta utilização dos roteiros de contabilização e de classificação das contas;

V – acompanhar a execução financeira dos contratos, dos convênios e dos demais ajustes celebrados e realizar o controle dos respectivos saldos contábeis;

VI – realizar os registros contábeis que se fizerem necessários à correta evidenciação da situação patrimonial;

VII – analisar os registros e os demonstrativos contábeis e verificar sua adequação aos princípios contábeis e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

VIII – registrar a Conformidade Contábil;

IX – assinar os Demonstrativos Contábeis;

X – promover a Conformidade de Operadores, o cadastramento de usuários no SIAFI e a atualização do Rol de Responsáveis;

XI – realizar as atividades concernentes ao encerramento do exercício;

XII – organizar e manter em arquivo os documentos relativos à gestão financeira e os processos de despesas liquidadas e pagas, bem como acompanhar os prazos de guarda e propor o descarte;

XIII – prestar, conforme a periodicidade exigida pela legislação, as informações relativas aos pagamentos e aos tributos e contribuições retidos na fonte, bem como dar cumprimento a outras obrigações acessórias que venham a ser exigidas pelos órgãos fiscais; XIV – efetuar as inscrições no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, relativamente a agentes públicos do Órgão em razão de obrigações pecuniárias oriundas de recursos públicos, vencidas e não pagas, e a contratados inadimplentes.

Registro da Conformidade Contábil do Exercício de 2019

De responsabilidade do Contador do Órgão, a Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao Setor Público, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual Siafi e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise.

Mês	Ocorrência	Qte.	Restrição Apontada
JAN	Sim	1	CÓD. 705 - FALTA COMPROVAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUP. FUNDOS
FEV	Sim	1	CÓD. 705 - FALTA COMPROVAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUP. FUNDOS
MAR	Não	0	SEM RESTRIÇÃO
ABR	Sim	1	CÓD. 674 - SALDO ALONGADO/INDEVIDO EM CONTA TRANSITÓRIA - PAS. CIRCULANTE
MAI	Não	0	SEM RESTRIÇÃO
JUN	Sim	1	CÓD. 612 - DIVERGÊNCIA ADIANTAMENTO DE SUP. FUNDOS X CONTROLE ORÇ. PAGO
JUL	Sim	1	CÓD. 612 - DIVERGÊNCIA ADIANTAMENTO DE SUP. FUNDOS X CONTROLE ORÇ. PAGO
AGO	Sim	2	CÓD. 315 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO CÓD. 612 - DIVERGÊNCIA ADIANTAMENTO DE SUP. FUNDOS X CONTROLE ORÇ. PAGO
SET	Sim	3	CÓD. 315 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO CÓD. 612 - DIVERGÊNCIA ADIANTAMENTO DE SUP. FUNDOS X CONTROLE ORÇ. PAGO CÓD. 705 - FALTA COMPROVAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUP. FUNDOS
OUT	Sim	2	CÓD. 612 - DIVERGÊNCIA ADIANTAMENTO DE SUP. FUNDOS X CONTROLE ORÇ. PAGO CÓD. 705 - FALTA COMPROVAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUP. FUNDOS
NOV	Sim	2	CÓD. 612 - DIVERGÊNCIA ADIANTAMENTO DE SUP. FUNDOS X CONTROLE ORÇ. PAGO CÓD. 705 - FALTA COMPROVAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUP. FUNDOS
DEZ	Sim	1	CÓD. 612 - DIVERGÊNCIA ADIANTAMENTO DE SUP. FUNDOS X CONTROLE ORÇ. PAGO

Fonte: SIAFI/STN

Durante o exercício de 2019, a conformidade contábil apontou ocorrência em 10 (dez) dos 12 (doze) meses.

Nos meses de janeiro e fevereiro, houve uma ocorrência relacionada à falta de prestação de contas de suprimento de fundos, cuja concessão se deu no exercício de 2018.

No mês de abril, foi registrada restrição na conformidade contábil devido ao saldo alongado na conta de passivo 21.891.03.00, decorrente de autorização tardia de ordens bancárias pelo ordenador de despesas, sendo que a regularização se deu no mês seguinte.

De junho a dezembro, houve ocorrência da restrição 612 em razão de processos de prestação de contas de suprimento de fundos que se encontravam em análise, com pendência de baixa da responsabilidade dos supridos.

Nos meses de agosto e setembro, houve a ocorrência da restrição 315 pela falta de registro da conformidade de registro de gestão referente ao dia 31/08/2019 (sábado).

Já nos meses de setembro a novembro, houve, novamente, a ocorrência da restrição de código 705, que mais uma vez apontou a falta de prestação de contas de suprimento de fundos, devidamente sanada no mês de dezembro.

Dados da Entidade

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

Natureza Jurídica

Órgão Público do Poder Judiciário Federal

Domicílio

Belém-PA

Atividade Principal

Prestação de serviços jurisdicionais em matéria eleitoral e partidária e de serviços administrativos na realização de pleitos eleitorais e de formação e manutenção do cadastro eleitoral.

Código da Unidade Gestora

070004

Código da Unidade Orçamentária

14114

CNPJ

05.703.755/0001-76

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

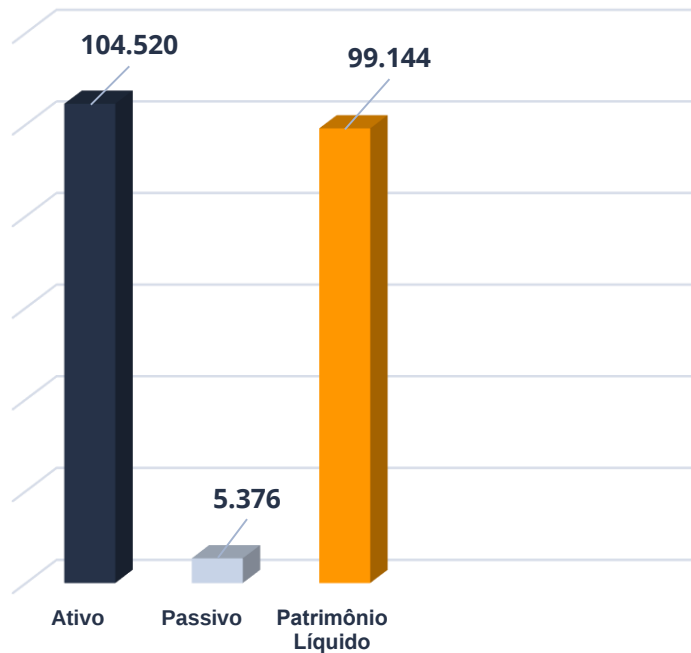
As Demonstrações Contábeis são elaboradas a partir da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Essas Demonstrações seguem as orientações técnicas dispostas no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP), de competência da Secretaria do Tesouro Nacional, e nas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Pará também foram elaboradas a partir dos dados produzidos pelos lançamentos contábeis realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), com base no Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP), além dos registros patrimoniais do Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Essas demonstrações são compostas por:

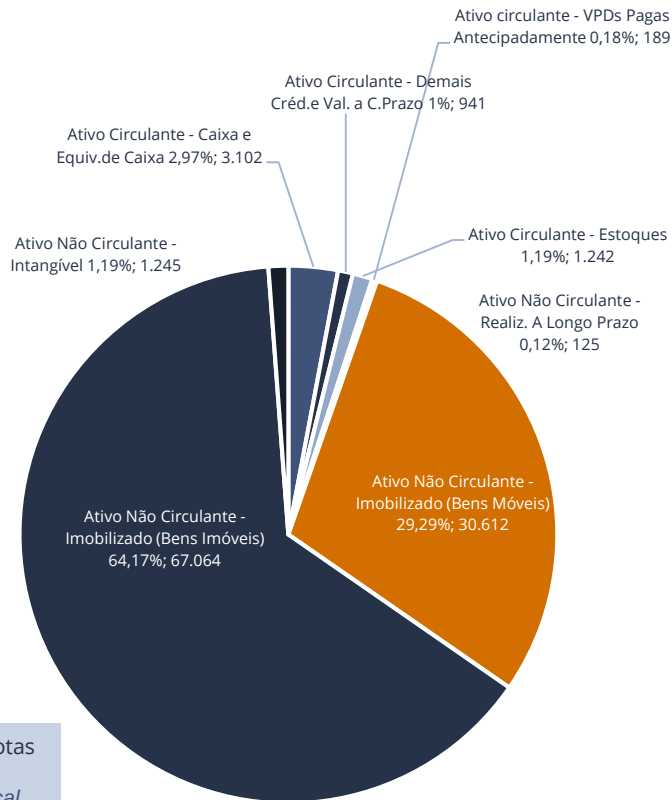
- Balanço Patrimonial (BP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Notas Explicativas.

Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

COMPOSIÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL - 2019



COMPOSIÇÃO DO ATIVO BENS E DIREITOS



Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa		3.102
Ativo Circulante – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		941
Ativo Circulante – Estoques		1.242
Ativo Circulante – VPDs Pagas Antecipadamente		189
Ativo não Circulante – Realizável a Longo Prazo		125
Ativo não Circulante – Imobilizado –	Bens Móveis	30.612
Ativo não Circulante – Imobilizado –	Bens Imóveis	67.064
Ativo não Circulante – Intangível		1.245

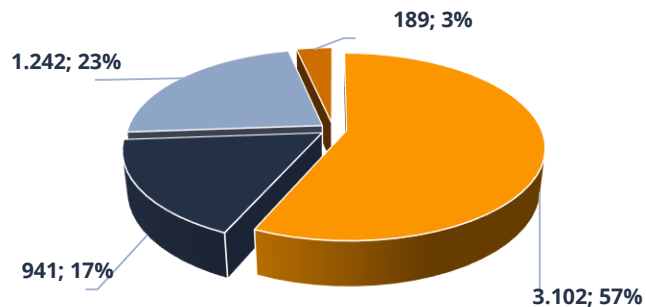
A íntegra do Balanço Patrimonial, das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas podem ser acessada no site do TRE-PA:

<http://www.tre-pa.jus.br/transparencia/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal>

Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

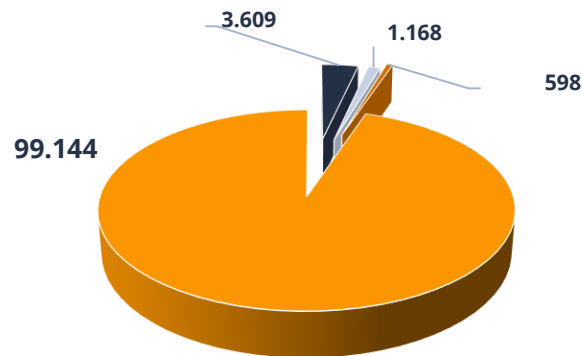
COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE

2019	
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.102
Créditos e Valores a Curto Prazo	941
Estoques	1.242
VPD - Pagamento Antecipado	189



- Caixa e Equivalentes de Caixa
- Créditos e Valores a Curto Prazo
- Estoques
- VPD - pagamento antecipado

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OBRIGAÇÕES



- Passivo Circulante - Obrigações Trabalhistas, Previdenc. a Assistenc. a Pagar a Curto Prazo
- Passivo Circulante - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
- Passivo Circulante - Demais Obrigações a Curto Prazo
- Patrimônio Líquido - Resultados Acumulados

Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

1 ATIVO CIRCULANTE

1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em obediência ao Princípio Orçamentário do Caixa Único (também conhecido como de não-afetação de receitas), este Tribunal não possui conta bancária própria, sendo que os recursos que ingressaram para fazer face ao pagamento das despesas do Órgão se originaram do Tesouro Nacional, mediante sub-repasse de financeiro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, houve ingressos de recursos próprios provenientes do pagamento de taxas de concurso público.

Estes sub-repasses de financeiro movimentaram a conta patrimonial representativa de Limite de Saque – e constituem-se em “recursos liberados pelo Tesouro” –, cujo saldo no final do exercício de 2019 perfazia R\$ 2.574 mil. A este valor somar-se-ão os valores dos novos sub-repasses a serem recebidos no exercício seguinte os quais servirão para fazer face ao pagamento de despesas orçamentárias de 2019, cujas quitações não puderam se dar naquele exercício, e que passaram para o exercício seguinte como “restos a pagar”.

Também se encontram registrados em contas patrimoniais, representativas de caixa e equivalentes de caixa, os valores depositados em contas judiciais, cujo saldo no encerramento do exercício de 2019, era de R\$ 528 mil. Esse montante depositado em contas judiciais decorre de apreensões de valores ocorridas em razão da prática de conduta de crime eleitoral, fianças pagas e de transações penais em processos que tramitam no Cartórios Eleitorais. Os registros contábeis são realizados para fins de controle (pelo valor original) e em

obediência aos normativos que disciplinam o assunto no âmbito da Justiça Eleitoral.

As contas judiciais guardam diferença em relação às contas bancárias comuns, uma vez que objetivam representar controles próprios emitidos pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal (CEF), para guarda provisória de valores específicos. O Setor Contábil está revisando tais valores, de modo a ajustá-los para melhor representar a real situação de cada processo.

1.2 - CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

Importante ressaltar a representatividade do valor créditos em circulação que compõem o patrimônio da Unidade Prestadora de Contas (UPC), representado pelo subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, conforme demonstrado no infográfico a seguir. Tais créditos são registrados em moeda nacional e sua avaliação e mensuração obedecem ao critério do valor original.

Dos créditos em circulação, destacam-se os adiantamentos (numerários) concedidos a servidores a título de salários e ordenados que perfazia, no final do exercício de 2019, o valor de Administração para o pagamento R\$ 269 mil. Frise-se também o valor dos adiantamentos concedidos a título de suprimento de fundos para pagamento de despesas pontuais em que incorrem os Cartórios Eleitorais, tais como manutenção predial e transporte, que se constituem na alternativa adotada pela das despesas necessárias ao atingimento dos objetivos do Órgão.

Ao final do exercício de 2019 o saldo correspondente a esses adiantamentos era da ordem

de R\$ 44 mil o qual se constituía a partir dos valores concedidos e cujos processos de prestação de contas dos supridos ainda se encontravam em tramitação neste Tribunal para fins de apuração de sua regularidade, após o que, proceder-se-ia à baixa da responsabilidade do suprido, a depender do resultado da análise empreendida.

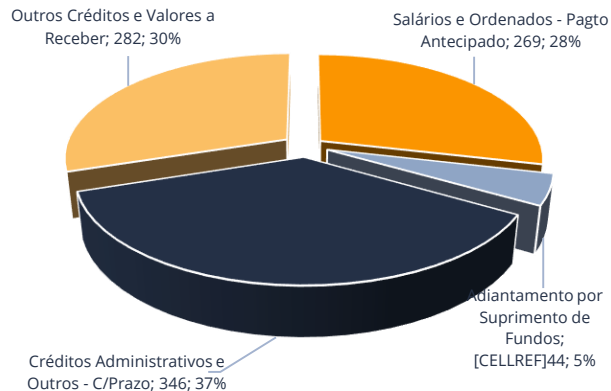
Também pela representatividade cita-se o valor presente na conta contábil de “créditos por danos ao patrimônio por falta ou irregularidade de comprovação – créditos administrativos” que, ao final de 2019, compreendia o valor de R\$ 346 mil. Os registros contábeis realizados nesta conta se dão pelos valores originais, contemplando-se, também as atualizações monetárias incidentes, as quais são obtidas pela utilização do Sistema Débito do Tribunal de Contas da União (TCU).

Mencione-se ainda, pelo mesmo critério, o valor registrado contabilmente como “créditos a receber decorrentes de folha de pagamento” da ordem de R\$ 59 mil que se originou da Decisão TCU n. 220/1999 a qual instituiu metodologia diversa daquela que autorizou o pagamento de Gratificação Especial de Localidade (GEL) a servidores deste Tribunal em exercícios pretéritos. Esses valores estão sendo devolvidos e compensados com bancos de horas de acordo com a situação dos servidores contemplados, à época, com o recebimento da gratificação citada.

Nesta mesma linha, ressalta-se o valor de R\$ 201 mil registrado na conta “outros créditos a receber e valores a curto prazo” que decorre da celebração de Termos de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal do Pará (UFPA).

Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

COMPOSIÇÃO DOS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO



Por fim, informa-se que, em 2019, foram encaminhados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) – através de sua representação no Estado do Pará – para cobrança executiva e judicial e inscrição em Dívida Ativa da União (DAU), 4 (quatro) créditos administrativos, no montante de R\$ 13 mil que, desse modo, foram baixados das respectivas contas representativas do Ativo.

1.3 - ESTOQUES

Este Tribunal registra as entradas de material no almoxarifado pelo seu valor de aquisição e aplica o custo médio ponderado para mensuração de todas as saídas de estoque para atender ao consumo interno, na forma preconizada na NBC TSP 04 (itens 35-37).

Quanto à fidedignidade dos saldos (finais) contábeis presentes nas contas patrimoniais de material em estoque (de almoxarifado), no total de R\$ 1.242 mil, verifica-se, mensalmente, a sua compatibilidade com os registros presentes nos Relatórios de Movimentação Mensal de Almoxarifado (RMMA) expedidos pelo Sistema ASIWEB, cuja operacionalização fica a cargo da Seção de Almoxarifado (SEAL), responsável pelo controle, guarda e distribuição destes materiais.

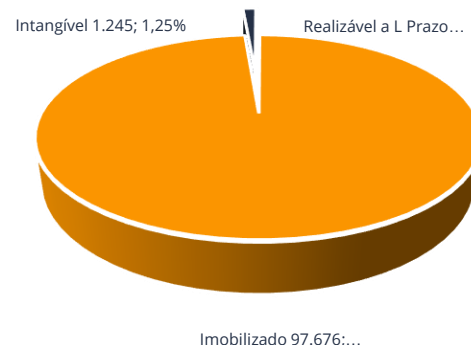
2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Nesse grupo de itens patrimoniais, constam aqueles destinados a prover o Tribunal dos meios necessários para o desempenho regular de suas atividades – naquilo que as normas contábeis tratam como a capacidade de se gerar benefícios futuros ao Órgão –, e que tenham uma existência duradoura, em que se espera utilizá-los para além do próprio Exercício, ou seja, a longo prazo (LP).

Nesse sentido, compreendem-se tanto os imóveis destinados ao funcionamento da Sede e de seus Anexos, dos Depósitos de Materiais e dos Cartórios Eleitorais na Capital e no Interior do Estado, como também os bens móveis e as licenças de *softwares* adquiridos.

O Ativo Não-circulante do Tribunal, no final de 2019, encontrava-se distribuído nos subgrupos, conforme gráfico abaixo:

Composição do Ativo não Circulante



Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

2.1 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

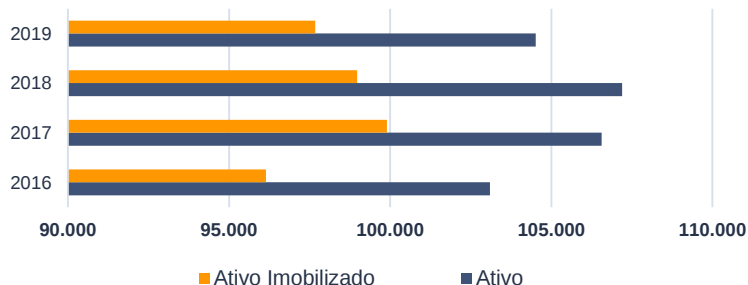
Apresentava, ao final de 2019, o valor de R\$ 125 mil, decorrente de registros de créditos a receber por falta ou irregularidade de comprovação.

2.2 IMOBILIZADO

Da aplicação das dotações orçamentárias e dos recursos financeiros recebidos, percebe-se a acentuada concentração de investimentos na formação de um patrimônio de bens móveis e imóveis. O Ativo Imobilizado se mantém, numa constante, ao longo dos últimos 4 anos, como relevante subgrupo patrimonial.

Item	2016	2017	2018	2019
Ativo Imobilizado	96.148	99.898	98.973	97.676
Ativo	103.093	106.564	107.197	104.520

Relevância do Ativo Imobilizado



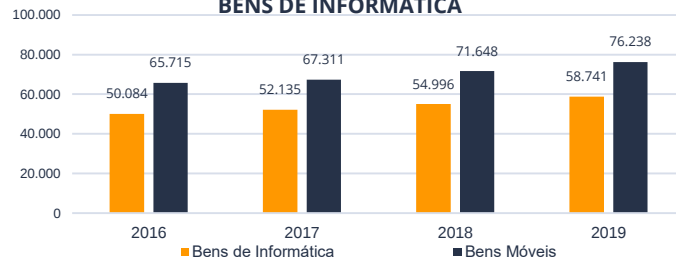
2.2.1 – BENS MÓVEIS

O TRE/PA tem investido bastante na aquisição de bens móveis visando dotar-se dos meios necessários para bem desempenhar sua missão institucional. Nesta linha, observa-se que foram feitas aquisições significativas, ao longo dos últimos anos, especialmente em equipamentos de informática, conforme explana-se a seguir:

2.2.1.1 - BENS DE INFORMÁTICA

O TRE/PA tem aplicado recursos consideráveis na aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), seja por compra direta ou pela intermediação de outros Tribunais Eleitorais (compras centralizadas ou cessão de uso) que, nos últimos 4 anos, manteve-se em torno dos 75% (setenta e cinco por cento) das incorporações de bens móveis, o que denota a preocupação do TRE/PA em modernizar o seu Parque de Informática para melhor atender suas finalidades, dentre elas, a de operacionalizar as eleições informatizadas.

BENS DE INFORMÁTICA



Demonstrações Contábeis – Balanço Patrimonial

2.2.1.2 – TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

O TRE/PA aplica taxas mensais de depreciação sobre o conjunto de seus bens móveis, demonstrado no Ativo Imobilizado do Balanço Patrimonial, e que são reconhecidas como despesa de cada exercício, a fim de quantificar e evidenciar o grau de desgaste natural ao longo de sua vida útil, produzido pelo seu consumo, obsolescência/defasagem tecnológica ou por outros fatores que reduzem o valor de seu custo de aquisição.

Quanto à depreciação de bens móveis o TRE/PA aplica, desde o exercício de 2010, as disposições contidas na NBC TSP 07, que estabelece o tratamento contábil para os itens do Ativo Imobilizado.

As taxas mensais de depreciação são fixadas conforme programação própria do sistema ASIWEB, o qual é utilizado no âmbito da Justiça Eleitoral para o gerenciamento e o controle dos bens móveis e dos estoques em almoxarifado. Considera-se como tempo de vida útil, aquele adotado pela STN, descrito no Manual SIAFI, em sua Macrofunção 02.03.30.

A estimativa do tempo de vida útil de um bem e o estabelecimento da taxa de depreciação mensal seguem os seguintes critérios:

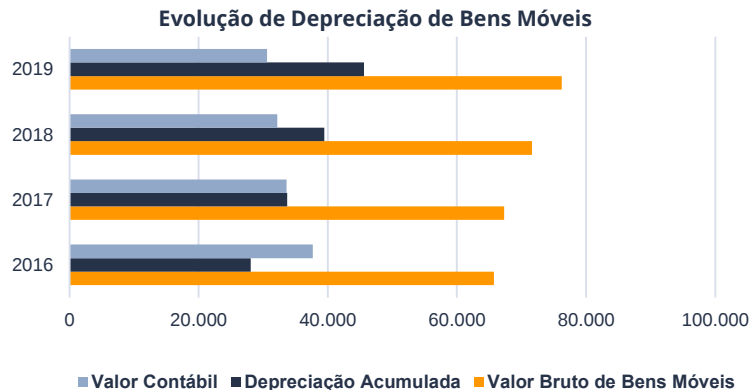
- Capacidade de geração de benefícios futuros;
- Desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não; e
- Obsolescência tecnológica.

Pelo sistema ASIWEB, utiliza-se o método das quotas constantes, que consiste na divisão do valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem, para se estabelecer o valor da taxa mensal de depreciação.

Na tabela e no gráfico abaixo, observa-se a evolução da depreciação acumulada nos últimos 4 anos, demonstrando que o TRE/PA vem aplicando as taxas correspondentes, bem como que essa depreciação acompanha o crescimento dos bens móveis incorporados no período, consequência da política do Tribunal em renovar seu patrimônio de bens móveis com novas aquisições e outros tipos de entrada. Destaca-se que houve baixas de bens classificados como inservíveis e também de bens doados por este Tribunal, ambas já consideradas na determinação do montante de bens móveis no final de 2019.

Em 2019, não houve procedimentos de reavaliação e de perda por redução ao valor recuperável de bens móveis. Desse modo, considerou-se o “valor contábil” (líquido) de cada item do Ativo Imobilizado após deduzida a depreciação acumulada.

Demonstrativo da Evolução da Depreciação de Bens Móveis				
Itens	2016	2017	2018	2019
Valor Bruto de Bens Móveis	65.715	67.311	71.648	76.238
Depreciação Acumulada	28.045	33.706	39.474	45.627
Valor Contábil	37.670	33.605	32.175	30.612

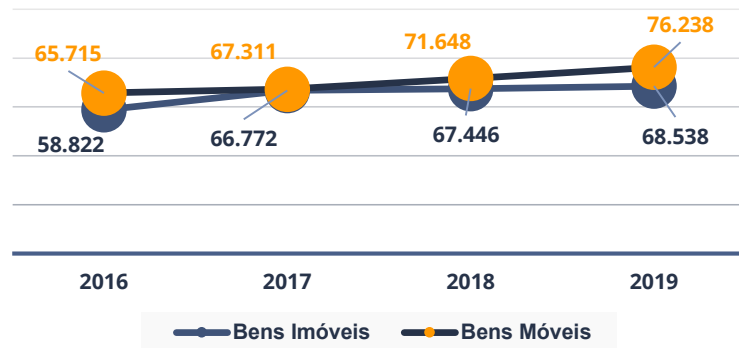


Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

2.2.2 – BENS IMÓVEIS

Os esforços empreendidos pela Administração do TRE/PA na aquisição de imóveis, seja pela compra ou por processo de doação (junto ao Governo do Estado e outros Entes), nos últimos anos, restam evidenciados na relevância que os bens imóveis adquiriram dentro do próprio subgrupo do Ativo Imobilizado, conforme curva crescente no infográfico a seguir. O TRE/PA não possui a propriedade real desses imóveis, que passam a pertencer à União (como Ente Federativo), porém lhe é concedida a utilização para os fins pleiteados, em processo de registro que tramita pelo Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

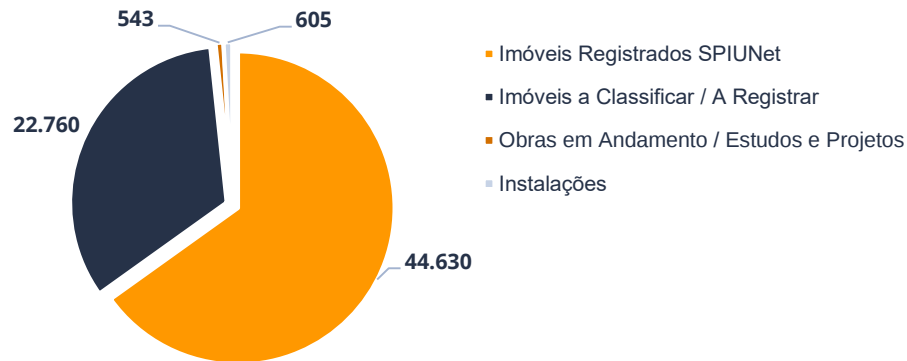
Composição do Ativo Imobilizado



Ressalta-se que os itens do Ativo Imobilizado incorporados em 2019 foram mensurados pelos seus respectivos custos na aquisição ou na construção, conforme NBC TSP 07, uma vez que não houve procedimentos de reavaliação ou de redução a valor recuperável de bens no exercício, à exceção dos imóveis incorporados após o seu registro no Sistema de Gestão de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet), em que o valor contabilizado é calculado a partir de parâmetros de mercado (área, perímetro etc.), inseridos no próprio sistema.

Em 2019, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) registrou, no SPIUNet, 4 (quatro) novos imóveis com utilização para este Tribunal, no total de R\$ 2.656 mil. Ainda assim, ressalva-se o saldo final na conta de “Bens Imóveis a Classificar/a Registrar”, de R\$ 22.759 mil. Esse valor corresponde a 33,21% do total dos imóveis contabilizados em nome deste Tribunal, e evidencia os ainda não cadastrados no SPIUNet, em razão de pendências de documentação ou outras no registro na SPU ou em Cartório, e que, portanto, merecerão atenção especial dos setores envolvidos para o exercício seguinte.

Composição dos Imóveis Contabilizados



Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

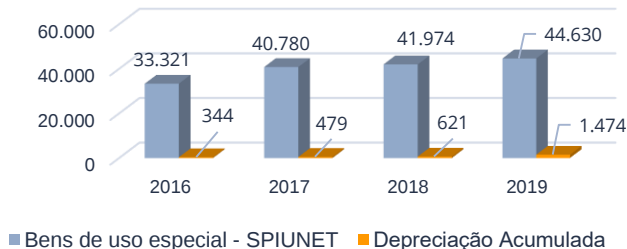
2.2.2.1 - TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

São aplicadas taxas de depreciação sobre os bens imóveis, sendo que foram registradas, diretamente pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), as despesas com depreciação dos Edifícios do TRE – PA, com base em planilhas encaminhadas regularmente pela SPU, a partir do sistema SPIUNet, quando do cadastro dos imóveis.

A depreciação incidente sobre os bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurada mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUNet sobre o valor depreciável desses bens utilizando-se o **Método da Parábola de Kuentzle** (art. 7º da Portaria Conjunta SPU-STN 703/2014).

No exercício de 2019, o total das despesas de depreciação dos imóveis registrado foi de R\$ 852 mil. Contudo, conforme informação da COFIC do TSE, o valor registrado como depreciação acumulada de bens imóveis, no âmbito da Justiça Eleitoral, no exercício em questão, teve acréscimo de 92,55% em relação ao anterior, em razão de erro apresentado no arquivo enviado pela SPU à STN, esta última responsável pelo registro da depreciação de imóveis. Considerando que o exercício de 2019 se encontrava encerrado, quando foi detectado o erro, os valores foram corrigidos pela STN em 31/01/2020, por meio de nota de lançamento.

Evolução dos Bens Imóveis – SPIUNET e Depreciação Acumulada



2.3 - INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são aqueles que resultem de direitos contratuais ou legais, sendo controláveis e que possam gerar benefícios econômicos futuros para o Órgão a exemplo dos softwares adquiridos.

2.3.1 - AMORTIZAÇÃO DOS INTANGÍVEIS

Desde o exercício de 2012 esta UPC realiza os registros de amortização dos ativos intangíveis registrados em seu patrimônio, sendo que o critério para sua contabilização é a avaliação dos potenciais de geração de benefícios dos bens registrados contabilmente.

A partir de janeiro de 2016, mediante o COMUNICA SIAFI – mensagem 2015/1799873 – emitido pela Coordenação Geral de Contabilidade (CCONT) em 11/11/2015, foi expedida a orientação segundo a qual as contas do subgrupo 124 – ATIVO INTANGÍVEL seriam segregadas em ATIVO INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA e ATIVO INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA, sendo que apenas o primeiro grupo estaria sujeito à amortização, conforme previsto nos instrumentos normativos que disciplinam o assunto.

A maioria dos softwares que compunham o patrimônio deste Tribunal classificavam-se como de “vida útil indefinida” conforme, informado pelo Setor competente da área de informática. Somente em julho de 2016 foram adquiridos bens (softwares) que apresentavam “vida útil definida”. Desta forma, foram realizadas análises e feitos os cálculos da amortização incidente sobre os softwares com vida útil definida e feitos os registros contábeis necessários.

No final do exercício de 2019, a COFIC do TSE, emitiu a Orientação n. 12/2019-COFIC/SOF/TSE, que trata da contabilização do ativo intangível do Órgão. Como parte das ações para implementar as recomendações ali contidas, solicitou-se aos Setores competentes da área de Informática que fosse feito o levantamento dos softwares que ingressaram no patrimônio deste Tribunal no período compreendido entre 2010 e 2018, verificando se ainda estariam em uso e se seriam capazes de gerar benefícios futuros para o Órgão.

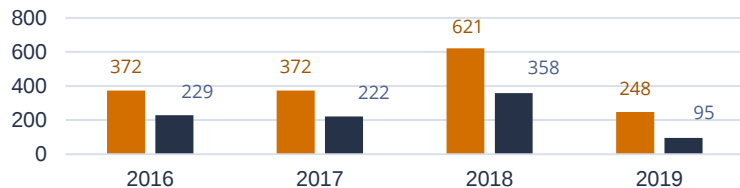
Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

Seguindo a referida Orientação, foram registrados, no sistema ASIWEB, os softwares que possuem vida útil definida bem como a amortização incidente sobre eles até então e os cálculos da amortização passaram a ser feitos pelo Sistema e conciliados com os registros contábeis no fechamento mensal com base nas informações extraídas do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB).

No final do exercício de 2019 o saldo apresentado na conta de Softwares com Vida útil Indefinida perfazia R\$ 1.091 mil. Nota-se que a maior parte dos bens intangíveis do Tribunal classifica-se como de vida útil indefinida.

Abaixo segue gráfico representando a evolução dos itens registrados na conta 1.2.4.1.1.01.01 – Intangíveis – Softwares com *Vida Útil Definida* onde se contempla um ingresso mais representativo no exercício de 2018 por conta de aquisições de softwares para implementação de sistemas visando à realização das eleições de 2018. Já no exercício de 2019, percebe-se considerável redução do valor nominal em razão da completa amortização de parte dos softwares. Essa ação refletiu também na redução da amortização acumulada nos exercícios de 2018 para 2019.

Evolução dos Intangíveis e sua Amortização



■ Intangíveis - Softwares com Vida Útil Definida ■ Amortização Acumulada

3. PASSIVO CIRCULANTE - COMPOSIÇÃO

Todas as obrigações com terceiros estão alocadas no Passivo Circulante. Portanto, não há saldo contabilizado no Passivo Não Circulante, que abrange as obrigações de longo prazo. Assim, o passivo é composto, em sua totalidade, por obrigações de curto prazo.

Pessoal a Pagar - Salários, Remunerações e Benefícios

O montante apresentado nesta conta, R\$ 1.838 mil, refere-se a passivos de pessoal registrados pela Contabilidade, cujas obrigações foram reconhecidas, porém o pagamento depende de disponibilidade orçamentária.

Pessoal a Pagar - Férias

O montante de R\$ 1.771 mil, refere-se às apropriações mensais de despesa com férias, cuja obrigação é contabilizada de acordo com o regime de competência e cuja conciliação ocorre mensalmente, sendo que o valor a pagar refere-se a férias vencidas e não pagas no final do exercício de 2019.

Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais

São obrigações com terceiros pela prestação de serviços ou fornecimento de materiais, registrados na conta 2.1.3.1.1.01.00 – Fornecedores Nacionais (R\$ 764 mil) e na conta 2.1.3.1.1.04.00 – Contas a Pagar – Credores Nacionais (R\$ 404 mil). Trata-se de despesas que já passaram pelo estágio da liquidação ou que se encontram em processo de recebimento pelo credor, mas cujos recursos só serão desembolsados no exercício seguinte.

Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Depósitos Judiciais

Corresponde a valores decorrentes de arbitramento de fiança e apreensão em virtude de cometimento de ilícito eleitoral além de homologação de transações penais, totalizando, ao final de 2019, o valor de R\$ 528 mil, que são depositados em conta judicial específica e aguardam o trânsito em julgado dos respectivos processos.

Demais Obrigações - Valores Restituíveis - Depósitos Não Judiciais

O montante de R\$ 68 mil, se refere a valores devolvidos pelo banco, relativos a despesas de exercícios anteriores de pessoal, cujos pagamentos não puderam ser processados até o exercício em tela, em razão de inconsistência de dados bancários dos credores.

Outras Obrigações a Curto Prazo - Indenizações, Restituições e Diárias

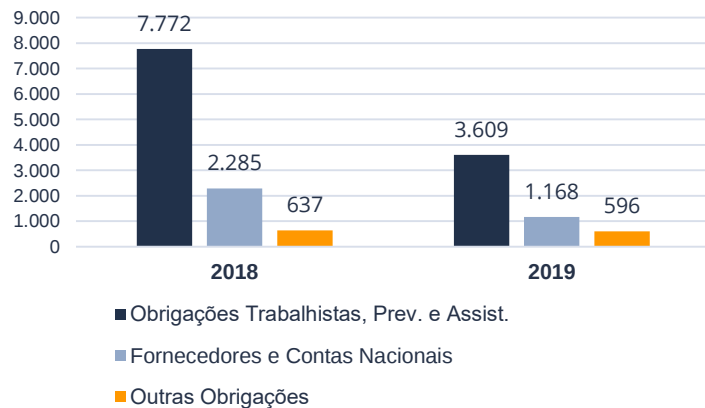
Obrigações devidas a servidores que tiveram a ordem bancária cancelada, mas que foram reemitidas no início do exercício seguinte (janeiro de 2020), tendo sido baixado na totalidade o valor de R\$ 2 mil.

Notas Explicativas – Balanço Patrimonial

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto Prazo

Entre os exercícios de 2018 e 2019, houve uma redução significativa no montante dessa rubrica, sendo que o motivo principal foi o ajuste pela baixa de Férias a Pagar apropriadas em 2018 que foram quitadas e/ou conciliadas no exercício de 2019. Desta forma, percebe-se a redução de 53,56% nestas obrigações que ficaram pendentes para serem conciliadas no exercício seguinte.

EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO



4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido apresentou em 2019, uma movimentação intensa na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, já que diversos lançamentos foram provenientes de acertos de saldos patrimoniais no Ativo e no Passivo, atribuídos a fatos ocorridos antes do exercício de referência. Ressalta-se que a maioria dos registros foi em movimentação credora, o que gerou o aumento da ordem de R\$ 5.369 mil.

Em relação à movimentação devedora, destaca-se o registro da baixa de crédito administrativo no montante de R\$ 18 mil, algumas reclassificações de ativo da ordem de R\$ 2.485 mil e o registro da baixa da Depreciação Acumulada em R\$ 26 mil.

Quanto aos registros credores, é importante destacar os ajustes de Amortização Acumulada em virtude de mudanças nos procedimentos de classificação de Ativos Intangíveis, o ajuste nas provisões tais como a baixa no adiantamento de férias, com o valor registrado de R\$ 2.741 mil e das Férias - conciliação – sendo que apenas dois registros geraram o movimento credor de R\$ 6.016 mil - baixa do Adiantamento de Férias e ajuste de Férias a Pagar.

No gráfico abaixo, percebe-se a evolução do Patrimônio Líquido, que passou de R\$ 96.497 mil, do exercício de 2018 para R\$ 99.144 mil em 2019, no percentual de 2,74%, conforme apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Desta forma, mesmo com a contabilização das despesas de Depreciação, Amortização e outras Variações Patrimoniais Passivas de custo não financeiro, os ajustes realizados tiveram movimento credor que se sobressaiu neste exercício de 2019.



Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário (BO) evidencia a fixação e a execução da dotação orçamentária reservada exclusivamente ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), Unidade Orçamentária 14114, no período de 1º/1 a 31/12/2019 (ano civil), tal como fixada na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 13.808, de 15/1/2019 (publicada no Diário Oficial da União de 16/1/2019). O demonstrativo também abrange a execução de despesas por meio de descentralização/transferência de créditos (provisões) recebidos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e a execução dos Restos a Pagar constituídos nos exercícios anteriores.

Na concepção da LOA, foi fixada dotação orçamentária ao TRE/PA para atender os seus gastos correntes e de capital (investimentos). As despesas correntes servem à manutenção e ao regular funcionamento dos serviços prestados pelo Órgão. As de capital, no caso específico do Tribunal, em geral se referem à aquisição ou à produção de bens (móveis e imóveis) a serem utilizados na geração de seus serviços e que integrarão o patrimônio público.

Em função do princípio da unidade de Tesoureira de que trata o art. 56 da Lei nº 4.320/1964, não há previsão de receitas próprias para o TRE/PA na LOA. O Órgão conta com os repasses financeiros vindos do Tesouro Nacional, por meio da setorial financeira da Justiça Eleitoral (TSE), para o pagamento de suas despesas, visualizados nas Demonstrações dos Fluxos de

Caixa (DFC), em “outros ingressos (financeiros) operacionais”, e no Balanço Financeiro (BF), em “Transferências financeiras recebidas – sub-repasse recebido”. Consideram-se despesas executadas, para o BO, as legalmente empenhadas no Exercício (art. 35, II, Lei nº 4.320/1964).

Desse modo, esclarece-se que o montante de R\$ 223.405 mil, presente como Déficit para a realização de receita, trata-se de arranjo contábil para garantir o equilíbrio, no próprio Demonstrativo, entre os agrupamentos da Receita e da Despesa Orçamentárias. Efetivamente, esse valor diz respeito ao somatório das despesas empenhadas em 2019 e não a qualquer déficit orçamentário real que possa ser apontado.

Em 2019, o TRE/PA também executou despesas orçamentárias cujas dotações foram fixadas originalmente para o TSE na LOA, e que lhe foram transferidas por meio de provisões. Geralmente, na Justiça Eleitoral, opera-se a provisão quando o TSE descentraliza para um Regional a execução de créditos orçamentários que estejam sob sua própria supervisão central. No exercício, o total de créditos empenhados pelo TRE, por meio de provisão recebida, chegou à ordem de R\$ 9.465 mil, para atender despesas correntes (pessoal e encargos sociais, e outras despesas) em ações voltadas à revisão biométrica do cadastro eleitoral (PTRES 084796) e a pleitos eleitorais (PTRES 084799 e 107670). Esse montante correspondeu a 4,42% do total das despesas empenhadas pelo Órgão.

Todos os valores monetários estão expressos em milhares, na moeda funcional da União, o Real (R\$).

Por esse motivo, figuram no BO, saldos negativos de dotação para as despesas correntes, no total de R\$ -6.710 mil que, em princípio, indicaria execução (empenho) de despesas deficitária em relação à própria dotação orçamentária que fora fixada ao Órgão na LOA.

Esse saldo negativo se formou por conta daquela execução de despesas orçamentárias por meio de provisão recebida do TSE, por sua vez, compensada por provisões e destaques (descentralização externa) de créditos orçamentários concedidos pelo próprio TRE/PA, na ordem de R\$ 2.279 mil, e pela formação de saldo positivo de dotação oriunda exclusivamente da execução da dotação orçamentária própria do Tribunal em despesas correntes, conforme demonstrado a seguir:

Especificação	Valor
Execução Orçamentária das Provisões Recebidas do TSE	9.465
Provisões Concedidas pelo TRE/PA (-)	2.264
Destaque Concedido pelo TRE/PA (-)	15
Créditos Disponíveis Despesas Correntes Dotação Própria (-)	476
Saldo de Dotação Negativo Presente no Balanço Orçamentário	6.710

Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

O TRE/PA recebeu do TSE, em 2019, descentralização de créditos orçamentários, por meio de provisões, no total de R\$ 10.158 mil, dos quais se devolveram R\$ 664 mil na ação de revisão biométrica do cadastro eleitoral (PTRES 084796), restando o saldo líquido de R\$ 9.495 mil como créditos orçamentários disponíveis (a serem executados). Ao final do exercício, houve a sobra de créditos disponíveis, relativos a essas provisões, de R\$ 29 mil. Por outro lado, o Órgão também movimentou créditos orçamentários, por meio de descentralização interna de provisões concedidas, na ordem de R\$ 2.264 mil, destinadas ao TSE, dos quais R\$ 2.259 mil foram para atender à centralização de pagamento dos serviços de suporte à infraestrutura de informática de que trata o Contrato nº 16/2015. O TRE/PA também descentralizou créditos para Unidades fora da Justiça Eleitoral (Tribunal Regional Federal da 1ª Região e Advocacia Geral da União), por meio de destaques concedidos, no montante de R\$ 15 mil, para atender eventuais despesas de pessoal e de treinamento, nas quais o TRE/PA tomou parte ou guardava relação.

QUADRO DA DESPESA SEM AS PROVISÕES RECEBIDAS DO TSE EM 2019

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	188.621,60	211.108,25	208.352,44	205.228,30	205.207,16	2.755,81
Pessoal e Encargos Sociais	148.256,89	168.453,04	168.171,46	167.846,07	167.846,07	281,58
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	40.364,71	42.655,21	40.180,98	37.382,23	37.361,09	2.474,23
DESPESAS DE CAPITAL	253,76	5.588,68	5.587,26	4.787,13	4.655,21	1,42
Investimentos	253,76	5.588,68	5.587,26	4.787,13	4.655,21	1,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	188.875,36	216.696,93	213.939,70	210.015,43	209.862,37	2.757,23

Ao se decompor a parcela dessa execução relativa à dotação originalmente consignada ao Tribunal das provisões recebidas do TSE, obtém-se saldos positivos de dotação, diversos do presente no BO original, e que evidenciam a formação de sobra orçamentária correspondente aos créditos orçamentários que não foram utilizados no Exercício, conforme demonstrativo:

Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

A economia orçamentária, evidenciada no quadro anterior, traduz-se no saldo da dotação apurado ao final de 2019. Por outro lado, devem-se considerar as provisões e os destaques de créditos orçamentários concedidos pelo TRE/PA, pois não foram por ele utilizados na execução do Orçamento. Desse modo, os saldos efetivos de créditos disponíveis (relativos à dotação orçamentária própria do Tribunal), em 31/12/2019, encontram-se na tabela abaixo. Nela, demonstra-se a eficiência na execução do orçamento pelo Órgão, no sentido do aproveitamento desses créditos para atender os serviços prestados, representada nos seguintes percentuais, estabelecidos em relação ao valor da despesa fixada (e atualizada) no Orçamento:

Despesas Orçamentárias	Créditos Disponíveis em 31/12/2019	Representatividade e em Relação à Dotação Fixada (%)
Despesas Correntes	476	0,225
- Pessoal e Encargos Sociais	282	0,167
- Outras Despesas Correntes	195	0,456
Despesas de Capital	1	0,025
- Investimentos	1	0,025
Total	477	0,220

O Orçamento de 2019 consignou ao Tribunal dotação inicial de total R\$ 188.875 mil, distribuídos para atender os grupos de despesa relacionados no quadro abaixo. Houve atualização dessa dotação pela abertura de créditos adicionais suplementares, no total de R\$ 28.318 mil. No Exercício, não houve abertura de créditos adicionais especiais e/ou extraordinários. Também foi cancelada dotação por alteração da lei orçamentária (em virtude de remanejamento), em novembro de 2019, no total de R\$ 497 mil, o que produziu o seguinte quadro de atualização líquida da dotação original do TRE/PA:

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial		Dotação Atualizada por Créd. Suplem. e Cancelamento de Dotação	
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Despesas Correntes	188.622	99,86	22.487	80,82
- Pessoal e Encargos Sociais	148.257	78,49	20.196	72,59
- Outras Despesas Correntes	40.365	21,37	2.291	8,23
Despesas de Capital	254	0,14	5.335	19,18
- Investimentos	254	0,14	5.335	19,18
Total	188.876	100	27.822	100

Pelo quadro anterior, as despesas com pessoal e encargos sociais compreendem a maior parcela das dotações orçamentárias do TRE/PA, não somente as consignadas na LOA, como também as suplementadas por meio de créditos adicionais. As despesas de capital, por sua vez, de reduzido percentual no montante das dotações fixadas no Orçamento, foram contempladas com créditos suplementares para serem executadas em 2019. Esses créditos suplementares (compensados pela redução de dotação) suprimiram a execução de despesas orçamentárias, no percentual de 13% do total de empenhos emitidos.

Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

Em termos de execução orçamentária por natureza de despesa, a maior parte dos empenhos de despesas se voltou ao atendimento das despesas com pessoal e encargos sociais, representando 78,61% do montante empenhado em 2019 (apenas considerando a dotação original do órgão). Do outro lado, os investimentos (de capital) tiveram pequena participação em relação ao total das despesas empenhadas, no percentual de apenas 2,61%.

As despesas de caráter intragovernamental (na modalidade de aplicação 91) correspondem àquelas cujos valores são devidos por outros órgãos ou entidades governamentais que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União. Em 2019, basicamente, referiram-se: ao pagamento da contribuição previdenciária patronal e outros encargos sobre pessoal, recolhidas ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores (RPPS) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); ao recolhimento de taxas diversas, multas e juros ao Tesouro Nacional; e às publicações pagas na Imprensa Nacional. O total dessas despesas, considerando-se apenas a execução da dotação orçamentária própria do Tribunal, foi de R\$ 17.441 mil, equivalente a 8,15% de todas as despesas empenhadas, e os três elementos principais, em ordem de relevância, estão assim constituídos:

Despesa Intragovernamental Executada	Valor	Percentual sobre as Despesas Intragovernamentais	Percentual sobre o Total das Despesas Executadas
Contribuição Previdenciária sobre serviço de Terceiro	45	0,25%	0,02%
Contribuição Patronal INSS	110	0,63%	0,05%
Contribuição Patronal RPPS	17.192	98,57%	8,03%

Do total de despesas empenhadas em 2019, a parcela daquelas executadas pela dotação orçamentária própria do Órgão, que passaram por todas as suas fases, ou seja, pagas no próprio exercício, foi de R\$ 209.862 mil, o equivalente a 98,09% do total empenhado, assim distribuídas:

Execução da Despesa Orçamentária – Dotação Própria do TRE/PA			
Grupo de Despesa	Total Empenhado	Total Pago	Percentual do Total Pago em relação ao Empenhado (%)
Pessoal e Encargos Sociais	168.171	167.846	99,81
Outras Despesas Correntes	40.181	37.361	92,98
Investimentos (de capital)	5.587	4.655	83,32
Total	213.939	209.862	98,09

Em contrapartida, a parcela empenhada de R\$ 4.077 mil, não paga em 2019, constituiu-se nas despesas orçamentárias inscritas em restos a pagar (para os Exercícios seguintes), equivalente a apenas 1,90% do total executado da dotação original do Tribunal (sem considerar a execução da provisão recebida), cuja composição segue demonstrada no quadro a seguir:

Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2019 – Dotação Própria do TRE/PA		
Grupo de Despesa	Valor	Percentual (%)
Pessoal e Encargos Sociais	325	7,98
Outras Despesas Correntes	2.820	69,16
Investimentos (de capital)	932	22,86
Total	4.077	100

Notas Explicativas – Balanço Orçamentário

Em termos de valores absolutos, houve, no geral, redução de 28,71% no montante de restos a pagar inscritos ao final de 2019, em relação ao ocorrido no exercício anterior (2018), conforme evidenciado no BO (e Anexos I e II), considerando a execução integral do Orçamento pelo Tribunal (o conjunto da dotação original e das provisões recebidas):

Inscrição em Restos a Pagar (Processados e Não Processados)			
Natureza da Despesa	Em 31/12/2018	Em 31/12/2019	Variação (%)
Pessoal e Encargos Sociais	229	328	Aumento de 42,94%
Outras Despesas Correntes	4.769	3.000	Redução de 37,10%
Investimentos (de capital)	977	932	Redução de 4,63%
Total	5.975	4.250	Redução de 28,71%

Houve execução de restos a pagar, inscritos em Exercícios anteriores, ao longo de 2019, conforme demonstrado nos Anexos 1 e 2 do BO. Os restos a pagar não processados (RPNP) – despesas legalmente empenhadas pendentes de liquidação – foram liquidados na proporção de 73,12% do seu saldo acumulado até então. No mesmo período, o cancelamento de RPNP correspondeu a 21,55% desse saldo acumulado. Ao final de 2019, restou o montante de R\$ 302 mil a liquidar, de dotação original do Tribunal e de provisões recebidas, assim composto:

Composição Final dos RPNP Inscritos em Exercícios Anteriores a 2019		
Ano do Empenho - Dotação de Origem	Valor	Percentual (%)
2017 - Dotação Própria	20	6,45
2018 - Dotação Própria	127	42,18
2018 - Provisão Recebida do TSE	155	51,37
Total	302	100

Os restos a pagar processados (RPP) – despesas legalmente empenhadas já consideradas liquidadas e pendentes de pagamento – foram quitados em 2019 na proporção de 93,23% do seu saldo acumulado até então. No mesmo período, o cancelamento de RPP correspondeu a 0,01% desse mesmo saldo. Ao final de 2019, restou o montante de R\$ 81 mil a pagar, relativo à dotação original do Tribunal e às provisões recebidas, conforme a seguir:

Composição Final dos RPP Inscritos em Exercícios Anteriores a 2019		
Ano do Empenho - Dotação de Origem	Valor	Percentual (%)
2015 - Dotação Própria	4	5,12
2015 - Provisão Recebida do TSE	2	2,10
2016 - Provisão Recebida do TSE	14	17,44
2017 - Dotação Própria	32	39,02
2018 - Dotação Própria	29	36,31
Total	81	100

Notas Explicativas – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) demonstra o resultado financeiro do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), em 31/12/2019, cujo saldo se transfere para 2020, a partir da realização das receitas e das despesas orçamentárias, bem como da movimentação financeira (transferências e recebimentos) de caráter extraorçamentário. O resultado financeiro é adicionado aos saldos decorrentes do Exercício anterior (2018). Em certa medida, esse demonstrativo traz essa evidenciação sob o enfoque orçamentário da Lei nº 4.320/1964, de modo que permite ajustes, na sua própria composição, para essa apuração de ordem financeira.

O TRE/PA não está contemplado, na Lei Orçamentária Anual (LOA), para a previsão de receitas, em atenção ao princípio da Unidade de Tesouraria. Desse modo, não há indicação de valores em Receitas Orçamentárias, sejam estas ordinárias ou vinculadas, na coluna de ingressos do BF. Para custear o pagamento de suas despesas orçamentárias, o Tribunal conta, exclusivamente, com repasses financeiros do Tesouro Nacional, por intermédio da setorial financeira da Justiça Eleitoral (TSE), denominados de sub-repasses. Desse modo, o planejamento financeiro do Órgão depende das políticas econômica, fiscal e administrativa decididas pelo Governo Federal.

O montante do sub-repasse recebido, em 2019, foi de R\$ 219.815 mil, com decréscimo de 11,57% em relação a 2018 (que fora ano eleitoral). Como esses recursos financeiros se destinam às despesas orçamentárias, legalmente empenhadas, pagas no próprio Exercício, estão classificados como “resultantes da execução orçamentária” no BF. O Tribunal, no entanto, devolveu R\$ 10 mil desse montante.

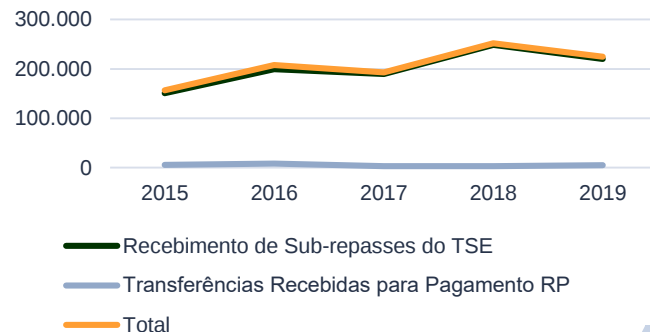
O TRE/PA também recebeu recursos financeiros, por meio da setorial financeira da Justiça Eleitoral, para quitar restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, no total de R\$ 5.157 mil, o que traduziu em acréscimo de 62,60% ao volume recebido em 2018. Pelo enfoque orçamentário do BF, essas transferências figuram como “independentes da execução orçamentária”, assim segregadas daqueles sub-repasses recebidos.

Ao lado, demonstra-se a evolução dos recebimentos de sub-repasses e das transferências para pagamento de restos a pagar, nos últimos cinco anos. Evidenciam-se picos de aumento, em valores absolutos, nos anos eleitorais (2016 e 2018), justificável pelo volume das despesas orçamentárias envolvidas na realização dos Pleitos. De modo geral, também se observa a tendência ao aumento desses repasses financeiros ao TRE/PA no intervalo de tempo considerado.

Todos os valores monetários estão expressos em milhares, na moeda funcional da União, o Real (R\$).

Ingressos	2015	2016	2017	2018	2019
Sub-repasse Recebido	150.971	199.368	189.731	248.518	219.805
Transferências Recebidas para Pagamento RP	5.949	8.577	2.883	3.172	5.157
TOTAL	156.920	207.945	192.614	251.690	224.962

Sub-repasses e Transferências Recebidas (2015-2019)



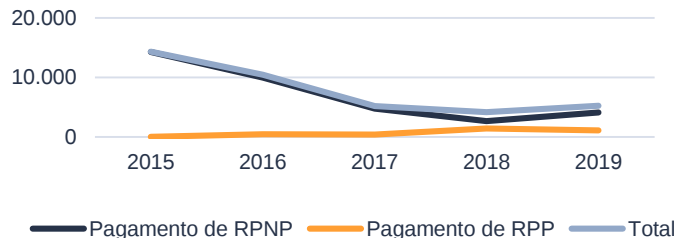
Notas Explicativas – Balanço Financeiro

Considerado o intervalo dos últimos cinco anos, nota-se que os pagamentos de RP sofreram sensível redução, mas que também guarda relação direta com o próprio decréscimo sentido nas suas inscrições, verificável em igual período, conforme visualizado nos gráficos abaixo:

Dispêndios	2015	2016	2017	2018	2019
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	14.261	9.981	4.774	2.697	4.142
Pagamento de Restos a Pagar Processados	54	466	437	1.459	1.116
TOTAL	14.315	10.447	5.211	4.156	5.258

Ingressos	2015	2016	2017	2018	2019
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	10.441	5.621	2.665	4.799	4.106
Inscrição de Restos a Pagar Processados	407	1.119	791	1.145	153
TOTAL	10.848	6.740	3.456	5.944	4.259

**Pagamento de Restos a Pagar
(2015-2019)**



**Inscrição de Restos a Pagar
(2015-2019)**



Com efeito, tal como evidenciado no Balanço Orçamentário (BO), em 2019 a execução dos Restos a Pagar não Processados (RPNP) foi de 73,12% correspondente ao seu saldo inicial acumulado, enquanto que os Restos a Pagar Processados (RPP), foi de 93,23%. Como “pagamento extraorçamentário”, o próprio BF nos informa que houve aumento considerável na execução de RPNP em 2019, de R\$ 4.142 mil, ou seja, 53,57% a mais que em 2018. No entanto, quanto aos RPP, a sua execução se reduziu, em relação ao Exercício anterior, em 23,51%.

Notas Explicativas – Balanço Financeiro

As despesas orçamentárias se apresentam, no BF, como dispêndios, pela lógica orçamentária da execução da despesa: no montante dos empenhos de 2019. Portanto, os valores a elas relativos não encontram similaridade com os de desembolsos presentes nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), mas sim, com a relação de despesas empenhadas constante no BO. Desse modo, o BF demonstra o montante das despesas orçamentárias, também consideradas as executadas por meio das provisões descentralizadas pelo TSE (nas ações governamentais voltadas à revisão biométrica do eleitorado e a pleitos eleitorais).

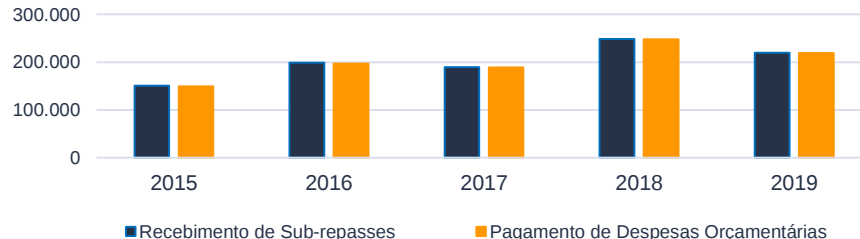
Para se apurar o resultado financeiro ao final do Exercício, faz-se necessário informar a parcela daquelas despesas orçamentárias a serem inscritas em restos a pagar (processados e não processados), como ingressos no BF, fazendo-se o necessário contraponto contábil.

**Pagamento de Despesas Orçamentárias
(2015-2019)**



Especificação	2015	2016	2017	2018	2019
Recebimento de Sub-repasses	150.971	199.368	189.731	248.518	219.805
Pagamento de Despesas Orçamentárias	149.654	197.083	189.071	247.994	219.145

Comparação entre Sub-repasses Recebidos e Pagamento de Despesas Orçamentárias (2015-2019)



Na tabela e gráficos acima, demonstram-se as despesas orçamentárias pagas em seus respectivos Exercícios, no intervalo dos últimos cinco anos, descontadas, portanto, as inscrições de RP. Evidencia-se o aumento dos pagamentos das despesas orçamentárias, com picos significativos nos anos eleitorais (2016 e 2018), como também a sua compatibilidade com o simultâneo incremento nos sub-repasses transferidos pelo TSE, o que manteve o equilíbrio financeiro do TRE/PA no período considerado.

Notas Explicativas – Balanço Financeiro

Os valores demonstrados como Arrecadação de Outra Unidade, integrando os “outros recebimentos extraorçamentários”, guardam correspondência com similar título presente em “outros ingressos operacionais” nas DFC: R\$1.469 mil e R\$ 3.625 mil, respectivamente para 2018 e 2019, com aumento de 246,76%. Trata-se, geralmente, de arrecadação financeira (multas e outros) feita pelo TRE/PA, porém destinada a outras unidades/entes governamentais, seja a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), administrado pelo TSE. Em 2019, essa parcela arrecadada girou em torno de R\$ 1.961 mil. Tal valor se compensa pela efetiva transferência desse produto arrecadado àquelas unidades/entes de destino, inserida no “movimento de saldos patrimoniais”, presente, na coluna de Dispendios do BF, como “transferência financeira concedida” (independentes da execução orçamentária).

No entanto, outra parcela significativa (45,89%) daquele total de Arrecadação de Outra Unidade em 2019, de R\$ 1.664 mil, referiu-se às taxas próprias arrecadadas para a realização de concurso público. O produto desta arrecadação, por sua vez, comporá o saldo final de “caixa e equivalentes de caixa”.

Ao final de 2019, apurou-se o incremento desse saldo financeiro, expresso como “caixa e equivalentes em caixa”, de R\$ 3.102 mil, em 331,64% se comparado ao de 2018. Esse valor se apresenta no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial (BP).

Em razão das operações financeiras realizadas pelo TRE/PA em 2019, o resultado financeiro apurado no BF coincide com a geração líquida de Caixa apontada nas DFC, tanto em 2018 como em 2019. Em ambas as situações, houve o aumento de 571,90% de um a outro Exercício, saindo-se de resultado negativo em 2018, para se chegar ao apurado de R\$ 2.166 mil, que impactou naquele saldo financeiro de R\$ 3.102 mil.

Geração Líquida de Caixa (DFC)		Resultado Financeiro (BF)		Variação (%)
2018	2019	2018	2019	
- 459	2.166	- 459	2.166	571,90

Em termos de Quociente do Resultado Financeiro (QRF), em que se evidencia a proporção de todos os ingressos de recursos financeiros em relação aos dispendios em dado Exercício, demonstra-se, justamente, o melhor resultado apurado em 2019, de maior pontuação:

Quociente do Resultado Financeiro				
2015	2016	2017	2018	2019
0,96	1,00	0,99	1,00	1,01

Variação do Quociente do Resultado Financeiro (2015-2019)



Notas Explicativas – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

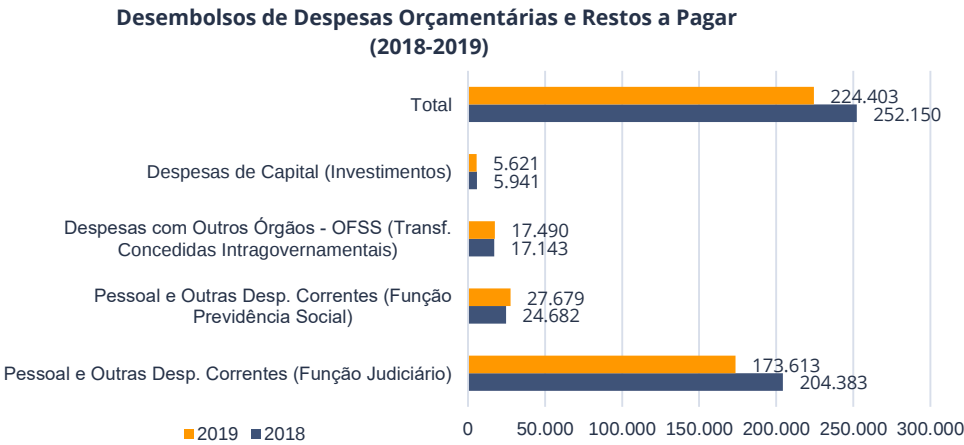
As Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) evidenciam a dinâmica da movimentação de recursos financeiros pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), de 1º/1 a 31/12/2019. Apresenta, portanto, a entrada e a saída de numerários em espécie e saldos bancários disponíveis (caixa), agrupando-as em fluxos correspondentes às atividades do Órgão que, no caso, dividem-se em: operacionais, voltadas à manutenção e ao desenvolvimento dos serviços jurisdicionais e administrativos prestados; e as de investimento, referentes à aquisição ou produção de Ativos (créditos, bens móveis e imóveis) de longo prazo de realização.

Nos ingressos relativos aos Fluxos de Caixa das atividades operacionais, destacam-se os recursos financeiros de que vale o TRE/PA para pagar suas despesas, que são os sub-repasses do Tesouro Nacional, transferidos pela setorial financeira da Justiça Eleitoral (TSE), sob título de “transferências financeiras recebidas”. O total dessas efetivas transferências, em 2019, de R\$ 225.112 mil, correspondeu a três tipos: os sub-repasses propriamente ditos, de R\$ 224.962 mil, correspondente a 99,93% daquele total, dos quais, R\$ 5.157 mil, foram para quitar restos a pagar, conforme discriminado no Balanço Financeiro (BF); a liberação de recursos, também pelo TSE, de restituição de multa, de R\$ 75 mil; e o recolhimento de multas eleitorais, de R\$ 75 mil. O somatório destas duas últimas transferências equivaleu a 0,07% do total das transferências recebidas, e também figuram no BF.

Em 2019, esses recursos financeiros, em volume proporcional, foram suficientes para custear os desembolsos relativos às atividades operacionais e, também, às despesas de capital do Órgão. Estes desembolsos montaram em R\$ 224.403 mil, e se relacionam às despesas orçamentárias pagas, de R\$ 219.145 mil, mais os restos a pagar processados e não processados pagos em 2019, de R\$ 5.258 mil, evidenciados no Balanço Orçamentário (BO).

Todos os valores monetários estão expressos em milhares, na moeda funcional da União, o Real (R\$).

Analisando o comportamento dos desembolsos em relação a 2018 (ano eleitoral), houve redução de 11% no seu volume em 2019, especificamente para as despesas de pessoal e demais correntes e para as despesas com investimentos. Em 2018, os desembolsos com as despesas orçamentárias e os restos a pagar (constituídos em exercícios anteriores) foram de R\$ 252.149 mil. Esses dados evidenciam o aumento de desembolsos, no TRE/PA, próprio de anos eleitorais, quando o volume de despesas orçamentárias tende a ser maior que em anos não-eleitorais, conforme gráfico abaixo:



Notas Explicativas – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

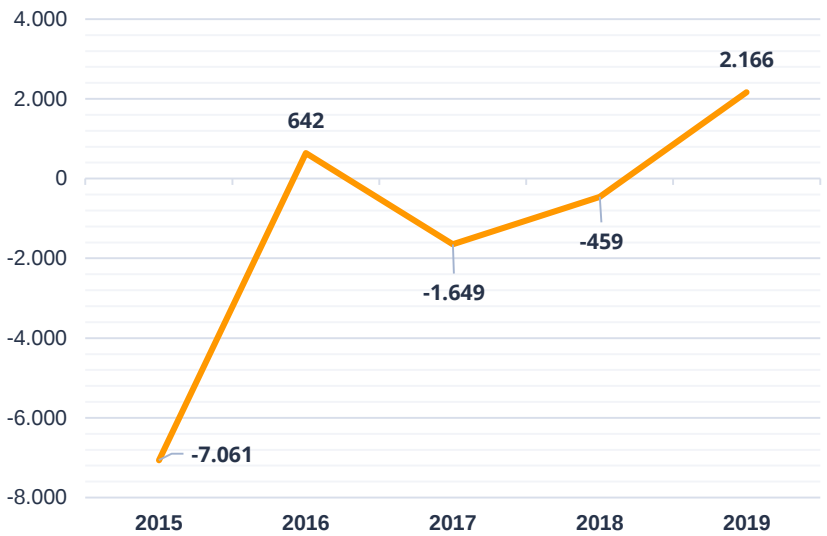
Do gráfico anterior, esclarece-se que, para fins de composição dos Fluxos de Caixa, as despesas correntes (pessoal e outras) do TRE/PA estão relacionadas por função (classificação funcional da despesa), em que os gastos estão agregados por área de ação governamental, no caso, a voltada às atividades do Poder Judiciário Federal. Desses desembolsos, foram destacados os recolhimentos à previdência social e os realizados a outros órgãos ou unidades governamentais que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) – assim classificados, segundo a modalidade de aplicação 91. Estes figuram na DFC, respectivamente, como desembolsos na função Previdência Social e como Transferências concedidas intragovernamentais.

Conforme evidenciado no DFC, em 2018 o volume de ingressos financeiros não fora suficiente para fazer frente aos desembolsos do período, resultando no déficit financeiro de R\$ -459 mil, compensado pela existência de sobra financeira advinda de exercícios anteriores, de R\$ 1.394 mil. No final de 2019, por outro lado, o Órgão conseguiu obter a folga financeira de R\$ 2.166 mil, assim gerando caixa suficiente para o pagamento das obrigações próprias do Exercício, sem a necessidade do uso de saldos financeiros pré-existentis.

Ao lado e na página seguinte, apresentam-se gráficos que demonstram a evolução dessa geração líquida de caixa nos últimos cinco exercícios, em que se evidencia ter ocorrido, no próprio 2019, o melhor resultado apurado. Decompondo tais variáveis entre o montante recebido de recursos financeiros e o desembolsado para pagar as despesas orçamentárias e restos a pagar em igual intervalo de tempo, observa-se tendência, interrompida em 2016 e em 2019, de os recursos financeiros recebidos estarem abaixo, em maior ou menor grau, do montante necessário ao TRE/PA para pagar suas obrigações.

Geração Líquida de Caixa				
2015	2016	2017	2018	2019
- 7.061	642	- 1.649	- 459	2.166

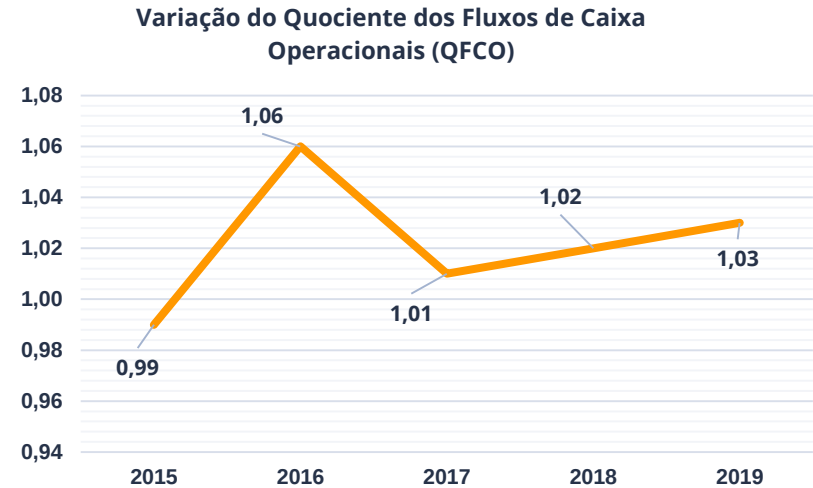
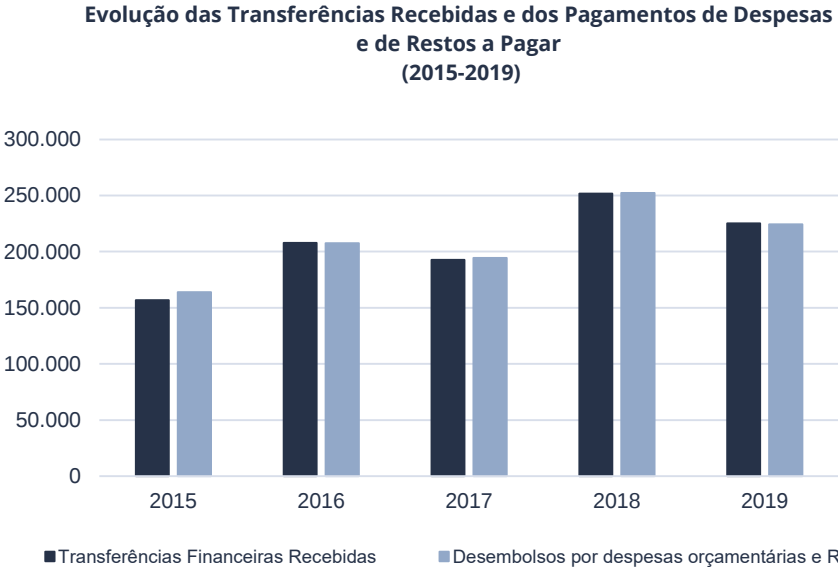
Evolução da Geração Líquida de Caixa (2015-2019)



Notas Explicativas – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019
Transferências Financeiras Recebidas	156.922	207.945	192.614	251.690	225.112
Desembolsos por Despesas Orçamentárias e RP	163.969	207.530	194.283	252.150	224.403

Em termos de Quociente dos Fluxos de Caixa Operacionais (QFCO), que evidencia a geração líquida de caixa oriunda, exclusivamente, dos fluxos de atividades operacionais, obtiveram-se os índices demonstrados no gráfico abaixo. Neles, observam-se que as maiores pontuações foram apuradas nos Exercícios de 2016 e 2019, o que confirma a evolução demonstrada nos gráficos anteriores, quanto à geração líquida de caixa positiva.



Notas Explicativas – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

O valor presente como Arrecadação de Outra Unidade em 2019, dentro de “Outros ingressos operacionais” nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, de R\$ 3.625 mil, diz respeito à arrecadação financeira ocorrida no âmbito do TRE/PA, mas destinada à Secretaria do Tesouro Nacional (pelo princípio da Unidade de Tesouraria); vinculada ao Fundo Partidário; e, ainda, direcionada a atividades específicas, como a arrecadação de taxas para concurso público. À exceção deste último caso, trata-se de ingressos financeiros que o Órgão não utiliza, diretamente, no pagamento de suas despesas orçamentárias e de seus restos a pagar.

Essa Arrecadação de Outra Unidade, na dinâmica dos fluxos de caixa (ingressos e desembolsos) das atividades operacionais, é compensada por parcela das transferências financeiras concedidas em 2019, de R\$ 2.112 mil, presentes em “Outros desembolsos operacionais”, e que evidenciam o repasse daqueles recursos arrecadados seja ao Fundo Partidário como ao Tesouro Nacional. Da Arrecadação de Outra Unidade, R\$ 1.961 mil se referem a recursos financeiros que não ficaram para utilização direta do TRE/PA, o equivalente a 54,11%. Esclarece-se ainda que R\$1.268 mil se destinaram ao Fundo Partidário, Unidade Orçamentária 14901 (Fonte de Recursos 0174007030). As taxas arrecadadas com as inscrições para o concurso público em 2019, de R\$ 1.664 mil, corresponderam a 45,89% da Arrecadação de Outra Unidade a serem utilizadas no custeio da contratação.

Ao final de 2019, houve a formação do saldo financeiro acumulado de R\$ 3.102 mil, como Caixa e Equivalentes de Caixa, assim a figurar, também, no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial (BP). Parcela desse saldo, R\$ 528 mil, diz respeito às contas de depósitos judiciais, abertas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal para o recolhimento de fianças, de valores apreendidos e de transações penais de que tratam os processos judiciais em tramitação nos Cartórios Eleitorais.

Esses valores, por se tratarem de depósitos em consignação, não são utilizados pelo Tribunal nos desembolsos relativos a pagamento das despesas orçamentárias e dos restos a pagar, apesar de figurarem no saldo final de Caixa e Equivalentes de Caixa. A destinação desses valores fica a critério da respectiva autoridade judicial competente.

Nas DFC de 2019, a movimentação nessas contas judiciais, que abrigam tais depósitos para o Tribunal, está representada, pelos fluxos das entradas financeiras, como “outros ingressos operacionais” (extraorçamentários), dentro do montante de R\$ 85 mil, englobando não somente novos depósitos realizados no Exercício, como também a atualização monetária dos saldos das contas já existentes. Em contrapartida, as retiradas de valores nesses depósitos judiciais figuram, no fluxo dos desembolsos operacionais, como dispêndios extraorçamentários, no total de R\$ 127 mil. Esses valores também se apresentam na contraposição de ingressos e de dispêndios de que trata o BF, respectivamente nos recebimentos e nos pagamentos extraorçamentários, como “depósitos restituíveis e valores vinculados”.

A parcela mais significativa do saldo final de Caixa e Equivalente de Caixa, no subtotal de R\$ 2.574 mil, equivalente a 82,98%, refere-se ao saldo final da conta (patrimonial) de “Limite de Saque com vinculação de pagamento OFSS”, que trata, justamente, dos sub-repasses recebidos, via setorial financeira do TSE, para o pagamento das obrigações do TRE/PA. O controle contábil dessa conta evidencia o montante financeiro vinculado por fonte de recursos, seja do Tesouro Nacional ou própria do Órgão, a saber:

Código da Fonte de Recurso	Saldo Final 2019	Descrição
0100000000	957	Saldo deixado para 2020 para desembolso, pagamento das despesas operacionais ordinárias e de investimento do Tribunal.
0190000000	69	Saldo deixado para pagamentos cancelados de obrigações, mas não reclamados pelos credores, alguns de longo prazo.
0150141140	1.304	Saldo de arrecadação de taxas de inscrição de concurso público para provimento de cargo a se realizar em 2020.
0150000000	245	Saldo residual de arrecadação de taxa de inscrição de concurso público para provimento de cargo, realizado em 2014.

Notas Explicativas – Demonstrações das Variações Patrimoniais

5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, seja resultante ou independente da execução orçamentária. Indica o resultado patrimonial do exercício, podendo ser positivo ou negativo.

O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD) e compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

Assemelha-se à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do Setor Privado, por meio da qual se apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade.

No Setor Público, contudo, o resultado patrimonial não funciona como um indicador de desempenho, mas sim como um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Tomando-se como base o exercício de 2015, quando foram implementados o novo Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) e os novos demonstrativos contábeis, verificam-se variações significativas nos exercícios subsequentes, conforme demonstrado no gráfico.

Entre os exercícios de 2016 e 2019, o resultado patrimonial foi influenciado, em especial, pelos montantes apurados nos seguintes itens:

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

- Reavaliação de Ativos (decorrente da avaliação periódica de bens móveis e imóveis);
- Ganhos com incorporação de Ativos (aquisição de bens móveis e construção de bens imóveis) e
- Desincorporação de Passivos (ajustes contábeis e da quitação de passivos, sobretudo de pessoal).

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

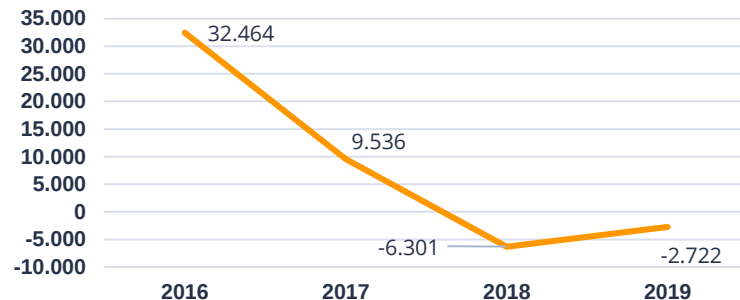
- Incorporação de Passivos (pelo registro contábil de passivos, sobretudo, de pessoal)
- Desincorporação de ativos (desfazimento de bens móveis);
- Depreciação e Amortização (registro contábil pelo desgaste dos bens, considerando a vida útil).

Importante esclarecer que, além de ser influenciado pela execução orçamentária, com a aplicação dos recursos em pessoal, serviços e bens, também causa reflexos no resultado patrimonial o trabalho de análise e registros contábeis dos atos e fatos que independem do orçamento realizados pela Contabilidade de acordo com as Normas Contábeis, o que contribui para a fidedignidade dos demonstrativos contábeis.

Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), evidencia-se o aumento do PL em função da apuração negativa do resultado do Exercício, em R\$ - 2.722 mil, que foi compensada pela variação positiva decorrente de ajustes de exercícios anteriores, em R\$ 5.369 mil.

O gráfico abaixo demonstra o resultado patrimonial de 2019, correlacionando-o com os resultados apurados em exercícios anteriores.

Resultado Patrimonial do Exercício



ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO
SUBTÍTULO
ÓRGÃO SUPERIOR
EXERCÍCIO
PERÍODO
EMIÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL
70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
14000 - JUSTICA ELEITORAL

2019
Anual
27/01/2020

VALORES EM MILHAR DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	5.474	6.869	PASSIVO CIRCULANTE	5.375	10.700
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.102	935	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.609	7.772
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	941	4.219	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.168	2.285
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.242	1.390	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	189	325	Demais Obrigações a Curto Prazo	598	644
ATIVO NÃO CIRCULANTE	99.046	100.328	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	125	1	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	125	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	5.375	10.700
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	97.676	98.973	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	30.612	32.175	Resultados Acumulados	99.144	96.497
Bens Móveis	76.238	71.648	Resultado do Exercício	-2.722	-6.301
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-45.627	-39.474	Resultados de Exercícios Anteriores	96.497	100.312
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	5.369	2.486
Bens Imóveis	67.064	66.798	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	68.538	67.446	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99.144	96.497
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.474	-647			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.245	1.354			
Softwares	1.245	1.354			
Softwares	1.339	1.712			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-95	-358			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	104.520	107.197	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	104.520	107.197

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	3.102	935	PASSIVO FINANCEIRO	5.239	7.498
ATIVO PERMANENTE	101.418	106.262	PASSIVO PERMANENTE	3.609	7.756
			SALDO PATRIMONIAL	95.672	91.943

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Potenciais Ativos			Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.254	905	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	36.400	33.661
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.254	905	Execução dos Atos Potenciais	36.400	33.661
Garantias e Contragarantias	1.254	905	Garantias e Contragarantias	-	-
Direitos Conveniados e Outros	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	36.400	33.661
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.254	905	TOTAL	36.400	33.661

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.838
Recursos Vinculados	701
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	701
TOTAL	-2.137

ANEXO II



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO
SUBTÍTULO
ÓRGÃO SUPERIOR
EXERCÍCIO
PERÍODO
EMISSÃO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
2019
Anual
27/01/2020
VALORES EM MILHAR DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Prof.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demaís Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Apropriação	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demaís Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demaís Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA	DESPESA	DESPESA PAGAS	SALDO POR PAGAR
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS					
DESPESAS CORRENTES	188.622	211.108	217.818	214.512	-6.710
Pessoal e Encargos Sociais	148.257	168.453	169.757	169.429	-1.304
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	40.365	42.655	48.061	45.083	-5.406
DESPESAS DE CAPITAL	254	5.589	5.587	4.787	1
Investimentos	254	5.589	5.587	4.787	1
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPIS	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	188.875	216.697	223.405	219.299	-6.708
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	188.875	216.697	223.405	219.299	-6.708
TOTAL	188.875	216.697	223.405	219.299	-6.708

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	846	4.099	3.454	3.453	1.201	291
Pessoal e Encargos Sociais	809	214	211	211	790	23
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	37	3.885	3.243	3.243	411	269
DESPESAS DE CAPITAL	19	699	688	688	20	10
Investimentos	19	699	688	688	20	10
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	865	4.799	4.142	4.142	1.221	302

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20	899	838	0	81
Pessoal e Encargos Sociais	-	15	15	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	20	884	823	0	81
DESPESAS DE CAPITAL	-	278	278	-	-
Investimentos	-	278	278	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	20	1.177	1.116	0	81

ANEXO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO
SUBTÍTULO
ÓRGÃO SUPERIOR
EXERCÍCIO
PERÍODO
EMISSÃO

BALANÇO FINANCEIRO
70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
14000 - JUSTICA ELEITORAL
2019
Anual
27/01/2020
VALORES EM MILHAR DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	223.405	253.938
Ordinárias	-	-	Ordinárias	198.098	225.792
Vinculadas	-	-	Vinculadas	25.307	28.146
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	24.107	24.682
Recursos a Classificar	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.200	3.464
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos a Classificar	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	225.122	251.755	Transferências Financeiras Concedidas	2.137	1.736
Resultantes da Execução Orçamentária	219.815	248.584	Resultantes da Execução Orçamentária	25	267
Sub-repasse Recebido	219.815	248.584	Repasse Concedido	15	202
Independentes da Execução Orçamentária	5.307	3.172	Sub-repasse Devolvido	10	65
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.157	3.172	Independentes da Execução Orçamentária	2.112	1.469
Demais Transferências Recebidas	75	0	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.112	1.469
Movimentação de Saldos Patrimoniais	75	0	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	7.970	8.855	Pagamentos Extraorçamentários	5.384	5.396
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	153	1.145	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.116	1.459
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.106	4.799	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.142	2.697
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	85	1.442	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	127	1.240
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.625	1.469	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	3.625	1.469			
Saldo do Exercício Anterior	935	1.394	Saldo para o Exercício Seguinte	3.102	935
Caixa e Equivalentes de Caixa	935	1.394	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.102	935
TOTAL	234.028	262.005	TOTAL	234.028	262.005

ANEXO IV



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO
SUBTÍTULO
ÓRGÃO SUPERIOR
EXERCÍCIO
PERÍODO
EMIÇÃO
VALORES EM MILHAR DE REAL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

14000 - JUSTICA ELEITORAL

2019

Anual

27/01/2020

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2019	2018
INGRESSOS	228.833	254.666
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Inter governamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes	-	-
Outros Ingressos Operacionais	228.833	254.666
Ingressos Extraorçamentários	85	85
Transferências Financeiras Recebidas	225.122	251.755
Arrecadação de Outra Unidade	3.625	1.469
DESEMBOLSOS	-221.045	-249.194
Pessoal e Demais Despesas	-201.292	-229.066
Legislativo	-	-
Judiciário	-173.613	-204.383
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-27.679	-24.682
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas -	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-17.490	-17.143
Inter governamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-17.490	-17.143
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-2.263	-2.976
Dispendios Extraorçamentários	-127	-1.240
Transferências Financeiras Concedidas	-2.137	-1.736
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.621	-5.941
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-5.621	-5.941
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.478	-5.159
Concessão de Empréstimos e	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-143	-781
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Inter governamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.166	-459
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	935	1.394
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.102	935

ANEXO V



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO **DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES**
SUBTÍTULO **70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA**
ÓRGÃO SUPERIOR **14000 - JUSTIÇA ELEITORAL**
EXERCÍCIO **2019**
PERÍODO **Anual**
EMISSÃO **27/01/2020**
VALORES EM MILHAR DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		232.468	257.320
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-	-
Venda de Mercadorias	1.721	43	-
Vendas de Produtos	-	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.721	43	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	22	42	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7	17	-
Descontos Financeiros Obtidos	15	25	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-	-
Aportes do Banco Central	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	-
Transferências e Delegações Recebidas		228.150	255.267
Transferências Intragovernamentais	225.122	251.755	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.028	3.511	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	227	569	-
Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ganhos com Alienação	-	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	211	569	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	15	-	-
Reversão de Redução do Valor Recuperável	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.347	1.400	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.347	1.400	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		235.190	263.621
Pessoal e Encargos	150.103	158.231	-
Remuneração a Pessoal	125.166	130.438	-
Encargos Patronais	18.038	17.159	-
Benefícios a Pessoal	6.810	6.722	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	89	3.912	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	27.675	24.500	-
Aposentadorias e Reformas	23.470	20.879	-
Pensões	4.161	3.602	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-	-
Benefícios Eventuais	-	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	44	19	-
Uso de Material de Consumo	48.558	74.433	-
Serviços	1.234	4.690	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	39.535	62.936	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7.789	6.807	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	106	179	-
Juros e Encargos de Mora	9	2	-
Variações Monetárias e Cambiais	97	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	0	0	-
Aportes ao Banco Central	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	-
Transferências e Delegações Concedidas		2.654	2.934
Transferências Intragovernamentais	2.137	1.736	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-	-
Transferências ao Exterior	-	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	517	1.198	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	5.332	2.455	-
Reavaliação, Redução do Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-	-
Perdas com Alienação	-	-	-
Perdas Involuntárias	8	294	-
Incorporação de Passivos	-	-	-
Desincorporação de Ativos	5.323	2.161	-
Tributárias		108	281
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15	15	-
Contribuições	93	265	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	654	607	-
Premiações	-	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-	-
Incentivos	-	-	-
Subvenções Econômicas	-	-	-
Participações e Contribuições	-	-	-
Constituição de Provisões	-	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	654	607	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-2.722	-6.301



TÍTULO
SUBTÍTULO
ÓRGÃO SUPERIOR
EXERCÍCIO
PERÍODO
EMIÇÃO
VALORES EM MILHARES DE REAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

70004 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

14000 - JUSTICA ELEITORAL

2019

DEZ(Encerrado)

20/02/2020

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	96.497	-	96.497
Varição Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	5.369	-	5.369
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	-2.722	-	-2.722
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	99.144	-	99.144

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

“O Conselho de Governança do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, através de seus membros infra-assinados, declara junto à unidade de auditoria interna e ao órgão de controle externo que reconhece sua responsabilidade por assegurar a integridade do presente relatório integrado, bem como que foi aplicado o pensamento coletivo em sua preparação e apresentação, estando, portanto, este Relatório de Gestão 2019 em conformidade com a Estrutura Internacional do Relato Integrado IIRC.”



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA

O Conselho de Governança do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, através de seus membros infra-assinados, declara junto aos órgãos de controle interno e externo que reconhece sua responsabilidade por assegurar a integridade do presente relatório integrado, bem como que foi aplicado o pensamento coletivo em sua preparação e apresentação, estando, portanto, este Relatório de Gestão 2019 em conformidade com a Estrutura Internacional do Relato Integrado IIRC.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HOUAT DE BRITO**, Secretário, em 27/02/2020, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GONÇALVES DE MOURA**, Presidente, em 28/02/2020, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS**, Secretário, em 02/03/2020, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO AUGUSTO NASCIMENTO MONTERO VALDEZ**, Secretário de Gestão de Pessoas, em 04/03/2020, às 13:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUI ALBERTO BATISTA DA SILVA**, Secretário, em 14/03/2020, às 12:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **OSMAR NELSON ELLERY FROTA**, Diretor Geral, em 16/03/2020, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WALBER JOAQUIM DOS REMÉDIOS**, Secretário, em 16/03/2020, às 13:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO HOLANDA ALVES**, Secretário, em 16/03/2020, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA NÁDJA GUIMARÃES NASCIMENTO**, Corregedor Regional Eleitoral, em 17/03/2020, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei-tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_organizacao=0 informando o código verificador **0976967** e o código CRC **96FDB68**.